

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
[RAMO A – ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS: CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS]

**«Esmola do sereníssimo Rei e de seus
vassalos»
Portugal e a Custódia da Terra Santa (séc. XVII-XVIII)**

António Marques Rodrigues

M

2024



António Marques Rodrigues

«Esmola do sereníssimo Rei e de seus vassallos»: Portugal e a Custódia da Terra Santa (séc. XVII-XVIII)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pelo
Professor Doutor Hugo Ribeiro da Silva
e pelo Professor Doutor Nuno Resende

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Àqueles que o meu coração ama

Sumário

Declaração de honra / Declaration of Honour	6
Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas	12
Índice de Gráficos	13
Índice de Mapas	14
Índice de Esquemas	15
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	16
Introdução	17
Estado da arte	20
Metodologia de investigação	28
a) Identificação e seleção de fontes	28
b) Tratamento de fontes	36
1. A Custódia da Terra Santa	48
1.2. Comissariado da Terra Santa em Portugal (1621-1833)	55
a) Formação e desenvolvimento	55
b) Redes de recolha de esmolas	60
c) Os comissários-gerais da Terra Santa (1621-1833)	67
2. De Lisboa a Jerusalém: condutores, esmolas e ofertas	72
2.1. As condutas: viagens entre Portugal e Jerusalém	73
2.2. Os condutores portugueses	76
2.3. Os bens entregues	78
a) O dinheiro	79
b) Ofertas para o culto	83
c) Especiarias	90
d) Bens para a botica	91
e) Outros bens	94
3. De Jerusalém a Lisboa: cruces, contas e rosários	97
3.1. Recolha e produção de objetos de devoção na Terra Santa	98
3.2. Fomentar a piedade e a devoção: ofertas aos benfeitores	105
Conclusão	115
Fontes	120

Fontes manuscritas	120
Fontes impressas	120
Bibliografia	123
Anexo I – Transcrição do Reconhecimento dos Condutores (1756/57)	128
Anexo II – Transcrição do contrato com o capitão do navio para a 1ª viagem (1756/57)	129
Anexo III – Transcrição do Passaporte (1756/57).....	130
Anexo IV – Recibo da Custódia da Terra Santa (1756/57).....	131
Anexo V – Assento de recessão no Libro de Condotte	132
Anexo VI – Decreto de Extinção do Comissariado Geral da Terra Santa	133
Anexo VII – Relação das esmolas portuguesas enviadas através do comissariado da Terra Santa em Roma ou Madrid (1664-1691)	134
Anexo VIII – Transcrição das indulgências concedidas aos objetos de devoção vindos da Terra Santa.....	136
Apêndice I – Cruzamento da documentação proveniente do fundo “Hospício da Terra Santa” (ANTT)	140
Apêndice II – Relação comparativa da proveniência das esmolas (1705-1707, 1751-1753, 1788-1790)	141
Apêndice III – Relação dos capitães, navios, condutores e destino da 1ª viagem (1691-1765).....	143
Apêndice IV – Condutores e companheiros (1691-1765).....	151
Apêndice V – Dinheiro entregue em Jerusalém (1691-1765).....	156
Apêndice VI – Objetos para o culto provenientes de Portugal e entregues em Jerusalém (1691-1765).....	161
Apêndice VII – Relação da chegada de produtos açucarados para a enfermaria (1691-1765).....	165

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa para realização de parte(s) da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation.

Valongo, 15 setembro de 2024

António Marques Rodrigues

Agradecimentos

*Se fosse para permanecer no mesmo lugar,
teríamos raízes em vez de pés.*

Ler e viajar, nada mais que tudo... numa sede ínfima de conhecimento. A verdade, é que o presente trabalho é resultado desta visão, deste espírito que me tem conduzido e permitido que o meu olhar mude e se transforme, reconfigure e reconverta na medida que aprofundo o tempo e o espaço que me é dado viver.

Injusto seria que, neste momento, não perpetuasse a minha gratidão a tantos que pontilharam este trabalho e que, consciente ou inconscientemente, decalcaram o seu pensamento e o seu parecer nas minhas reflexões. À semelhança das árvores, os meus agradecimentos primeiros prendem-se com as minhas raízes: a minha família. Primeiro sustento e suporte deste trabalho que encontra a luz. Sem eles, meu abrigo e amparo nos momentos de maior desalento, este fruto não seria possível.

Uma segunda palavra aos meus professores que, pelos seus ensinamentos, me incutiram o gosto pela investigação, num desejo de ir cada vez mais longe. Refiro-me ao Prof. Marcelo Magalhães, meu docente no Colégio de Ermesinde e impulsionador desta minha paixão, à Professora Doutora Inês Amorim com especial carinho por todo o caminho trilhado, à Professora Doutora Sara Pinto e à Professora Doutora Patrícia Costa pela atenção e auxílio disponibilizados.

Da mesma forma, mais recentemente, profunda gratidão ao Professor Doutor Hugo Ribeiro da Silva, meu orientador, e ao Professor Doutor Nuno Resende, meu coorientador. Igual palavra à Professora Doutora Felicita Tramontana, coordenadora do Projeto HOLYLAB e que, com toda a diligência, orientou o meu período de Erasmus em Roma no *Archivio Storico “de Propaganda Fide”* (Vaticano).

Palavra de gratidão àquele que me despertou para a relação de Portugal com a Custódia da Terra Santa, durante a minha estadia nos Bens Culturais, Frei Stéphane Milovitch. Agradeço à Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém, na pessoa do Dr. Tiago Teles de Abreu, por me haver proporcionado a oportunidade de peregrinar e viver junto dos Lugares Santos. O agradecimento

estende-se a toda a equipa do *Terra Sancta Museum* pela solicitude e acompanhamento ao longo de todo o percurso, bem como ao meu amigo Gabriel Marques pela amizade e companhia nesta grande aventura.

Sou grato à equipa do projeto HOLYLAB pelo acolhimento e partilha, bem como a tantos outros investigadores e doutorandos que foram discutindo o meu projeto e acompanhando a sua evolução

Agradeço à comunidade dos Missionários Combonianos, em Lisboa, que me acolheu durante as minhas estadias na cidade para levantamento de documentação. Idêntica gratidão à comunidade do Seminário Internacional dos Missionários da Consolata, em Roma, que me recebeu – como que em casa – e me ensinou as primeiras palavras para me expressar em italiano.

Gratidão aos funcionários e responsáveis dos vários arquivos e museus nacionais e internacionais a que acedi, pela sua prontidão e acessibilidade em favor da ciência.

Uma última – mas não menos importante – palavra aos grandes amigos, que me auscultaram, nos nossos diversos encontros, e que se devem eternizar em nomes concretos: Jorge Pinto, Diogo Pacheco, Luísa Marques, Helena Mota, Inês Barros, João Durães, Antony Malila, Vítor Ramos, Bárbara Correia e Luís Machado.

Uma linha especial aos meus colegas e amigos de licenciatura e de mestrado pelas horas de frutífera discussão científica, à Rita, ao David e, muito especialmente, ao meu grande amigo Bernardo Souza.

Por tudo, e por tanto, sinto profunda gratidão. Espero que este trabalho possa contribuir para a divulgação da Custódia da Terra Santa, da sua vocação primeira e da perpetuação da sua presença nos Lugares da Redenção.

Omnia in bonum

Resumo

A Custódia da Terra Santa, responsável pela manutenção e preservação dos Lugares Santos, dependia do financiamento dos territórios europeus. Este facto levou a que se formasse uma rede dedicada à colecta e envio de esmolas, supervisionada pelos comissariados, que operavam em ligação com a Custódia e os soberanos locais. Neste contexto, em 1621, foi fundado o Comissariado da Terra Santa em Portugal, fortalecendo a ligação de reino com a Terra Santa, organizando e estruturando o processo nos territórios portugueses, para os Lugares Santos da Palestina.

Este estudo contribuiu para a melhor compreensão do comissariado português, sediado em Lisboa, como eixo mobilizador de pessoas e bens. A extensão do corpo documental, advindo de Lisboa, Roma e Jerusalém, proporcionou uma visão amplificada da ação da instituição no Portugal Moderno, de tal forma que, entre 1691 e 1765, reconheceram-se 57 viagens entre Portugal e Jerusalém.

As condutas levavam esmolas em dinheiro, especiarias, alfaías litúrgicas, fármacos e outros bens – sintomáticos da extensão do império português – e traziam objetos de devoção (cruzes, contas e rosários em madeira de oliveira e madrepérola) para ofertar aos benfeitores. Estes objetos, cumulados de indulgências e entregues como gratificação, integravam um dos mecanismos utilizados pela Custódia, e aplicados em Portugal, com vista a fortalecer e fomentar a piedade e devoção dos fiéis, apelando à sua generosidade a troco de benefícios espirituais.

Procurámos contribuir para a análise desta temática em Portugal, acompanhando investigações similares realizadas para outras geografias, como Espanha, França e Península Itálica. A investigação identificou a capacidade de expansão do Comissariado da Terra Santa em Portugal a partir do século XVIII, impulsionada pela proteção direta dos monarcas, evidenciando o envolvimento crescente dos soberanos e dos seus vassalos no cuidado dos Lugares Santos.

Palavras-chave: Terra Santa; Franciscanos; Esmolas; Peregrinação;

Abstract

The Custody of the Holy Land, responsible for the maintenance and preservation of the Holy Places in the 'Holy Land', relied heavily on financial support from European territories. This led to the formation of a network dedicated to the collection and sending alms, overseen by the commissariats, which operated with the Custody and the local sovereigns. Within this context, the Commissariat of the Holy Land in Portugal was founded in 1621, strengthening the kingdom's connection with the Holy Land by organising and structuring the process in Portuguese territories to the Holy Places of Palestine.

This study led to an understanding of the Portuguese commissariat, based in Lisbon, as an axis for mobilising people and goods. The extensive body of documentation, dispersed between Lisbon, Rome and Jerusalem, an expanded view of the institution's actions in Early Modern Portugal, revealing that, between 1691 and 1765, 57 journeys between Portugal and Jerusalem were identified.

The *condutas* brought alms in cash, spices, liturgical implements, medicines and other goods – symptomatic of the extent of the Portuguese empire – and brought back devotional objects (crosses, beads and rosaries made of olive wood and mother-of-pearl) to offer to benefactors. These objects, often associated with indulgences and given as tokens of gratitude, were part of a mechanism employed by the Custody, particularly in Portugal, to strengthen and encourage the piety and devotion of the faithful, appealing to their generosity through promises of spiritual benefits.

The historiographical contribution of this study is notable for its pioneering analysis of this topic in Portugal, aligning with similar research conducted in other regions such as Spain, France, and the Italian Peninsula. The investigation revealed the capacity for expansion of the Commissariat of the Holy Land in Portugal from the 18th century onwards, driven by the direct protection of monarchs, highlighting the growing involvement of sovereigns and their subjects in the care of the Holy Places.

Key-words: Holy Land; Franciscans; Alms; Pilgrimage;

Índice de Figuras

FIGURA 1 – FRADES FRANCISCANOS SUPTAM A EDÍCULA DO SANTO SEPULCRO. HORN, ELZEAR – ICHNOGRAPHIAE MONUMENTORUM TERRAE SANCTAE (1724-1744). JERUSALÉM: 1962.	48
FIGURA 2 – LIVRO DE RECEITAS – ANTT - HTS - L015 (1742-1769), FOL. 1.	55
FIGURA 3 – HOSPÍCIO DA TERRA SANTA – LISBOA	57
FIGURA 4 – CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE LISBOA	57
FIGURA 6 – LAMPADÁRIO EM OURO (1753). Nº INVENTÁRIO: CTS-OA-25402; ©TERRA SANCTA MUSEUM	83
FIGURA 7 – LAMPADÁRIO DE D. PEDRO II. Nº INV. CTS-OA-25764. ©TERRA SANCTA MUSEUM.....	86
FIGURA 8 – PARAMENTOS EM VELUDOS ADAMASCADO (C.1725-30) Nº INV.: CTS-OA-20518. ©TERRA SANCTA MUSEUM.	87
FIGURA 9 – PARAMENTOS EM VELUDO ADAMASCADO (C. 1725-30). Nº INV.: CTS-OA-20518. ©TERRA SANCTA MUSEUM.	87
FIGURA 10 – PE. MANOEL DA CONSCIÊNCIA, CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO. ÓLEO SOBRE TELA, SÉC. XVIII. (COLECÇÃO DE PINTURA DA BNP. GALERIA DOS PADRES ORATORIANOS).	88
FIGURA 11 TENEBRÁRIO, OFERTA DE PORTUGAL EM 1753. Nº INVENTÁRIO: CTS-OA-00757. ©TERRA SANCTA MUSEUM.	89
FIGURA 12 – SANTO ANDRÉ, APÓSTOLO. Nº INVENTÁRIO 662 MB. ©MUSEU DOS BISCAINHOS	98
FIGURA 13 – MINIATURA DO SANTO SEPULCRO COM AS ARMAS DE D. CATARINA DE BRAGANÇA. ©FUNDAÇÃO CASA DE BRAGANÇA/ JOAQUIM REAL	100
FIGURA 14 – MAQUETE DA GRUTA DA BASÍLICA DA NATIVIDADE (BELÉM). Nº INVENTÁRIO 27880. ©MUSEU DO ORIENTE, LISBOA – COLECÇÃO SOARES BRANCO.	101
FIGURA 15 – BASE DE CRUCIFIXO. Nº INVENTÁRIO MASF513. ©MUSEU DO FUNCHAL.	103
FIGURA 16 – CRUZ DE PÉ (RELICÁRIO). Nº INVENTÁRIO: MAS E 142. MUSEU ALBERTO SAMPAIO (GUIMARÃES). © MIGUEL SOUSA (MUSEU ALBERTO SAMPAIO).....	103
FIGURA 17 – CRUCIFIXO. IGREJA PAROQUIAL DE ÓBIDOS. S/Nº INVENTÁRIO. ©CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS.....	103
FIGURA 18 – CRUCIFIXO DE PAREDE. Nº INVENTÁRIO AO1465. ©MUSEU DE SÃO ROQUE/SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA/PAULO CINTRA & LAURA CASTRO CALDAS, 2010.	104
FIGURA 20 – SANTO ANTÓNIO COM O MENINO. Nº INVENTÁRIO 2079. ©MUSEU NACIONAL GRÃO VASCO, VISEU/ALEXANDRA PESSOA	110
FIGURA 19 – CONCHA. Nº INV. FMA 4778. © MUSEU MEDEIROS E ALMEIDA, LISBOA / PEDRO MORA.	110
FIGURA 21 – CAIXA-RELICÁRIO (LIPSANOTECA). Nº INVENTÁRIO TMSB0111MOB. ©TESOURO-MUSEU DA SÉ DE BRAGA, BRAGA.....	111
FIGURA 22 – CONHA GRAVADA, Nº INVENTÁRIO 935 DIV. ©MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, LISBOA	111
FIGURA 23 – FIGURA EDÍCULA DA BASÍLICA DO SANTO SEPULCRO (JERUSALÉM). Nº DE INVENTÁRIO 2080. © MUSEU NACIONAL GRÃO VASCO, VISEU/ ALEXANDRA PESSOA	111
FIGURA 24 – ROSÁRIO, Nº INVENTÁRIO MAS E 107. ©MUSEU ALBERTO SAMPAIO, GUIMARÃES/MIGUEL SOUSA	111
FIGURA 25 – CRUCIFIXO. MUSEU DE SETÚBAL ©CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL	112

Índice de Tabelas

TABELA 1 – RECOLHA DE DADOS: RECONHECIMENTO DOS CONDUTORES (1756)	37
TABELA 2 – RECOLHA DE DADOS: CONTRATO COM O CAPITÃO DO NAVIO PARA 1ª VIAGEM (1756)	38
TABELA 3 – RECOLHA DE DADOS: PASSAPORTE (1756)	39
TABELA 4 – RECOLHA DE DADOS: RECIBO DA CUSTÓDIA DA TERRA SANTA (1757).....	40
TABELA 5 – IDENTIFICAÇÃO DOS CONDUTORES (1757)	41
TABELA 6 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS ENTREGUES (1757).....	41
TABELA 8 – COMISSÁRIOS-GERAIS DA TERRA SANTA EM PORTUGAL (1621-1833)	67

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – DINHEIRO ENTREGUE EM JERUSALÉM ENTRE 1720-1765 (EM RÉIS)	81
GRÁFICO 2 – ESPECIARIAS ENTREGUES POR PORTUGAL EM JERUSALÉM (1720-1765).....	91

Índice de Mapas

MAPA 1 – COMISSARIADOS DA TERRA SANTA NO FINAL DO SÉC. XVII	53
MAPA 2 – REDE DE RECOLHA DE ESMOLAS DO COMISSARIADO DA TERRA SANTA EM PORTUGAL	64
MAPA 3 – CONDUTA DE 1739-1740 DE FREI ANTÓNIO DO SACRAMENTO	74

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 – CRUZAMENTO DE FONTES (1691-1765)	43
ESQUEMA 2 – FLUXOS DE ESMOLAS E OBJETOS DE DEVOÇÃO ENTRE PORTUGAL E A TERRA SANTA	47

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

ASCTS	Archivio Storico della Custodia di Terra Santa
ASPF.....	Archivio Storico “de Propaganda Fide”
ANTT.....	Arquivo Nacional Torre do Tombo
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
ADP.....	Arquivo Distrital do Porto
CTS.....	Custódia da Terra Santa
OFM.....	Ordem dos Frades Menores (Franciscanos)

Introdução

«Esmola do sereníssimo Rei e de seus vassalos»¹, é a tradução de uma das várias expressões que se encontram no registo de chegada das condutas ao Convento de São Salvador, em Jerusalém. A tomada de consciência de uma relação, durante a Época Moderna, entre Portugal e a Terra Santa, que se materializa em várias peças (alfaias, paramentos e mobiliário) que constam dos inventários da Custódia da Terra Santa, conduziram a um aprofundamento desta relação que se concretizou na presente dissertação.

A análise do compromisso (humano e financeiro) do reino de Portugal com o sustento e manutenção dos Lugares Santos, na Palestina, concretizou-se na formação do Comissariado da Terra Santa em Portugal. Esta instituição integrava uma rede europeia de comissariados fundados no séc. XVII (Madrid, Paris, Viena, Marselha, Génova, Livorno, Nápoles, entre outros), intimamente ligados à Custódia da Terra Santa e familiarizados com as suas necessidades materiais. Neste sentido, os franciscanos de cada território, filiados nesta missão, recolhiam esmolas, para, posteriormente, as fazerem chegar à Terra Santa, assegurado o seu envio em segurança e articulando-se em rede².

No primeiro capítulo, a partir na documentação recolhida no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) e no *Archivio Storico di “Propaganda Fide”* (ASPF), fez-se uma aproximação ao Comissariado da Terra Santa em Portugal, a sua formação e desenvolvimento, os seus agentes (esmoleres, condutores, comissários e síndicos) e redes de recolha e envio de esmolas.

Suportados pelo conhecimento apresentado no primeiro capítulo foi possível avançar para a análise da relação entre Portugal e a Terra Santa, que se desenvolve em dois capítulos cujos títulos são bastante elucidativos das trocas entre as duas regiões: “De Lisboa a Jerusalém: condutores, esmolas e ofertas” e “De Jerusalém a Lisboa: cruces, contas e rosários”.

¹ Tradução para português a partir da fonte original onde consta o seguinte: “[...] elemosina dil serenissimo. Re e degli suoi vasagli.”: ASCTS – *Libro de Condotte* nº 6, fl. 384.

² TRAMONTANA, Felicita – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. vol. 48 (2023), pp. 405-406.

O cruzamento de recibos e comprovativos dos Arquivo Nacional Torre do Tombo e do *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa* permitiram identificar as várias condutas entre Lisboa e Jerusalém, os frades condutores e as respetivas esmolas (dinheiro, alfaia para a liturgia, paramentaria, mobiliário, produtos medicinais e curativos). Considerava-se “conduta” a viagem onde eram conduzidas as esmolas recolhidas, no reino e nas conquistas, para os Lugares Santos³. Os bens entregues eram cuidadosamente registados nos *Libro de Condotte*, atestando o correto encaminhamento da piedade de reis e vassallos para com os “Lugares da Redenção”. Os dados foram organizados com vista a identificar pontos de evolução ou regressão, colhendo a ocasião para – tanto quanto possível – identificar peças que permaneçam nos inventários do *Terra Sancta Museum*⁴.

O terceiro capítulo lançou um olhar sobre os objetos de devoção produzidos na Terra Santa e a sua presença nos acervos dos museus e fundações portuguesas. Não seria de estranhar a difusão destas contas, rosários e cruzeiros, uma vez que os mesmos eram ofertados aos benfeitores, contribuindo para a credibilidade da instituição e fomentando a continuidade das benfeitorias. A abundância de objetos levou a que fossem selecionados alguns para análise, os quais se procurou que fossem representativos das várias tipologias e da sua dispersão geográfica.

Assim, o presente estudo divide-se em três momentos distintos que se interligam de forma circular. Num primeiro momento dá-se atenção ao Comissariado da Terra Santa em Portugal, braço da Custódia da Terra Santa, sem o qual a relação entre estas geografias teria outros contornos. A partir da compreensão do funcionamento da instituição, iniciou-se uma análise sobre os bens ofertados para os Lugares Santos para que, no terceiro capítulo, se olhasse

³ “Chamão-se conductas, as esmolas particulares, e que os particulares dão, juntas como em thesouro, que assim juntas em huma só somma, se conduzem do nosso reino para a Terra Santa, e da Cidade de Lisboa são enviadas, e conduzidas para a Santa Cidade de Jerusalém, chamando-se os religiosos que as levam na sua companhia, e lá as vão entregar, de conductores.” – ALMAS, Miguel das Santas, OFM – *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalém lagrimas e tormentos com que na Palestina acabão os filhosdo serafico P.S. Francisco que residem naqueles santos lugares [...]*. Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1755. p. 129.

⁴ O Terra Sancta Museum é o primeiro museu de arte cristã em Jerusalém e encontra-se na sua segunda fase de construção. Terra Sancta Museum [Em linha] - Disponível em: <<https://www.terrasanctamuseum.org/>>. Consultado em 04/09/2024.

para os bens oriundos desses mesmos lugares que resistem nos vários museus e fundações nacionais como testemunho desta relação entre as duas regiões.

Estado da arte

A história do Próximo e do Médio Oriente no período moderno tem despertado a atenção de vários investigadores internacionais. Transpostos os umbrais da antiguidade e da medievalidade que fascinara tantos historiadores pelas grandes civilizações, Cruzadas e conflitos entre árabes e cristãos, o período moderno tem-se mostrado uma cronologia pouco aprofundada.

Dentro da vertente de estudo do Próximo Oriente, o *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa*, em Jerusalém, tem-se apresentado como um observatório privilegiado para o estudo da região sob diversas dimensões, uma vez que possuiu um extenso acervo documental que permite mapear toda a época moderna e, em alguns casos, capaz de recuar até à fundação da instituição (oficialmente, em 1342). De entre os vários trabalhos devemos destacar Bernard Girard Heyberge⁵, que se tem debruçado sobre as comunidades de rito oriental; Charles Frazee⁶ pelo estudo da relação dos franciscanos com as comunidades locais; Megan Armstrong⁷ no que concerne às relações entre ordens religiosas em questões jurisdicionais e pastorais, ou ainda Felicita Tramontana pelo trabalho que tem vindo a desenvolver com o objetivo de compreender a organização da Palestina moderna⁸.

De forma mais dirigida, foram publicadas algumas miscelâneas sobre a Custódia da Terra Santa e a sua ação, tensões e conflitos que pautaram a sua existência. Referimo-nos às incontornáveis obras de Girolamo Golubovich (1875-

⁵ HEYBERGER, Bernard – *Les chrétiens du proche-orient au temps de la réforme catholique (Syrie, Liban, Palestine, XVIIe-XVIIIe siècles)*. Roma: École Française de Rome, 1994. ISBN 2-7293-0309-6. HEYBERGER, Bernard – Le Renouveau de l'image de religion chez les chrétiens orientaux. *Archives de sciences sociales de religions*. Vol. 183 (jul-set 2018), pp. 176-189. HEYBERGER, Bernard – Les frères mineurs de la Terre Sainte entre régime ottoman et Réforme catholique (XVIIe - début XIXe siècle). *Études Franciscaines*. Nouvelle série, vol 14, n° 2 (2021), pp. 309-328.

⁶ FRAZEE, Charles – *Catholics and Sultans: the Church and the Ottoman Empire: 1453-1923*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

⁷ ARMSTRONG, Megan C. – Spiritual Legitimation? Franciscan Competition over the Holy Land (1517–1700). In FORRESTAL, Alison; SMITH, Seán Alexander – *The Frontiers of Mission*. Boston: Brill, 2016. pp. 159-179.

⁸ TRAMONTANA, Felicita – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*. Roma: Carocci editore, 2015. ISBN-13. 978-8843074587. TRAMONTANA, Felicita – *Passages of Faith Conversion in Palestinian villages (17th century)*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014. ISBN 978-3-447-10135-6.

1941)⁹, Agustín Arce (1884-1984)¹⁰ e Francisco Quevedo (1951)¹¹, franciscanos residentes na Custódia, referenciados pelo seu pioneirismo no registo e divulgação da história da Custódia através das suas publicações.

Em 1983, sob coordenação de Frei Michel Piccirillo¹², foi reunida uma obra com a contribuição de vários autores, analisando a formação da Custódia da Terra Santa através do compromisso internacional de vários territórios europeus. Paolo Pieraccini¹³ abordou a fundação e desenvolvimento desta instituição num sentido diferente, contrapondo-a com o Patriarcado Latino que fora extinto em 1295 e restaurado apenas no século XIX, colocando-se em confronto com a Custódia Franciscana. Manifestamente, como destacou Marianne Ritsema van Eck¹⁴, esta missão é uma das traves-mestras da Ordem dos Frades Menores.

Se a Custódia se tem mostrado um observatório privilegiado do Próximo Oriente, igualmente os arquivos dos comissariados dispersos pela Europa despertaram os estudiosos para as suas potencialidades. A implicação das altas figuras de cada território nos assuntos da Custódia favorece estudos sobre as relações destes com a instituição¹⁵.

O estudo da Custódia e das suas várias ramificações conheceu na obra de Garcia Barriuso um fundamento indiscutível das grandes implicações que Espanha

⁹ GOLUBOVICH, Girolamo, OFM – *Biblioteca bio-bibliografica della Terra Santa e dell' Oriente francescano*. Florença: Collegio di S. Boaventura, 1906.

¹⁰ ARCE, Agustín, OFM – *Miscelánea de Tierra Santa*. 2 vols. Jerusalén: Tierra Santa, 1950. ARCE, Agustín, OFM – *Expediciones de España a Tierra Santa: Documentos y contribuciones a la historia internacional de Tierra Santa*. Madrid: Dirección General de Relaciones Culturales, 1958. ARCE, Agustín, OFM – *Itinerarios raros y preciosos a Palestina*. Jerusalén: Imprensa de Tierra Santa, 1963. ARCE, Agustín, OFM – *Documentos y textos para la historia de Tierra Santa y sus santuarios*. Jerusalén: Imprensa de Tierra Santa, 1970.

¹¹ QUEVEDO, Francisco, OFM – *Cooperación Económica Internacional al sostenimiento de los Santos Lugares*. Barcelona: Editorial Seráfica, 1951.

¹² PICCIRILLO, Michel, coord. – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*. Roma: Il Veltro Editrice. 1983. ISBN 88-85015-18-2. PICCIRILLO, Michel, OFM – *Registrum Equitum SSmi Sepulchri D.N.J.C. (1561-1848)*. Jerusalém/Milão: Custódia da Terra Santa, 2006.

¹³ PIERACCINI, Paolo – *Il ristabilimento del Patriarcato Latino di Gerusalemme e la Custodia di Terra Santa: la dialettica istituzionale al tempo del primo patriarca Mons. Giuseppe Valerga (1847-1872)*. Cairo: Studia Orientalia Christiana, 2006.

¹⁴ ECK, Marianne Ritsema Van – *The holy land in Observant Franciscan texts (c. 1480-1650): Theology, travel, and territoriality*. Boston: Brill, 2019.

¹⁵ TRAMONTANA, Felicità – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. vol. 48, n.º4 (2023), p. 405-406.

teve no financiamento desta causa, abordando a questão de forma exaustiva, depois de uma abundante recolha documental no *Archivo de la Obra Pía de los Santos Lugares* (Madrid), *Archivio Storico “de Propaganda Fide”* (Roma) e *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa* (Jerusalém), publicando algumas das várias fontes que utilizou. Na verdade, esta obra, em dois volumes, permite-nos ter uma visão de continuidade, desde o contexto de fundação até à resolução de conflitos jurisdicionais depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), algo aprofundado por Miguel Martín¹⁶.

O trabalho de Barriuso é incontornável para a compreensão do funcionamento da Custódia e dos seus comissariados, atendendo a que existem várias semelhanças no *modus operandi* do comissariado espanhol e de outros congéneres. Nesta mesma linha é de destacar o trabalho de Virgílio Bianchi sobre o comissariado da Terra Santa na Toscana¹⁷. Estes são, portanto, os únicos exemplos de estudos exaustivos sobre a relação da Terra Santa com espaços europeus.

Concomitantemente, devem-se destacar as primeiras incursões no que diz respeito à relação da França com a Terra Santa realizadas por Géraud Poumarède¹⁸ e Pierre Moracchini¹⁹. Numa perspetiva de reunir vários textos de breves investigações sobre os comissariados italianos, numa edição de divulgação, Frei Francesco Ielpo coordenou uma obra que versa sobre os comissariados de Emilia-Romagna, Génova, Milão, Turim e Veneza, numa cronologia sobretudo focada nos séculos XIX e XX²⁰.

¹⁶ MARTÍN, Miguel Vallecillo, OFM – Los derechos históricos de España en Tierra Santa y su proceso de extinción. *Archivo Ibero-Americano*. 78, n.º 286 (2018), pp. 61-163.

¹⁷ BIANCHI, Virgilio Bianchi – Il commissariato di Terra Santa in Toscana. Pistoia (Florença): Commissariato di Terra Santa/ Centro missionario francescano, 1994.

¹⁸ POUMARÈDE, Géraud – Les Limites du Patronage Français sur les Lieux Saints. Autour de l'Installation d'un Consul à Jérusalem dans les Années 1620. *Revue d'Histoire de l'Église de France*. vol. 92, n.º 1 (2006), pp. 73–116. POUMARÈDE, Géraud – La France et Jérusalem (XVIème-XIXème siècle). *Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France*. (2008), pp. 39-62.

¹⁹ MORACCHINI, Pierre – Autour de Pierre de Quesneville. Les commissaires généraux de la Terre saint en France (XVIIe-XVIII siècles). *Archivum Franciscanum Historicum*. 114 (2021), pp. 259-280.

²⁰ IELPO, Francesco, OFM – *A servizio della custodia. Breve storia dei commissariati di Terra Santa del Nord Italia*. Milão: Edizioni Terra Santa, 2021. ISBN 979-12-5471-013-5.

A Custódia tem adquirido maior visibilidade em virtude das várias exposições internacionais que têm vindo a promover, trazendo à luz o Tesouro do Santo Sepulcro. Avançando, cada vez mais, na investigação e identificação de peças e, conseqüentemente, das relações diplomáticas e de sustentação dos diversos territórios europeus com a Terra Santa. Deve-se salientar a exposição realizada, em 2017, no Museu do Louvre²¹ e, mais recentemente, no Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa²².

Nesta mesma linha, deve ser destacado o projeto de investigação HolyLab – *A global economic organization in the early modern period: The Custody of the Holy Land through its account books (1600-1800)*²³ – que, através dos livros de contas da instituição e dos seus diversos comissariados, sobretudo em Itália, tem como objetivo analisar a circulação de pessoas e bens no Mediterrâneo Moderno. A coordenadora deste projeto, Felicita Tramontana, especialista na história do Próximo Oriente moderno, tem publicado vários artigos versando sobre a rede de circulação da Custódia dentro do Mediterrâneo²⁴, a produção de lembranças em madrepérola pelos cristãos locais²⁵ e as ofertas dos monarcas para o culto nos Lugares Santos²⁶.

No que se refere a Portugal, a Terra Santa tem sido trabalhada sobretudo no âmbito da literatura de viagem e de espiritualidade, atendendo a que, durante o

²¹ CHARLES-GAFFIOT, Jacques, dir. – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. ISBN 978-2-95044-965-8.

²² AFONSO, André, coord. – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4.

²³ Projeto HolyLab – *A global economic organization in the early modern period: The Custody of the Holy Land through its account books (1600-1800)*: Disponível em: <<https://holylab-erc.uniroma3.it/the-project/>>. Consultado em 23/08/2024.

²⁴ TRAMONTANA, Felicita – Getting to the Holy Land: Franciscan Journeys and Mediterranean Mobility. In NELLES, Paul; SALZBERG, Rosa, eds. – *Connected Mobilities in the Early Modern World The Practice and Experience of Movement*. Amesterdão: Amesterdan University Press, 2023. TRAMONTANA, Felicita – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. vol. 48, n.º4 (2023), pp. 397-425.

²⁵ GIRARD, Émile; TRAMONTANA, Felicita – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle. *Archives de sciences sociales des religions*. 183 (2018), pp. 225-238. TRAMONTANA, Felicita – Trading in spiritual and earthly goods. Franciscans in semi-rural Palestine. In HEYBERGER, Windler [et al], eds. – *Catholic Missionaries in Early Modern Asia: Patterns of Localization*. London: Routledge, 2019. pp. 126-140.

²⁶ TRAMONTANA, Felicita – "Per ornamento e servizio di questi Santi Luoghi". L'arrivée des objets de dévotion dans les sanctuaires de Terre Sainte (XVIIe siècle). *Archives de sciences sociales des religions*. vol. 183 (2018), pp. 209-223.

período moderno, assistimos a uma abundante produção de guias, roteiros e diários que procuravam ajudar os peregrinos a caminho dos Lugares Santos e/ou oferecer relatos detalhados aos curiosos e devotos²⁷. Fernando Cristóvão e Nunes Carreira limitam-se ao levantamento e breve contextualização das obras de literatura de viagens produzidas sobre a Terra Santa²⁸. Paula Almeida Mendes abordou esta literatura do ponto de vista espiritual, como uma peregrinação física e interior; enquanto outros autores, nomeadamente Manuel Rodrigues e Ana Carolina Pereira se debruçaram sobre as referências ao mundo árabe e à Antiguidade oriental e bíblica, respetivamente²⁹.

Já a historiografia portuguesa não tem dado grande atenção à relação de Portugal com a Terra Santa. Não existem estudos diretamente relacionados com a Custódia da Terra Santa ou com o comissariado português, salvo a aproximação que realizou Clarisse Vilela sobre a sua fundação e o funcionamento, com vista a compreender os hospícios da Terra Santa no Brasil do ponto de vista arquitetónico³⁰.

Dado o panorama apresentado, é-nos permitido notar as abundantes e distintas possibilidades de investigação que se encontram em aberto. A

²⁷ MENDES, Paula Almeida – «Viagens do corpo» e «Viagens da alma» à luz da literatura de espiritualidade em Portugal (séc. XVI-XVIII). *Via Spiritus*. 26 (2019), p. 53.

²⁸ CARREIRA, José Nunes – A Terra Santa em relatos portugueses de viagem (séc. XVI-XVIII). *Cadmo*. 13 (2003). pp. 55-78. Fernando Cristóvão realizou uma lista exaustiva das várias obras de literatura de viagem à Terra Santa existentes em Portugal: CRISTÓVÃO, Fernando – Os itinerários da Terra Santa como literatura de peregrinação. Lisboa: Faculdade de Letras, 1984. Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. CRISTÓVÃO, Fernando, coord. – *Condicionantes Culturais da literatura de viagem: estudos e biografias*. Coimbra: Almedina, 2002. As obras redigidas e publicadas em Portugal nos séculos XVII e XVIII, chegaram à Biblioteca da Custódia da Terra Santa, tal como identificou Alessandro Tedesco: TEDESCO, Alessandro – *Itinera ad loca sancta: i libro di viaggio delle Biblioteche Francescane di Gerusalemme*. Milano: Fondazione Terra Santa, 2017. ISBN 978-88-6240-518-8.

²⁹ MENDES, Paula Almeida – «Viagens do corpo» e «Viagens da alma» à luz da literatura de espiritualidade em Portugal (séc. XVI-XVIII). *Via Spiritus*. 26 (2019). pp. 51-81. MENDES, Paula Almeida – Peregrinações e lugares sagrados à luz de fontes portuguesas (séculos XVI-XVIII). In LOUSADA, M^a Alexandre; AMBRÓSIO, Vítor (ed.) – *Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal*. Lisboa: CEG-IGOT-Ulisboa, 2017. ISBN 978-972-636-247-0. pp. 171-185. RODRIGUES, Manuel Augusto – Aspectos da presença árabe no «Itinerário da Terra Santa» de Fr. Pantaleão de Aveiro. In *IV CONGRESSO de Estudos Árabes e Islâmicos*. Coimbra: Lieden, 1971. pp. 1-49. PEREIRA, Ana Carolina – “O lugar em que estás é uma terra santa”: visões e perceções da Antiguidade Oriental e Bíblica nos relatos de viagem portugueses (sécs. XVI – XVII). Lisboa: [Edição de Autor], 2019. Dissertação de mestrado em História.

³⁰ VILELA, Clarisse Martins – *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. São Paulo: [Edição de Autor], 2015. Dissertação de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo.

potencialidade do cruzamento de informações de vários arquivos europeus com o *Archivio Storico della Custódia di Terra Santa*, facilitando o aprofundamento das relações com as autoridades locais (mamelucas, até ao séc. XVI, e, posteriormente, otomanas), a sua relação com as comunidades cristãs orientais, ou, ainda, investir no estudo da relação de cada território europeu com a sustentação da instituição na Época Moderna.

À evidente lacuna historiográfica aliou-se a pertinência científica e social deste estudo. Nos últimos anos, com vista à construção do *Terra Sancta Museum* assistimos a um investimento na investigação e divulgação deste património pouco conhecido. A pertinência social adveio do despertar de um olhar atento sobre a guerra no Próximo Oriente e que pode ameaçar parte do desenvolvimento deste estudo, impossibilitando uma pesquisa presencial nos arquivos da Custódia.

A par destes fatores pesou o nascimento – e crescimento – de uma ligação pessoal à Custódia da Terra Santa a partir do voluntariado realizado no Departamento de Bens Culturais³¹ em que nos foi permitido privar com o quotidiano desta instituição em Jerusalém e que em muito enriquece esta investigação.

Uma vez identificada uma oportunidade de investigação, delineámos o tema e a sua pertinência, com o objetivo de responder às seguintes questões: Qual a relação de Portugal com a Custódia da Terra Santa? De que forma o reino de Portugal se envolveu com o sustento/manutenção dos Lugares Santos durante a Época Moderna? Como se organizava e funcionava o comissariado português da Terra Santa? Que tipo de bens eram ofertados? Quais eram os mecanismos utilizados para fomentar a esmola? Que testemunhos materiais da relação ente estas duas geografias em Portugal? O que é que estes objetos nos revelam relativamente à relação de Portugal com a Terra Santa?

Apesar de não ignorarmos o período de atuação do Comissariado da Terra Santa em Portugal (1621-1833), compreendemos a impossibilidade de abranger todo o espectro cronológico e, por isso, seleccionámos para análise os anos entre

³¹ Por meio da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro realizámos voluntariado no Departamento de Bens Culturais da Custódia da Terra Santa (julho 2023), em Jerusalém, onde realizámos a inventariação de alfaías, manutenção de exposições e de reservas.

1691 e 1765. A escolha desta cronologia deve-se ao facto de, em 1691, Portugal ter obtido autorização para que, por seus próprios meios, levasse as esmolos à Terra Santa, algo que se verificou até à extinção do comissariado (1833)³². Por outro lado, atendendo a que o comissário-geral era o responsável por agilizar a recessão e o envio das esmolos, decidimos que a nossa análise terminaria em 1765, aquando do término do serviço de Frei Caetano da Piedade (possivelmente o 12º comissário da Terra Santa)³³. Recorte, em suma, abstrato a fim de permitir um primeiro estudo da temática, aguardando-se etapas futuras da investigação para a análise da cronologia total.

Ao longo do texto serão referidos vários conceitos que devem ser, de antemão definidos. O conceito de “**Terra Santa**” corresponde a uma região “da Asia e parte meridional da Syria, assim chamada, da santissima presença do Redemptor do mundo, que nella nasceo, viveo & morreo, illustrando-a com a sua doutrina & milagres, & e com o sacrossanto mystério da nossa Redempção”³⁴. Estamos perante uma terminologia caracteristicamente cristã e ocidental, pelo que, para outras regiões do globo, aquela região é comumente conhecida como Palestina. Recuperámos, porém, o termo Terra Santa pois é o que surge nas fontes coevas.

Consequentemente, denominam-se de “Lugares Santos” os locais, dentro da Terra Santa, onde, pela tradição cristã, se deram os mistérios da redenção (Nascimento de Jesus Cristo em Belém, Paixão, Morte e Ressurreição em Jerusalém, etc.)³⁵. Por sua vez, a “Custódia da Terra Santa” – que teremos oportunidade de aprofundar – foi fundada pelos franciscanos, em 1219, e reconhecida pela Santa Sé em 1342, tendo, até aos dias de hoje, como principal

³² ANTT – HTS – M035, doc. 38; ANTÓNIO, João Batista de Santo, OFM – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1734. p. 431.

³³ Apesar das tentativas de alguns estudiosos realizarem uma cronologia com os vários comissários, o estudo dos livros de contas mostrar-nos-á que existiram outros: Vide REMA, Henrique Pinto – O convento de São Francisco da cidade de Lisboa (1217-1834) e a sua Ordem Terceira (1834-2017). *Archivo Ibero-Americano*. vol. 77, nº 284 (2017), pp. 301.

³⁴ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino* (...).Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. pp. 122-123.

³⁵ Vide ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp.17-21.

objetivo ser presença católica na Terra Santa, ocupando-se do cuidado dos Lugares Santos, dos cristãos locais e dos peregrinos³⁶.

No que concerne à instituição franciscana em Portugal que realiza a recolha e envio de esmolas, a documentação tem várias denominações, como comissariada, comissariado e hospício. De forma a tornar a leitura mais fluida, optamos por, ao longo do texto, chamar à instituição **Comissariado da Terra Santa em Portugal**. Por seu turno, chamamos **Hospícios** às pequenas casas, dentro ou fora dos conventos, e dispersas pelos vários territórios, com o objetivo de acolher os esmoleres e agilizar o envio das esmolas. O Hospício da Terra Santa em Lisboa é a sede do Comissariado da Terra Santa em Portugal.

³⁶ HEYBERGER – Les frères mineurs de la Terre Sainte entre régime ottoman et Réforme catholique (XVIIe - début XIXe siècle), p. 322.

Metodologia de investigação

a) Identificação e seleção de fontes

O estudo do Comissariado da Terra Santa em Portugal beneficia de várias tipologias documentais, resultado da sua abrangente ação em Portugal e nas conquistas, bem como da sua articulação com a Custódia da Terra Santa (Jerusalém), a Congregação *Propaganda Fide* (Roma) e com os demais comissariados dispersos pela Europa³⁷.

O Hospício da Terra Santa em Lisboa, sede do Comissariado da Terra Santa em Portugal, possuía um vasto cartório que, apesar das vicissitudes do tempo, se mantém hoje no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

Foram consideradas também fontes impressas de vária natureza, nomeadamente obras de literatura de viagem, bem como folhetos com notícias e editais, que tinham em vista a promoção, proteção e divulgação da obra dos franciscanos na Terra Santa, dando a conhecer as adversidades e necessidades, de forma a apelar à generosidade dos leitores.

De facto, a abundância de documentação obrigou a que se realizassem opções que fossem ao encontro da questão de partida, obrigando à definição de uma metodologia de seleção e análise concretas. De forma organizada passaremos à exposição das fontes selecionadas, bem como da justificação desta seleção, evidenciando as suas potencialidades e fragilidades.

1) Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

No Arquivo Nacional Torre do Tombo, o fundo "Hospício da Terra Santa" reúne parte da documentação que existia no Hospício da Terra Santa, que integrava o Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa à data da sua extinção, em 1833. Contudo, devemos notar vários fatores que condicionaram a preservação

³⁷ Podemos identificar documentação correspondente à chegada de condutores portugueses (religiosos com esmolas a caminho da Terra Santa) no *Chambre de Commerce et d'Industrie métropolitaine Aix-Marseille-Provence* (CCIAMP), e informação sobre o comissariado português no *Archivo de la Obra Pía de los Santos Lugares* (Madrid), possibilitando um aprofundamento em trabalhos futuros.

documental. O cartório foi totalmente destruído num incêndio que flagrou a 1 de dezembro 1741 no convento³⁸, mas não sofreu danos com o terramoto de 1755³⁹.

A consulta do fundo “Hospício da Terra Santa” foi realizada na totalidade, identificando sumariamente (tipologia e cronologia) toda a documentação. O fundo encontra-se brevemente descrito e agrupado, na sua maioria, em maços com diversas tipologias documentais, obrigando-nos a uma consulta serial e singular.

A informação é mais abundante, como referido, a partir de 1742 até à sua extinção, dividindo-se em livros de contas da Terra Santa e do Hospício, cartas e documentação oficial respeitante às condutas, uma vez que implicavam ações concretas e o comprometimento dos agentes envolvidos, produzida para cada uma das viagens. A documentação que antecede o incêndio de 1741 é reduzida⁴⁰.

A partir da obra de Frei António do Sacramento e de Frei João Batista de Santo António⁴¹, que serão analisadas adiante, identificámos o *modus operandi* do Hospício da Terra Santa em Portugal permitindo-nos seleccionar as quatro tipologias de documentos produzidos a partir de minutas previamente autorizadas, à semelhança do praticado em Espanha: **Reconhecimento dos Condutores, Passaporte, Contrato com o capitão do navio** (para a 1ª viagem) e **Recibo da Custódia da Terra Santa**.

Para além desta documentação que será alvo de uma análise serial, foram identificados outros documentos com vista a compreender a formação e desenvolvimento do Comissariado da Terra Santa em Portugal e sobre a chegada

³⁸ CALADO, Margarida – *O convento de São Francisco da cidade (subsídios para uma monografia)*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes de Lisboa, 1996. p. 21. LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno (...)*. Vol. IV, Lisboa: Mattos Moreira, 1874. pp. 385-386.

³⁹ CALADO, Margarida – *O convento de São Francisco da cidade (subsídios para uma monografia)*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes de Lisboa, 1996. p. 23.

⁴⁰ Salvaram-se algumas cartas (PT-TT-HTS-L015) e um livro de receita, despesa e transcrição de documentos (PT-TT-HTS-L014 (1664-c.1702)). Deve-se notar que os documentos que se encontram em avançado estado de deterioração, e, por isso, se encontram em acesso reservado, também foram consultados.

⁴¹ Vide ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, 1734. SACRAMENTO – *Viagem Santa (...)*, 1748.

de peças em madrepérola e madeira de oliveira. Falamos de registos de receita e despesa e de relatórios de prestação de contas.

2) *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa (ASCTS)*

O *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa*, localizado no Convento de São Salvador, em Jerusalém, dispõe de um imenso acervo documental que tem permitido, como referimos, um avanço no que concerne à história dos cristãos de várias confissões e dos povos árabes, bem como as demais relações com os territórios europeus.

Jerusalém é a cidade onde está sediada a Custódia da Terra Santa, a partir da qual todos os outros conventos dependem. Neste sentido, as esmolas, por norma⁴², eram entregues no discretório de Jerusalém onde eram apontados no *Libro de Condotte* a proveniência das esmolas, a data de chegada, o nome dos condutores e do respetivo comissário-geral, as esmolas em dinheiro e outros bens (para o culto, para o quotidiano e/ou para a botica conventual). Assim o *Libro dei Condotte n°6 (1615-1720)* e o *Livro de Condotte n°8 (1720-1885)* registam os bens chegados a Jerusalém, beneficiando da confirmação do Custódio, Procurador e Tesoureiro, entre outros, algo que é similar aos recibos outorgados pela Custódia e que se encontram no ANTT.

Esta fonte torna-se imprescindível por dois motivos; por um lado, confirma a documentação disponível no ANTT, permitindo que se cruzem dados; por outro, dá conta de outras condutas realizadas nos anos anteriores ao incêndio de 1742 e de que não possuímos o mesmo volume documental⁴³. Para além deste fato, devemos notar que mesmo para depois do incêndio não dispomos de todos os documentos.

3) *Archivio Storico “de Propaganda Fide” (Roma)*

⁴² Devemos notar que, em alguns casos as esmolas eram entregues noutros conventos com a devida autorização do Convento de São Salvador

⁴³ Salvo uma relação das esmolas pedida devido à perda da documentação – PT-TT-HTS-M019-doc.58 (1744) e a relação de contas existente no volume I da obra de Frei João Batista de Santo António (*Vide ANTÓNIO – Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, pp. 422-451).

A nossa recolha documental estendeu-se ao *Archivio Storico “de Propaganda Fide”*, em Roma. Sinteticamente, a Congregação para a Propagação da Fé foi fundada em 1622 com o objetivo de orientar a evangelização dos povos⁴⁴. No séc. XVI a Custódia acrescentou a tarefa de assistir os cristãos locais e de se empenhar em missões junto dos muçulmanos e dos cristãos orientais⁴⁵. Em teoria, a Congregação tinha jurisdição sobre a Custódia, podendo supervisionar as contas e efetuar nomeações, algo que encontrou grande resistência por parte do reino de Espanha que se autointitulava como padroeiro da Custódia, um conflito que se arrastou até ao séc. XX⁴⁶.

Com o objetivo de encontrar documentação que nos permitisse estudar os inícios da atuação do Comissariado da Terra Santa em Portugal, e tendo conhecimento de que os comissariados deveriam prestar contas à Congregação⁴⁷, concorremos a uma bolsa Erasmus+ e estivemos dois meses (janeiro e fevereiro de 2024) no *Archivio Storico “de Propaganda Fide”* sob orientação da Professora Doutora Felicita Tramontana, coordenadora do projeto HolyLab.

A pesquisa mostrou-se reveladora das limitações da ação da Congregação. Verificámos uma grande influência na prestação de contas e na nomeação de comissários para toda a península itálica. Contudo, para outros comissariados esta ação é rarefeita, para além de uma ausência total de documentação para Espanha.

Se os objetivos de pesquisa foram delineados previamente – identificar os relatórios bianuais de contas enviados por Portugal – ante a carência de um tratamento arquivístico vimo-nos bastante limitados. Na verdade, trata-se de um extenso volume documental, organizado durante o séc. XVII por geografias (como Síria, Terra Santa, Índias Orientais, Pensilvânia) e, para meados do século XVIII, por

⁴⁴ TRAMONTANA – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*, p. 97

⁴⁵ Vide HEYBERGER, Bernard – *Les chrétiens du proche-orient au temps de la réforme catholique (Syrie, Liban, Palestine, XVIIe-XVIIIe siècles)*. Roma: École française de Rome, 1994. ISBN 2-7293-0309-6.

⁴⁶ Vide MARTÍN – Los derechos históricos de España en Tierra Santa y su proceso de extinción, pp. 61-163.

⁴⁷ TRAMONTANA – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean, pp. 405.

cronologias, abrindo espaço a um emaranhado de documentos, algo que nos obrigou a uma primeira familiarização com a organização arquivística da cronologia para, depois, em jeito de tentativa erro, fazer incursões em documentação específica.

Manifestamente, uma das grandes adversidades do nosso trabalho foi a recolha documental neste arquivo, uma vez que, para além das alterações da forma de arquivar, em cada maço encontram-se dezenas de documentos de diversas proveniências, não raras vezes sem qualquer referência à origem, em diversos idiomas (latim, italiano, espanhol, francês, árabe, etc.) e sobre vários assuntos que nos obrigaram a ir redefinindo métodos de investigação.

Depois de uma breve familiarização com os fundos disponíveis através do catálogo⁴⁸, iniciámos uma análise dos livros de atas – *Acta Sacrae Congregationis* – a partir dos seus índices (ainda que com lacunas) e diferentes entradas referentes à Terra Santa, Índias Orientais e Ocidentais, com vista a encontrar notas sobre Portugal. Quando estas notas eram encontradas, recorríamos aos documentos originais (*Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali* (SOCG)). Consultou-se ainda o fundo referente à Terra Santa (1-12), donde se retiraram alguns documentos respeitantes à relação com os hospícios do Brasil.

Apesar dos riscos das imprecisões na metodologia aplicada ao levantamento documental, como forma de contornar as adversidades em tempo útil, conseguimos identificar informação relevante para este trabalho, nomeadamente sobre os hospícios no oriente e no Brasil e as dificuldades na recolha de esmolas.

Os conflitos que, durante o séc. XVII, ocorrem nos hospícios do Brasil e o Comissariado da Terra Santa em Lisboa, que nos ajudam a compreender o

⁴⁸ KOWALSKY, Nicholas; METZLER, Josef – *Inventory of the Historical Archives of the Congregation for the Evangelization of Peoples or 'de Propaganda Fide'*. 3 ed. Roma: Urbaniana University Press, 1988.

desenvolvimento do centralismo administrativo do comissariado da Terra Santa em Portugal.

4) Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

A Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) revelou-se um valioso repositório de obras de literatura de viagem e de divulgação da obra seráfica na Terra Santa. A abundância de fontes impressas para os séculos XVII, XVIII e XIX obrigou a restringir a nossa análise entre 1691 e 1765.

I. Literatura de viagem

Os relatos de viagens à Terra Santa tiveram particular interesse ao longo da Época Moderna e a sua redação contribuiu para que os impossibilitados de realizarem tal viagem estivessem, de certo modo, em contacto com os Lugares Santos⁴⁹. Da mesma forma que grande parte desta literatura se deve a religiosos, também acabava por servir como divulgação do trabalho dos franciscanos, promovendo as esmolas. Fernando Cristóvão considera que no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa haveria muitos relatos manuscritos de viagem, uns que chegaram ao prelo e outros que se perderam com o tempo⁵⁰.

Selecionámos três obras com o objetivo de compreender o funcionamento do Comissariado da Terra Santa em Portugal e completar lacunas deixadas pelas fontes manuscritas. Os textos foram produzidos com objetivos distintos, mas os autores de todos eles foram frades franciscanos que durante a sua vida estiveram diretamente relacionados com a Terra Santa.

O relato de Frei António do Sacramento⁵¹ divide-se em duas partes. A primeira expõe cronologicamente como se sucedeu a sua viagem em 1739, encarregado pelo comissário-geral de levar as esmolas portuguesas a Jerusalém. O autor acaba por transcrever toda a documentação de que precisou, quer em

⁴⁹ Vide CRITÓVÃO, Fernando – Os itinerários da Terra Santa como literatura de peregrinação. Lisboa: Faculdade de Letras, 1984.

⁵⁰ CRITÓVÃO, Fernando – Os itinerários da Terra Santa como literatura de peregrinação. Lisboa: Faculdade de Letras, 1984. P.26.

⁵¹ SACRAMENTO – *Viagem Santa*, 1748.

Portugal, quer nas demais paragens, até chegar à Terra Santa e regressar, fornecendo-nos um modelo detalhado de toda a viagem. O foco para o nosso estudo prende-se com a descrição da viagem de ida e de regresso a Jerusalém e o percurso desde a seleção dos condutores até à partida do cais de Lisboa.

O texto de Frei Miguel das Almas⁵² pretendia ser de leitura informativa. O autor dirige-se ao leitor com vista a fazê-lo olhar para as dificuldades que se viviam na Terra Santa e apelar à sua generosidade, exaltando a ação do comissariado da Terra Santa e apresentando os benefícios da sua contribuição para estes Santos Lugares. Entre as várias linhas vai relatando a sua experiência pessoal uma vez que foi como condutor em 1724.

A obra *Paraíso Seráfico plantado nos santos lugares da redenção (...)*, escrita em três volumes por Frei João Batista de Santo António, vice-comissário da Terra Santa, em muito contribuiu para a redação da história desta instituição, recorrendo do cartório do Hospício da Terra Santa, em Lisboa, e da documentação da Secretaria de Estado da qual faz referência. O primeiro volume, datado de 1733, beneficia de um cartório parcialmente destruído pelo incêndio de 1707, mas razoavelmente completo antes da total destruição de 1742⁵³. O descuido dos vários comissários nos inícios da instituição impediu o autor de efetuar uma pesquisa aprofundada pela perda/destruição de informação, frustrando uma aproximação mais detalhada⁵⁴. De tal maneira que os restantes autores o citam sempre nas suas exposições. Evidencia-se, para a nossa investigação, o primeiro volume que trata a contribuição de Portugal para a Terra Santa, e o segundo e terceiro sobre a formação da Custódia da Terra Santa e toda a história até à época da redação do volume.

Sumariamente, poderemos afirmar que conseguimos compilar três tipos de obras, a de Frei António do Sacramento como um clássico da literatura de viagem em que detalha toda a sua viagem, a de Frei Miguel das Almas que, apesar de tratar

⁵² ALMAS – *Clamores feitos ao ceo*, 1755.

⁵³ CALADO – *O convento de São Francisco da cidade (subsídios para uma monografia)*, pp.20-21.

⁵⁴ “Tudo consumio o tempo, favorecido do descuido, que foy taõ grande, que ate os nomes dos padres comissarios da terra Santa ficaram sepultados nos mesmo monumentos, em que jazem os corpos”. ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 422.

a sua viagem em 1725, se distingue com um carácter de divulgação e de apelo à esmola e, por fim, a de Frei João Batista de Santo António que, em três, volumes e de forma exaustiva, procura escrever a história daquela região do próximo oriente e a relação que Portugal com ela estabeleceu.

II. Provisões e editais

A ação do Comissariado Português da Terra Santa caracterizava-se pelo contacto direto com as populações, apelando à sua generosidade. Para tal, os comissários solicitavam provisões junto dos bispos diocesanos, regulamentando a sua ação, bem como solicitavam a colaboração dos párocos para a fluidez da recolha. Não raras vezes, nessas mesmas provisões eram denunciadas as hostilidades a que estavam sujeitos os esmoleres e os incumprimentos por parte dos prelados. A certa altura notamos a denúncia da proliferação de objetos similares aos produzidos na Terra Santa, de origem duvidosa, excomungando os seus produtores.

O reconhecimento da potencialidade desta tipologia documental (provisões e editais), como constatação de práticas e desvios ao longo do século XVIII, fez-nos acrescentá-las ao rol de fontes, uma vez que se trata de documentação impressa e que se divide entre a BNP e o ANTT.

b) Tratamento de fontes

A identificação e tratamento de documentação no ANTT, no ASPF e a leitura da literatura de viagem permitiram desenhar as primeiras linhas de atuação do Comissariado da Terra Santa em Portugal, o seu *modus operandi*, os seus agentes e rendimentos que, no primeiro capítulo, teremos oportunidade de expor.

O segundo capítulo, apresenta-se como o cerne da nossa investigação, uma vez que, através do cruzamento de fontes, conseguimos identificar as várias condutas, os indivíduos e os bens que partiram de Portugal com destino a Jerusalém.

O objetivo, apesar das lacunas que apresentaremos em apêndice (Apêndice I), foi na sua grande maioria cumprido. Contudo, importa explicar como se procedeu à análise e cruzamento de fontes. De forma a ilustrar a metodologia utilizada, utilizaremos os documentos produzidos aquando da conduta de 1756/57 presentes no ANTT (Reconhecimento dos condutores, Passaporte, Contrato com o capitão do navio e Recibo da Custódia da Terra Santa) e no ASCTS (*Libro de Condotte nº8*). Mais devemos notar que todos os documentos em análise correspondem a minutas previamente estabelecidas e, por isso, todos detêm o mesmo texto base com o acrescento das informações variáveis, as quais foram recolhidas em tabelas previamente elaboradas como adiante explicitaremos.

O **Reconhecimento dos condutores** pretendia assegurar a entrega dos bens aos frades que, em nome do Comissário-Geral da Terra Santa e do Síndico-Geral, se deslocariam a Jerusalém a fim de entregar as esmolas recolhidas no reino e nas conquistas. Este documento era realizado em duplicado, assinado por todos os intervenientes e selado. Um acompanhava os condutores e o outro ficava no cartório do hospício⁵⁵. A partir das informações do documento (Anexo I) foi preenchida a seguinte tabela:

⁵⁵Vide ANTT-HTS-M016-doc.4.

Tabela 1 – Recolha de dados: Reconhecimento dos condutores (1756)

Referência	PT-TT-HTS-M003, doc. 36
Data	06/09/1756
Comissário-geral	Rev. Pe. João dos Prazeres, pregador jubilado
Síndico-Geral	Sr. Manuel Alves da Mata
Condutor (1)	Frei Francisco de Santa Bárbara
Condutor (2)	Frei Francisco de São Vicente
Condutor (3)	-
Condutor (4)	-
Dinheiro para CTS	40 000 cruzados = 16 000 000 réis
Dinheiro p/viagem	100 moedas de ouro (6 400 réis cada) = 640 000 réis
Esmola para os Santuários	100 moedas de ouro (6 400 réis cada) = 640 000 réis
Nome do Navio	IdaCande (?)
Nome do Capitão do Navio	João Henrique Bahnsen
Nacionalidade	Dinamarquês
Porto de Destino	Génova

O **Contrato com o capitão do navio** acordava as condições de viagem e o respetivo acondicionamento de pessoas e bens. O contrato corresponde, igualmente a um modelo predefinido, sendo que os campos variáveis consistem no nome dos condutores, no nome do navio e do seu capitão, bem como a soma a entregar e o porto de destino da primeira viagem (Anexo II).

De igual modo, procedeu-se ao preenchimento da tabela que se segue. Importa salientar que, num trabalho futuro, poderá ser possível cruzar a informação dos recibos com os contratos firmados noutros comissariados, possibilitando entender todo o percurso desde Lisboa à Terra Santa.

Tabela 2 – Recolha de dados: Contrato com o capitão do navio para 1ª viagem (1756)

Referência	PT-TT-HTS-M037, doc. 212
Data	06/09/1756
Comissário-geral	-
Síndico-Geral	Sr. Manuel Alves da Mata
Condutor (1)	Frei Francisco de Santa Bárbara
Condutor (2)	Frei Francisco de São Vicente
Condutor (3)	-
Condutor (4)	-
Nome do Navio	Ida Catherina
Nome do Capitão do Navio	João Henrique Bahnsen
Nacionalidade	Dinamarquês
Porto de Destino	Génova

O **Passaporte** correspondia a uma minuta e confirmava os propósitos dos seus possuidores, apelando a que se facilitasse a sua passagem. Nele constavam o nome do outorgante, do síndico-geral, os condutores, do navio, seu capitão e nacionalidade, porto de destino (1ª viagem) e dos bens que os acompanhavam, concedendo salvo conduto (Anexo III).

Tabela 3 – Recolha de dados: Passaporte (1756)

Referência	PT-TT-HTS-M034-doc.67
Data	07/09/1756
Outorgante	D. Luís da Cunha
Síndico-Geral	Sr. Manuel Alves da Mata
Condutor (1)	Frei Francisco de Santa Bárbara
Condutor (2)	Frei Francisco de São Vicente
Condutor (3)	-
Condutor (4)	-
Nome do Navio	Ida Chatarina
Nome do Cap. do Navio	João Baptista Bahanzen
Nacionalidade	Dinamarquês
Porto de Destino	Génova
Bens	2 500 dobras de ouro de 6 400 réis cada (16 000 000 réis) e mais 100 moedas para os seus gastos (6 400 réis cada = 640 000 réis)

O **Recibo da Custódia da Terra Santa** era outorgado pelo frade custódio aquando da entrega das esmolas no discretório do Convento de São Salvador, em Jerusalém. Lavrado em simultâneo com o registo no *Libro de condotte*. O recibo corresponde, da mesma forma, a uma minuta pré-estabelecida, para que não sejam esquecidos quaisquer dados. Estabelecemos como campos de recolha de informação a referência arquivística, a data de produção do documento, o nome do Custódio da Terra Santa, a data de chegada a Jerusalém, os condutores, o dinheiro entregue e a transcrição dos bens ofertados. De forma a facilitar a perceção da organização do documento, anexamos a imagem (Anexo IV).

Tabela 4 – Recolha de dados: Recibo da Custódia da Terra Santa (1757)

Referência	PT-TT-HTS-M019, doc. 44
Data do doc.	30/06/1757
Custódio da Terra Santa	Fr. Domenico di Venezia
Data de Chegada	03/06/1757
Condutor (1)	Frei Francisco de Santa Bárbara
Condutor (2)	Frei Francisco de São Vicente
Condutor (3)	-
Condutor (4)	-
Dinheiro	40 000 cruzados = 16 000 000 réis
Outros bens	1 arroba de pimenta; ½ arroba de canela; 8 libras de cravinho da Índia; 2 libras de noz-moscada; 8 libras de chá; 88 libras de amêndoa caramelizada; 48 libras de geleia/compota; 6 libras de perfume para os santuários;

Efetuada o levantamento dos dados, iniciámos igual processo nos *Libros de condotte* do ASCTS⁵⁶. O livro encontra-se redigido sobretudo em italiano com alguns vocábulos e/ou entradas em espanhol. Notámos que foram escritos por várias mãos, o que se compreende, até pelo alargado espaço cronológico que compreendem. Transcrevemos o registo de entrada realizado a 03 de junho de 1757 em anexo (Anexo V).

⁵⁶ A consulta da fonte foi realizada através de uma digitalização, dispensada pelos Bens Culturais da Custódia da Terra Santa, da totalidade do livro. Agradecemos, de igual maneira a cedência da transcrição, em *Excel*, realizada pela mesma que pudemos contrapor.

Tabela 5 – Identificação dos condutores (1757)

Referência	ASCTS – Livro de Condotte nº 8, fl.48
Data	03/06/1757
Comissário-geral	Frei João dos Prazeres
Condutor (1)	Frei Francisco de Santa Bárbara
Condutor (2)	Frei Francisco de São Vicente
Dinheiro	40 000 cruzados = 16 000 000 réis

Tabela 6 – Identificação dos bens entregues (1757)

Referência	ASCTS – Livro de Condotte nº 8, fl.48	
Data de entrega	03/06/1757	
Dinheiro	40 000 cruzados = 16 000 000 réis	
Culto	Alfaias	-
	Paramentaria	-
	Perfumes	6 libras de perfume odorífico para os santuários;
Especiarias	Pimenta	1 arroba
	Canela	1/2 arroba
	Cravinho	8 libras
	Noz-moscada	2 libras
	Chá	8 libras
	Outras	-
Botica	Óleos	-
	Ervas	-
	Pedras	-
	Outros	-
Enfermaria	Amêndoa caramelizada	88 libras
	Geleia/compota	48 libras
	Açúcar	-
Outros bens		-

A análise dos registos de condutas do ASCTS teve bastantes obstáculos que precisaram de ser transpostos. Primeiramente, a barreira linguística, atendendo a que, à época, não se pode considerar o italiano como uma língua uniformizada, correndo o risco de a nossa interpretação ir ao encontro do significado hodierno, e não coevo, no que respeita a especiarias e produtos medicinais (óleos, pedras e ervas), naturais da evolução da língua. Para essa clarificação em muito contribuiu a ajuda do grupo de investigação HolyLab e da professora Felicita Tramontana.

Na mesma linha, na sua grande maioria os nomes dos condutores foram italianizados (como Fra Pietro della Croce⁵⁷ que corresponde a Frei Pedro da Cruz⁵⁸), pelo que atualizámos a grafia, de modo a que seja possível identificar o mesmo indivíduo em diferentes contextos.

Seguindo o mesmo critério, também os pesos e medidas precisaram de ser, quando possível, uniformizados com vista a identificar padrões e alterações do volume de produtos entregues. Recorremos dos resultados do projeto *Prices, Wages And Rents In Portugal 1300-1910*⁵⁹ com vista a uniformizar e deflacionar os valores monetários bem como a unidade de medida utilizada para as especiarias para identificar padrões e evoluções nas ofertas.

De forma que não houvesse gralhas no cruzamento dos condutores tivemos em conta a **intercessão das datas** de partida e de chegada e o **nome dos respetivos condutores**. Cumpridos estes requisitos foram sendo acrescentadas outras informações consoante a fonte as disponibilizava.

Para proceder à identificação das várias viagens, dos respetivos condutores e dos bens entregues, no período em análise (1691-1765), procedemos ao cruzamento de várias fontes primárias e secundárias. A base deste trabalho assentou na análise dos livros de registo de condutas do *Archivio Storico della*

⁵⁷ ASCTS – *Libro dei Condotte* nº6, fl. 296.

⁵⁸ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 432.

⁵⁹ Projeto *Prices, Wages And Rents In Portugal 1300-1910*: Disponível em: <<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>>. Consultado em 23/08/2024. Agradecimento à Prof. Doutora Sara Pinto e à Prof. Doutora Patrícia Costa pela indicação do projeto e pela ajuda no tratamento dos dados.

Custodia di Terra Santa (Libro de Condotte nº6 e Libro de Condotte nº8) que correspondem ao período em estudo. Beneficiou-se da obra *Paraíso Seráfico*, de Frei João Batista de Santo António, que, embora de forma sumária, relatou as várias viagens entre 1691 e 1733, e, por isso, conseguimos preencher algumas lacunas que o registo de condutas havia deixado em aberto.

Por sua vez, Frei António do Sacramento, na obra *Viagem Santa*, narra, pormenorizadamente, a sua viagem à Terra Santa em 1739, fornecendo a transcrição dos vários documentos produzidos, bem como um detalhadíssimo relato de cada etapa da viagem, desde a preparação até ao regresso, servindo-nos como modelo elucidativo dos tramites naturais desta missão.

Foi realizada a justaposição da documentação recolhida no ANTT entre 1742 e 1765, com base na datação e no nome dos condutores, que se encontra em apêndice (Apêndice I). As lacunas verificam-se entre 1733-1738 e 1740-1742 onde apenas pudemos considerar o *Libro de Condotte nº8*.

O seguinte esquema procura ilustrar, atendendo à cronologia em análise (1691-1765), quais as fontes utilizadas para a identificação das 59 condutas, das quais 57 tiveram sucesso.

Esquema 1 – Cruzamento de fontes (1691-1765)

Paraíso Seráfico - Frei João Batista de Santo António, Vol. 1, pp. 431-451														
ASCTS - Libro de condotte nº6, fl. 291-384														
ASCTS - Libro de condotte nº8, fl. 2-58v														
1691														1765

* SACRAMENTO, António do, OFM – Viagem Santa, e peregrinação Devota, que aos Santos Lugares de Jerusalém: em que se obrou a nossa redempção, fez nos annos de mil setecentos e trinta e nove, e quarenta Fr. António do Sacramento. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1748. pp. 13-193.

** HTS, nos vários maços de onde retirámos os seguintes documentos: Reconhecimento dos condutores; Passaporte; Contrato com o capitão do navio; Recibo da Custódia da Terra Santa.

De forma a tornar o texto mais compreensível, foram construídos alguns mapas, em colaboração com Bernardo Souza, produtor dos mesmos, elaborados na plataforma QGIS 2.28.11 'Firenze'⁶⁰.

O terceiro capítulo entendemos que deveria ser consagrado aos bens que chegavam a Portugal vindos de Jerusalém. Sabendo de antemão, sobretudo pela literatura de viagem, de que os frades traziam aos benfeitores peças em madrepérola e madeira de oliveira como *regalo* e gratificação da sua generosidade, e tendo conhecimento das listas de centenas de peças adquiridas para esse efeito, partimos à procura destes testemunhos materiais.

A nossa pesquisa iniciou-se no RAIZ⁶¹, onde obtivemos 37 resultados dispersos pelos museus nacionais. Insatisfeitos com o resultado, partimos para o contacto (via mail, telefone e/ou presencialmente) com os diversos museus nacionais, aos quais adicionamos outras instituições detentoras de arte sacra, nomeadamente os Bens Culturais da Igreja, museus particulares de irmandades e confrarias e fundações privadas (Fundação Oriente e Fundação Medeiros e Almeida), entre outros. Recolhemos inúmeras respostas e o número de peças cresceu consideravelmente.

Não obstante a identificação das peças, não nos é possível afirmar com certeza que as mesmas foram resultado da ação do Comissariado da Terra Santa em Portugal, uma vez que não realizamos o estudo do seu percurso. Aliás, devemos ter em atenção de que não se trata de objetos imóveis, mas que circulavam, por diferentes motivos, e que, atualmente, se encontram em diversas instituições.

Naturalmente que, para esta dissertação, não procurámos realizar uma lista exaustiva de todos os objetos que existem em Portugal continental e ilhas; contudo, tal como veremos no terceiro capítulo, procurámos demonstrar a variedade de

⁶⁰ Mapas elaborados a partir de: 1: 50m Physical vectors (EPSG:4326 - WGS 84) by Natural Earth. Free vector and raster map data. Disponível em: <<https://naturalearthdata.com>>. Consultado em 23/08/2024.

⁶¹ “O Raiz é a plataforma destinada ao inventário, gestão e divulgação de bens culturais, desenvolvida pela Museus e Monumentos de Portugal”: Disponível em: <<http://raiz.museusemonumentos.pt/>>. Consultado em 05/09/2024.

peças existentes, as lacunas na sua identificação e a sua dispersão geográfica, pelo que apenas serão apresentadas algumas imagens.

Estrutura do trabalho

A lacuna historiográfica identificada e a pertinência social e científica deram espaço ao desenvolvimento desta investigação, orientada no estudo da relação de Portugal com a Terra Santa, numa conceção de um movimento pendular de pessoas e bens.

O primeiro capítulo consagra-se à apresentação da Custódia da Terra Santa, da sua formação, missão e desenvolvimento para, num segundo ponto, avançar com alguns traços sobre a formação e desenvolvimento da instituição em Portugal, dos seus membros e das suas redes de recolha de esmolas e de difusão de notícias e objetos.

O segundo capítulo apresenta-se como cerne da nossa investigação, tendo sido, manifestamente, o motor propulsor dos outros dois capítulos. O cruzamento de várias tipologias documentais, provenientes de vários arquivos e bibliotecas, permitiu-nos identificar as 59 viagens entre Portugal e a Terra Santa, os vários intervenientes e os bens ofertados para o sustento e manutenção dos Lugares Santos.

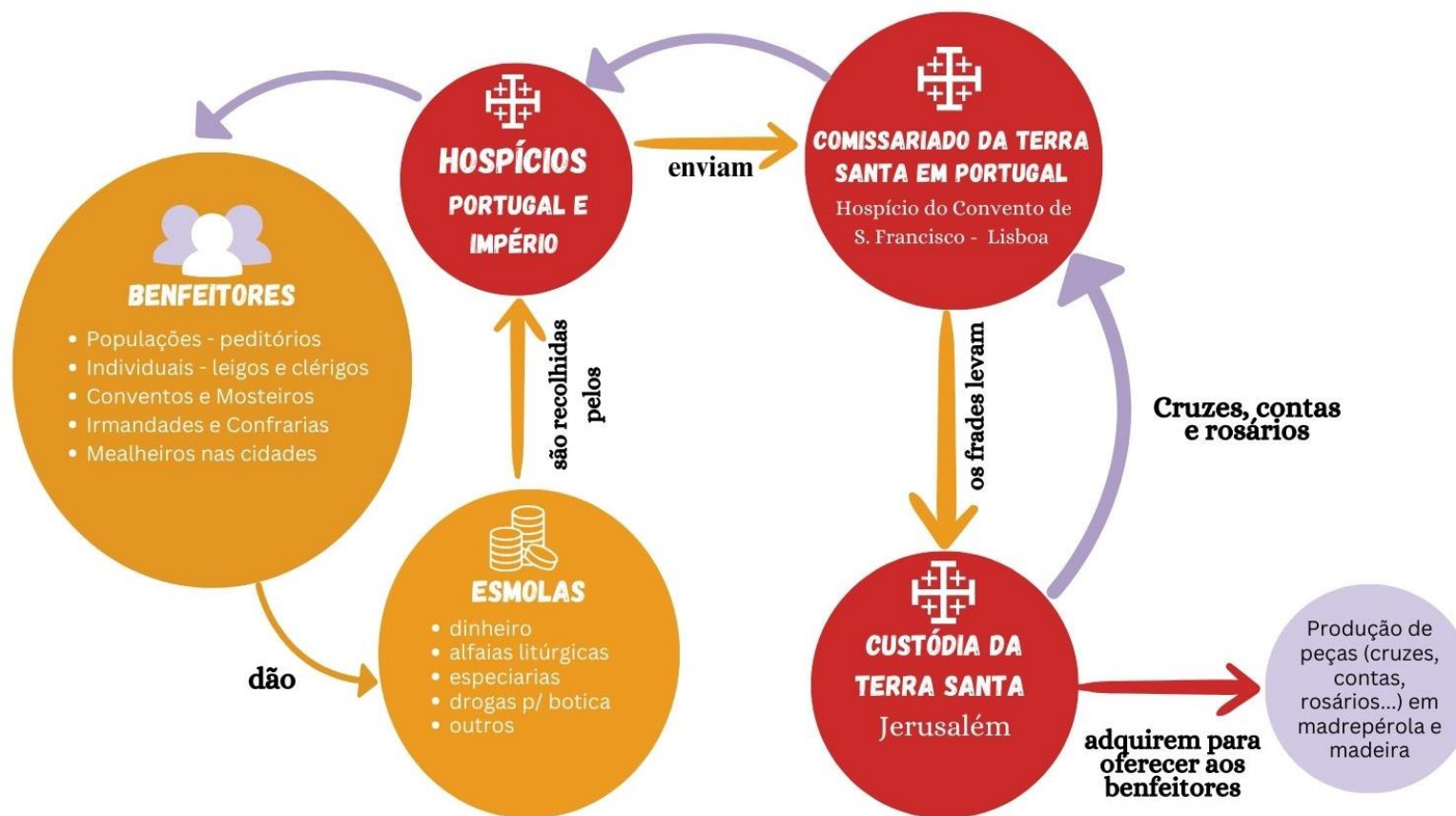
O terceiro, e último, capítulo foi consagrado a um estudo patrimonial ímpar, uma vez que apesar da irrelevância do valor monetário das peças, as mesmas são portadoras de um imenso significado espiritual, fator de atratividade e de fomento da piedade e generosidade dos fiéis. A partir daqui foram identificadas peças em madeira de oliveira e madrepérola, que correspondem a uma gramática própria da Obra Seráfica, nos vários museus e fundações nacionais. De entre as peças identificadas salientamos algumas pela sua fisionomia e dispersão geográfica.

As obras de edificação do *Terra Sancta Museum* deram alento a este estudo, pela sua futura utilidade e singularidade. Em suma, a formulação de uma leitura circular (Esquema 2) em muito contribui para uma resposta completa àquela que

fora a nossa questão primeira: Qual a relação de Portugal com a Custódia da Terra Santa?

Esquema 2 – Fluxos de esmolas e objetos de devoção entre Portugal e a Terra Santa

Hospícios de Portugal e das Conquistas



1. A Custódia da Terra Santa

A Custódia da Terra Santa, pela sua longevidade, tem-se mostrado um observatório privilegiado das dinâmicas a Ocidente e Oriente. O presente capítulo destina-se a apresentar, ainda que sumariamente, aquilo que foi o seu percurso até à formação dos comissariados na Europa, com vista a recolha de meios financeiros para a sua manutenção e cumprimento da sua missão como custódios/protetores dos Lugares Santos (Fig.1).



A natureza mendicante dos frades menores estava comprometida pelo reduzido número de cristãos, numa

Figura 1 – Frades franciscanos suportam a edícula do Santo Sepulcro. HORN, Elzear – *Ichnographiae Monumentorum Terrae Sanctae* (1724-1744). Jerusalém: 1962.

região dominada por forças políticas e religiosas adversas a esta confissão (primeiramente, mamelucos e depois otomanos), impossibilitando o seu sustento. Assim, os territórios europeus foram chamados, gradualmente, a comprometerem-se com o envio de esmolas para a manutenção da Custódia da Terra Santa.

Num segundo ponto, aprofundaremos a formação do Comissariado da Terra Santa em Portugal, o seu desenvolvimento e complexificação ao longo do século XVIII. Através da literatura de divulgação e de viagem a par dos livros de contas, por meio de cortes temporais predefinidos, desenhámos a extensão da influência centralizadora do Hospício da Terra Santa de Lisboa, recebendo as ofertas de todo o país e das demais conquistas portuguesas ultramarinas.

Procurámos identificar os mecanismos fomentadores das contribuições dos benfeitores, bem como identificar, desde o início, a atuação dos comissários da Terra Santa.

1.1. A Custódia da Terra Santa – formação e desenvolvimento

O fracasso das cruzadas e a emergência de novas prioridades militares nos reinos europeus, nos séculos XII e XIII, fez com que a “libertação” dos Lugares Santos dos povos muçulmanos fosse remetida para segundo plano, obrigando a que fosse repensada a presença católica na Palestina⁶².

A historiografia tem considerado que se possa dividir a história da Custódia da Terra Santa em quatro período distintos: Fundação (1217-1342); Organização (1342-1517), Questão dos Lugares Santos (1517-1852) e Período Moderno (1852 em diante)⁶³. Na verdade, estamos perante uma instituição que se perpetua nos tempos desde os finais da Idade Média até aos nossos dias, mantendo a vocação para a qual foi criada: o cuidado dos Lugares Santos.

Em 1217, no primeiro capítulo franciscano, formou-se a província franciscana do Oriente com vista ao envio de missionários para esta região. Na verdade, as referências de Francesco Queresimo notam que existiam frades nesta região durante as cruzadas e, portanto, antes da formação da Custódia⁶⁴.

Em 1219, Francisco de Assis, depois de autorizado pelo sultão mameluco do Egipto, peregrinou aos Lugares Santos. Com a derrota definitiva das Cruzadas, em 1291, os religiosos foram expulsos e, de dois em dois anos, partindo da ilha de Chipre, levavam as orações da Cristandade, em peregrinação, até aos Lugares Santos⁶⁵.

Dadas as boas relações comerciais que os reis Roberto, de Nápoles, e Sancha, da Sicília, detinham com o Sultão alMalik al-Nasir Muhammad (1310-1341) do Egipto, iniciaram-se conversações para a obtenção de autorização para a residência dos frades em Jerusalém e o seu acesso ao Santo Sepulcro⁶⁶. O sucesso das negociações, em 1333, possibilitou que 12 religiosos ocupassem o Cenáculo

⁶² POUMARÈDE – *La France et Jérusalem (XVIème-XIXème siècle)*, p. 41.

⁶³ PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, pp. 20-27.

⁶⁴ ARMSTRONG – *Spiritual Legitimation? Franciscan Competition over the Holy Land (1517–1700)*, p. 165.

⁶⁵ PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, p. 18.

⁶⁶ ARMSTRONG – *The Holy Land and the Early Modern Reinvention of Catholicism*, p. 29.

do Monte Sião, em Jerusalém, e pudessem celebrar missa e ofícios no Santo Sepulcro e no vale de Josafat (túmulo da Virgem Maria)⁶⁷. O sustento destes religiosos ficou a cargo dos reis de Nápoles e da Sicília⁶⁸.

Em 1342, pela bula de Clemente VI, a presença franciscana foi oficialmente reconhecida pela Santa Sé, confiando-lhes o cuidado dos peregrinos, dos Lugares Santos e o legado espiritual de representarem a Cristandade na Terra Santa⁶⁹. Entre avanços e recuos, devemos notar que a missão dos franciscanos foi-se configurando em três pilares, a receção dos peregrinos, o cuidado e manutenção dos Lugares Santos e a sua presença orante. No séc. XVI acrescentou-se um quarto pilar com vista a evangelização e cuidado das almas dos católicos da Terra Santa, assistindo-as sacramentalmente⁷⁰.

A questão da sustentação, como referido, colocou-se desde a sua fundação. Assente, numa primeira fase, no patrocínio dos reis de Nápoles e da Sicília, foi continuada pelos seus legítimos sucessores, os reis de Espanha, que, dados os apertos por que passavam os religiosos, adquiriram um crescente destaque no financiamento da Custódia da Terra Santa, e, conseqüentemente, no seu governo⁷¹.

O envio de religiosos como procuradores da Custódia para junto das cortes europeias, para além de recordar, permanentemente, a sua existência nos Lugares Santos, fomentando o envio de piedosas ofertas, permitia que estes intercedessem junto dos monarcas em favor das constantes negociações com a Corte de Constantinopla (Sublime Porta) pela defesa dos direitos da Custódia⁷².

⁶⁷ HEYBERGER – Les frères mineurs de la Terre Sainte entre régime ottoman et Réforme catholique (XVIIe - début XIXe siècle), p. 310.

⁶⁸ PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, p. 97.

⁶⁹ PIERACCINI, Paolo – *Il ristabilimento del Patriarcato Latino di Gerusalemme e la Custodia di Terra Santa: la dialettica istituzionale al tempo del primo patriarca Mons. Giuseppe Valerga (1847-1872)*, pp.46-47.

⁷⁰ PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, p. 21.

⁷¹ MARTÍN – Los derechos históricos de España en Tierra Santa y su proceso de extinción, pp. 70-77.

⁷² PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, p. 39. MARTÍN – Los derechos históricos de España en Tierra Santa y su proceso de extinción, p. 70.

A presença da Custódia da Terra Santa junto dos vários territórios europeus foi-se constituindo sob a forma de comissariados com o objetivo de coordenar e organizar a recolha de esmolas e, conseqüentemente, encaminhá-las para Jerusalém. O Capítulo Geral da Ordem dos Frades Menores de 1618, em Salamanca, definiu que, dadas as necessidades de financiamento, em cada território independente (reino, república ou ducado) da Cristandade deveria haver um comissariado⁷³.

Em 1621, em Segóvia, foram aprovados os estatutos para a formação destes comissariados – *Statuta Generalia pro Locis Terræ Sanctæ*⁷⁴ – que orientavam a nomeação de comissários e a sua atuação, regulando a relação de Espanha e Portugal com as Índias Orientais e Ocidentais, com vista à uniformização da sua atuação. De salientar que este Capítulo franciscano decorreu durante a união dinástica (1580-1640) de Portugal com Espanha, algo que deve ser considerado, uma vez que neste encontro foi fundado e organizado o comissariado em Lisboa, que deveria recolher as esmolas das suas conquistas e encaminhá-las para Madrid para, posteriormente, seguirem para a Terra Santa⁷⁵.

A formação desta rede de circulação de esmolas proporcionou uma maior eficácia, e uma crescente complexificação desta prática. Naturalmente, a recolha de esmolas era anterior a estas determinações, apesar de ineficaz e, por isso, necessitava de uma reorganização⁷⁶. De facto, progressivamente, ao longo do séc. XVII, desenvolve-se uma rede de circulação de pessoas e bens que, não obstante as várias semelhanças com as redes comerciais da época, possuía a característica

⁷³ PICCIRILLO – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*, p.42

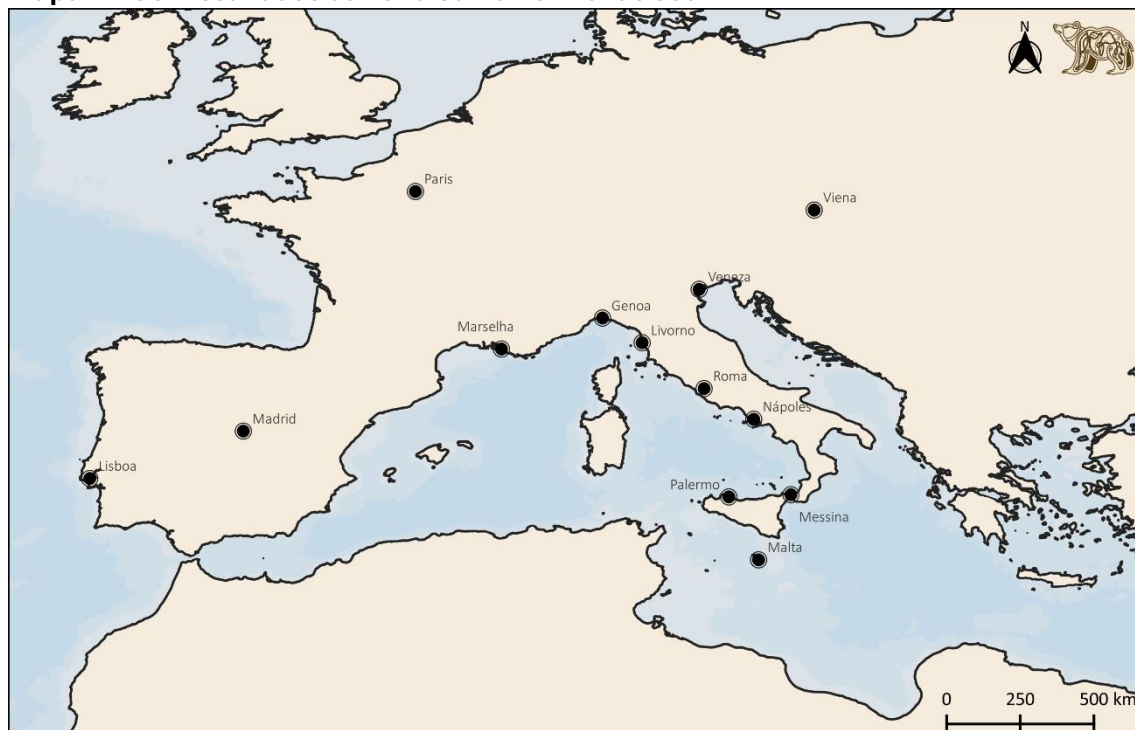
⁷⁴CHRONOLOGIA HISTORICO-LEGALIS SERAPHICI ORDINIS FRATTRUM MINORUM [Em linha]. Nápoles: Typographia Camilli Caualli, 1650. Pp.664-673. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=TF7MjJXz1psC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Consultado em 16/08/2024.

⁷⁵ *Ibidem.*; GARCIA BARRIUSO – *Espana en la Historia de Tierra Santa*, p. 330.

⁷⁶ GARCIA BARRIUSO – *Espana en la Historia de Tierra Santa*, p. 46.

distinta de realizar o movimento inverso, ou seja, partia de vários portos e convergia na Terra Santa (Mapa 2)⁷⁷.

Mapa 1 – Comissariados da Terra Santa no final do séc. XVII



● Sede de comissariado

Fonte: TRAMONTANA, Felicitá – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. Vol. 48 (2023), nº 4, pp. 397-425.

A criação da Sagrada Congregação para a Propagação da Fé (*Vulgo Propaganda Fide*), em 1622, como já referido, visava controlar as várias missões católicas pelo mundo, entre as quais a Terra Santa. Aqui presentes desde o séc. XIII, os franciscanos, para além dos três pilares referidos, acumularam o cuidado dos católicos locais. Foi nesta vertente que a *Propaganda Fide* se procurou imiscuir, afirmando o controlo desta missão, bem como do financiamento desta instituição, recolhendo relatórios no que a tal dizia respeito⁷⁸. Para além do mais, iniciou

⁷⁷ TRAMONTANA – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean, p. 411.

⁷⁸ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, pp. 401-409; 469-482.

políticas de nomeação e confirmação de comissários e síndicos com o objetivo de controlar os diferentes comissariados⁷⁹.

Os conflitos entre a Custódia da Terra Santa e a *Propaganda Fide* foram permanentes, de tal forma que Espanha, maior financiador da instituição, nunca reconheceu a legitimidade da congregação romana⁸⁰. O levantamento documental por nós realizado (ASPF – *Scritture riferite nei Congressi* – Terra Santa, Vol. 1-15) deu conta de que, atendendo à quantidade de documentação identificada, a influência teve maior dimensão nos comissariados da Península Itálica (Toscana, Milão, Turim, Veneza, Nápoles e Roma), mas muito pouca expressão nos demais reinos da Europa (França, Espanha, Sacro Império e Portugal). Somos levados a refletir sobre a relação do poder formal com o poder efetivo, algo que só poderá ser esclarecido com um levantamento exaustivo que compare os diferentes comissariados.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 268-278.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 330-332.

1.2. Comissariado da Terra Santa em Portugal (1621-1833)

a) Formação e desenvolvimento

Em 1621, no Capítulo Geral dos Frades Menores em Segóvia, foi indigitado Frei Pedro da Porciúncula como primeiro comissário-geral da Terra Santa em Portugal. Ao comissário-geral, residente no convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, correspondia a responsabilidade de coordenar a recolha das esmolas e centralizá-las em Lisboa, com o auxílio do Síndico⁸¹, para posteriormente agilizar o seu envio, numa primeira fase, por meio do comissariado em Madrid⁸².



Figura 2 – Livro de receitas – ANTT - HTS - L015 (1742-1769), fol. 1.

A necessidade de aprofundar conhecimento sobre o comissariado português, a forma como se organizava em Portugal e nas suas conquistas, representa um ponto essencial desta investigação, atendendo a que sem uma primeira abordagem à instituição, à sua organização e *modus operandi*, não conseguimos compreender os trâmites em que se realizava a recolha e envio das esmolas para os Lugares Santos.

Apesar dos documentos recolhidos para o estudo das viagens (condutas) elucidarem sobre a forma como estas eram realizadas, que bens eram entregues e quem os levava (condutores), ficava por explicar a forma como as esmolas eram recolhidas em Portugal e nas conquistas, e como se articulavam com o comissariado geral de Lisboa e, conseqüentemente, com outros comissariados dispersos pela Europa.

⁸¹ “As religiões mendicantes chamam syndico à pessoa, que lhes guarda o dinheiro, que lhes vem de esmola”: BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino* (...). Vol. IV. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. P.819.

⁸² GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 330.

Ainda que esta dissertação não pretenda ser um estudo institucional sobre o Comissariado da Terra Santa em Portugal, é, pois, essencial apresentar algumas linhas orientadoras sobre o funcionamento da instituição.

A abundância de documentação obrigou a uma seleção dirigida no sentido de conhecer o contexto da sua fundação e desenvolvimento, bem como a forma de atuação. Através dos livros de contas (Figura 2) e da literatura de viagem e de divulgação foi-nos possível escrever as primeiras linhas sobre a instituição, para responder, consistentemente, à nossa questão de partida: Qual a relação de Portugal com a Custódia da Terra Santa?

Na verdade, a formação do comissariado, em 1621, formalizou a frequente prática de enviar bens e esmolas para os Lugares Santos, não nos sendo possível indicar a data concreta em que a instituição alcançou um funcionamento pleno; contudo, é-nos clara a data da sua extinção: 13 de dezembro de 1833, por decreto de D. Pedro IV (Anexo VI)⁸³.

O comissariado português possui a especificidade de ser comumente conhecido como de Hospício da Terra Santa. O Hospício da Terra Santa, desde a sua fundação, integrava o complexo edificado do convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, apesar de usufruir de uma certa autonomia face ao guardião do convento⁸⁴.

Rafael Bluteau define hospício como uma “Especie de convento pequeno de alguma família religiosa, em que se agasalhaõ os hospedes da mesma religião, quando passam por algum lugar, em que não tem convento em forma; Algumas vezes se toma por habitação, domicilio”⁸⁵. Assim, o “hospício” é um lugar de trânsito, de passagem, em que os esmoleres pernoitavam e, no caso de Lisboa, os frades da Terra Santa (Comissário-geral, Vice-Comissário, procurador e irmãos

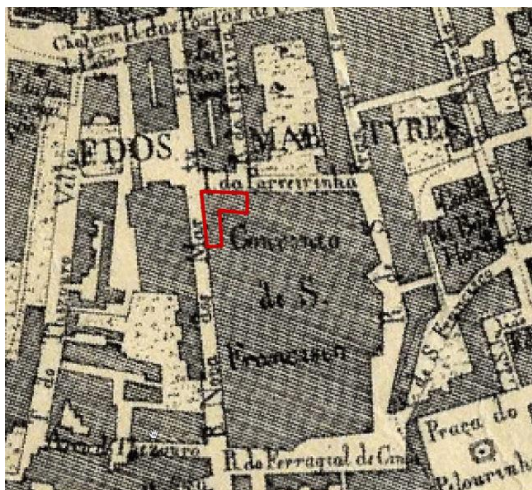
⁸³ *COLLEÇÃO DE DECRETOS E REGULAMENTOS* (...) [Em linha]. Lisboa: imprensa Nacional, 1835. p. 270. Disponível em: < <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p293>>. Consultado em 12/08/2024.

⁸⁴ ANTT – Condes de Linhares, M0024, doc. 4 – Dissertação sobre os comissários da Terra Santa em Portugal (...).

⁸⁵ BLUTEAU – *Vocabulario portuguez e latino* (...), Vol. IV, p.64.

donatos⁸⁶) agilizavam a recolha e negociavam o envio das esmolas. Este modelo replicou-se nos vários hospícios dispersos pelos vários territórios⁸⁷.

Figura 3 – Hospício da Terra Santa – Lisboa



Fonte:<https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=705>

[Consultado em 07/08/2024]

Figura 4 – Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa



Fonte: Foto parcial do Painel Azulejar da Lisboa anterior ao terramoto de 1755. Museu Nacional do Azulejo.

A formalização das práticas que originaram os comissariados assentou na necessidade de que as várias esmolas (oriundas de peditórios e de legados) encontrassem um caminho seguro para a Custódia da Terra Santa a fim de serem corretamente utilizados⁸⁸.

Em Portugal, a relação do comissário Frei António de Cristo, enviada em 1656 à *Propaganda Fide*, dá-nos conta dos vários legados, anteriores ao seu governo, entregues à causa dos Lugares Santos, entre os quais um legado perpétuo de D. Manuel, que reinou de 1495 a 1521, um período bastante anterior à formação do comissariado, para o sustento de uma lâmpada no Santo Sepulcro em

⁸⁶ VILELA – *Hospícios da Terra Santa no Brasil*, p. 75.

⁸⁷ No caso da cidade do Porto, podemos notar que, 1745, foram acrescentadas mais duas celas no Convento de São Francisco para “recolher os frades que andam a pedir esmolas para os Lugares Santos” – ADP – MON/CVSFPRT – 001 – 6056 – 56466.

⁸⁸ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, pp. 191-192.

Jerusalém⁸⁹. Da mesma forma, como teremos oportunidade de aprofundar no segundo capítulo, outros monarcas contribuíram para os Lugares Santos.

A partir da obra de Frei João Batista de Santo António retiveram-se algumas noções sobre o funcionamento do comissariado e aprofundar, tanto quanto possível, o percurso da sua formação. Através desta também se identificaram as esmolas (dinheiro e demais ofertas) entre 1664 e 1733, notando que o envio das mesmas, até 1691, era realizado por intermédio do comissariado de Madrid⁹⁰ e, durante a guerra da restauração, até 1668, por Roma (Anexo VII)⁹¹.

Da mesma forma, o autor clarifica os motivos pelos quais as esmolas portuguesas deixaram de recorrer a intermediários para que fossem entregues em Jerusalém. Denúncia decorrente era a da apropriação das esmolas portuguesas por Espanha, atendendo a que as mesmas raramente eram identificadas como portuguesas em Jerusalém⁹². A situação não era recente, atendendo a que, já em 5 de junho de 1642, numa carta enviada à *Propaganda Fide*, o comissário da Terra Santa em Lisboa pedia a criação de um comissariado-geral em Portugal, separado de Espanha, de forma a assegurar a correta entrega e registo da proveniência das esmolas⁹³. Não devemos olhar com inocência o facto deste pedido surgir na continuidade das guerras da Restauração, contribuindo para um discurso de apoio ao monarca dos Bragança.

Apesar das referências ao envio das esmolas portuguesas, devidamente comprovadas na obra *Paraíso Seráfico* (Anexo VII), apenas se identificaram seis referências, no *Libro de Condote* n^o6, anteriores a 1692⁹⁴, legitimando as queixas anteriormente referidas.

⁸⁹ ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG), vol. 197, fl. 891-892.

⁹⁰ Fr. Manuel do Espírito Santo Minde, em 1810, confirma que “Antigamente só havia em Portugal Comissarios particulares, ou Vice-commissarios subordinados ao Comissario Geral da Terra Santa em Madrid” – PT/TT/CLNH/0024/04, fl. 1.

⁹¹ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 422-451.

⁹² GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 331.

⁹³ ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG), vol. 196, doc. 219.

⁹⁴ ASCTS – *Libro de Condote* n^o6, fl. 138; 209; 210; 255; 265; 271.

As várias incompatibilidades entre os registos de contas portugueses e os registos de recessão de condutas em Jerusalém foram gerando desconfiança e descontentamento, atendendo a que, apesar de serem recolhidas e enviadas, as esmolas não eram reconhecidas como portuguesas⁹⁵. Tal atitude contribuía para o descrédito da ação dos frades no reino e nas conquistas, criando conflitos com outros religiosos da própria ordem ou de outras⁹⁶.

O desejo de independência não assolava apenas o Hospício de Lisboa, mas também os demais hospícios dispersos pelo Brasil e Oriente que, através de correspondência enviada à *Propaganda Fide*, apresentam as suas reclamações face ao centralismo de Lisboa e à ausência de prestação de contas⁹⁷.

Periodicamente, durante o século XVII, a *Propaganda Fide* nomeava e confirmava os comissários para o Brasil⁹⁸ e para as Índias Orientais⁹⁹, algo que não se verificava para os comissários de outros reinos fora da Península Itálica. Podem-se tomar estas confirmações como tentativas, por parte dos diferentes hospícios, para alcançarem alguma independência face ao Hospício de Lisboa, ou uma forma da *Propaganda Fide* se tentar imiscuir destes assuntos. Frei João Batista de Santo António reconheceu estas tentativas e desvalorizava-as, uma vez que considerava que as mesmas eram motivadas por segundas intenções com vista a realização de negócios no Mediterrâneo¹⁰⁰.

É de destacar o caso que envolveu Frei Aleixo da Madre de Deus, vice-comissário da Terra Santa na província de Santo António do Brasil. O frade, indignado com a falta dos relatórios de Lisboa, decidiu, por seus meios, levar as esmolas a Jerusalém. A celeridade da sua travessia e a ausência de recibo levou a

⁹⁵ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 416.

⁹⁶ Em 1737, os Capuchinhos davam conta da má administração das esmolas no Brasil – ASPF – *Acta Sacrae Congregationis*, vol. 107 (1737), Fl. 67 – 87.

⁹⁷ ASCTS - *Scritture riferite nei Congressi*, Terra Santa, vol. 1, fl. 293/294

⁹⁸ ASPF – *Acta Sacrae Congregationis*, vol.53 (1683), fl. 192. Pe. Plácido de Santo António pede que se confirme a sua patente de comissário do Brasil, outorgada pelo padre geral.

⁹⁹ ASPF – *Acta Sacrae Congregationis*, vol. 33 (1664), fl. 100. Frei Emanuele della Passione – comissário da Terra Santa nas Índias Orientais suplica a confirmação da patente. Pedido concedido. Confirma-se por Síndico António Azevedo.

¹⁰⁰ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 424.

que fosse acusado de usufruir das esmolas, gastando-as em seu proveito, abrindo-se um processo que correu entre Portugal, Roma e o Brasil¹⁰¹. O caso toma particular relevância pelo facto de colocar em causa a honestidade da instituição no que respeita à recolha das esmolas, a tal ponto que o comissariado em Roma insistiu junto da *Propaganda Fide* para que o processo tivesse um tratamento célere e exemplar¹⁰². Apesar da particularidade deste caso, outros relatórios com delitos similares podem ser encontrados no mesmo arquivo¹⁰³.

De entre os avanços e recuos, apenas em 1691, o comissariado obteve autorização do provincial da Ordem dos Frades Menores para que, por seus próprios meios, entregasse as esmolas recolhidas em Portugal e nas conquistas em Jerusalém¹⁰⁴. No final desse mesmo ano partem Frei Matias do Espírito Santo (Província de Portugal), Frei Amaro de Santo António (Província de Santo António do Brasil) e Frei António do Amparo da Providência (Província dos Algarves) com 5 000 patacas (3 750 000 réis), na nau “São João Batista” do capitão Bernardo Beltrão¹⁰⁵, francês, com destino a Marselha¹⁰⁶. A sua chegada é confirmada no dia 25 de julho de 1792¹⁰⁷, sendo esta a primeira conduta portuguesa entregue por mão dos frades deste mesmo território.

b) Redes de recolha de esmolas

Como referido, a fundação do Comissariado da Terra Santa em Portugal (c.1621) teve como objetivo formalizar e tonar mais eficaz a recolha de esmolas para a Terra Santa, assegurando o seu correto envio. A extensão das conquistas em muito comprometeu uma rápida e eficaz organização, ao que acresceram as

¹⁰¹ Vide Processo de Frei Aleixo da Madre de Deus: ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali – Vol. 244, doc. 2-41. Várias entradas nos livros de atas que correspondem a documentos que podem ser recuperados nos SOCG: ASPF – Acta Sacrae Congregationis, vol. 33, fl. 44v; fl.139-139v; vol.34, fl. 149-150v; Scritture riferite nei Congressi, vol.4, doc. 293-294; doc. 299.

¹⁰² ASPF – Acta Sacrae Congregationis, vol. 35 (1666), fl. 193-193v.

¹⁰³ ASPF – Acta Sacrae Congregationis, vol. 33, fl.139-139v; vol. 34, fl. 37-38; fl. 207-208v; vol. 35, fl. 151-152; fl. 181; vol. 36, fl. 1; vol. 38, fl. 307-308.

¹⁰⁴ ANTT – HTS – M035, doc. 38.

¹⁰⁵ O nome foi, claramente, “aportuguesado”, indicando que, provavelmente, o nome original seria Bernard Beltran.

¹⁰⁶ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 431.

¹⁰⁷ ASCTS – *Libro dei Condotte n° 6*, fl. 291.

guerras da Restauração (1640-1668), notando que, durante este período, vários hospícios, no Brasil e no Oriente, pretenderam tornar-se independentes do Comissariado da Terra Santa sediado em Lisboa¹⁰⁸.

Apesar de não ser prioridade aprofundar as dinâmicas internas e externas da fundação dos vários hospícios e da sua maior ou menor eficácia, é pertinente olhar para a malha administrativa com vista a compreender a origem das esmolos. Tal origem permite-nos refletir sobre a pluralidade geográfica dos bens, sintomática da extensão do império português a Oriente e a Ocidente¹⁰⁹.

A recolha de esmolos para os Lugares Santos obrigou ao desenvolvimento de uma rede de esmoleres e síndicos dispersos pelo reino e pelas conquistas que, devidamente orientados, deveriam fazer chegar a Lisboa os proventos do seu apostolado. Por outro lado, é claro também o dever de, ao mesmo tempo, fomentar a piedade dos fiéis para esta causa¹¹⁰.

A oferta de esmolos advinha da piedade dos fiéis que, por devoção, a davam para um fim concreto: o sustento e manutenção dos Lugares Santos. Na verdade, reconhecemos que, atendendo aos vários peditórios para causas locais, regionais e nacionais¹¹¹, caso não existisse um conjunto de pessoas no terreno que, de alguma forma, promovesse e agilizasse essa recolha, esta não seria possível.

Para além da boa vontade dos intervenientes e da sua reta intenção, era necessário desenvolver uma rede eficaz de recolha e envio de esmolos, correndo o risco de, caso tal não fosse providenciado, estas se perdessem e nunca alcançassem o seu destino. Na verdade, a perda de muitas das esmolos pela ausência de uma dinâmica concreta era um dos argumentos mais fortes dos frades do Brasil para a sua independência¹¹².

¹⁰⁸ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 424.

¹⁰⁹ VALE, Teresa Leonor – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes. In AFONSO, André – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. pp. 44-46.

¹¹⁰ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 131-136.

¹¹¹ Vide BNP – COD.8749, doc.6 - Carta aos párocos de Braga, em 8 de março de 1762, em que se ordena a suspensão da recolha de esmolos para o recolhimento do castelo de Lisboa em benefício dos esmoleres da Terra Santa.

¹¹² ASPF – *Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali*, vol. 244, doc. 17 (4 abril 1665).

A recolha de esmolas era realizada de diversas formas, à semelhança do que se fazia em Espanha e nas suas conquistas¹¹³. A recolha de esmolas poderia ser realizada pelos frades da Terra Santa (esmoleres) que calcorreavam as localidades circundantes do seu hospício apelando à generosidade dos crentes. Outra forma passava pela recolha, em dias específicos, de esmolas para os Lugares Santos levadas a cabo pelos párocos. Os proventos deveriam ser entregues na cúria diocesana e, posteriormente, dados aos esmoleres¹¹⁴. Em ambas as circunstâncias se deve destacar o papel fundamental do síndico que, à semelhança do verificado para os conventos mendicantes, se encarregava dos bens temporais, administrando-os e encaminhando-os para os seus respetivos fins¹¹⁵.

As mesmas patentes que proviam exclusividade e favores aos esmoleres dão-nos conta das dificuldades que os frades sentiam nessa recolha ou dos incumprimentos por parte dos párocos das diretivas episcopais, como comprovam os repetidos pedidos, por parte dos comissários, da outorga destas patentes.

Apesar da permanente colaboração dos monarcas, D. João V foi o primeiro monarca a envolver-se diretamente no envio das esmolas, outorgando benefícios a estas viagens e redigindo cartas ao guardião do Monte Sião, algo continuado pelos seus descendentes, servindo de exemplo de piedade e devoção para os seus vassalos, como destaca Frei Miguel das Almas¹¹⁶. Certo será dizer que as atitudes do monarca incentivavam diretamente os seus vassalos, principalmente os mais próximos, a imitar as suas ações.

De forma exemplificativa, com base na disponibilidade de documentação e na forma prática de contabilidade, organizada em três colunas (origem, descrição do que foi entregue e valor), procurámos identificar a evolução dos valores e

¹¹³ BNP – COD.8749-doc.50 – Modo como se recolhem as esmolas na Nova Espanha. *Vide GARCIA BARRIUSO – España en la Historia de Tierra Santa*, pp. 231-243.

¹¹⁴ BNP – COD.8749-doc.3 (Braga, out.1760); doc. 4 (Braga, set. 1760); doc.5 (Braga, mar. 1762); doc. 9 (Lisboa, jan 1760); doc. 10 (Lisboa, 1742); doc. 11 (Lisboa, 1761); 14 (Évora, 1761); doc. 15 (Porto, 1758); doc. 25 (Lamego, 1759); doc. 30 (Elvas. 1760); doc. 34 (Coimbra, 1745); doc. 35 (Coimbra, 1756); doc. 40 (Rio de Janeiro, 1762); doc. 42 (Crato, 1754); doc. 44 (ordem de Cristo, 1763);

¹¹⁵ *Vide ALMAS – Clamores feitos ao ceo (...)*, pp. 131-136. (Carta comum passada aos síndicos).

¹¹⁶ *Ibidem*, pp. 143-148.

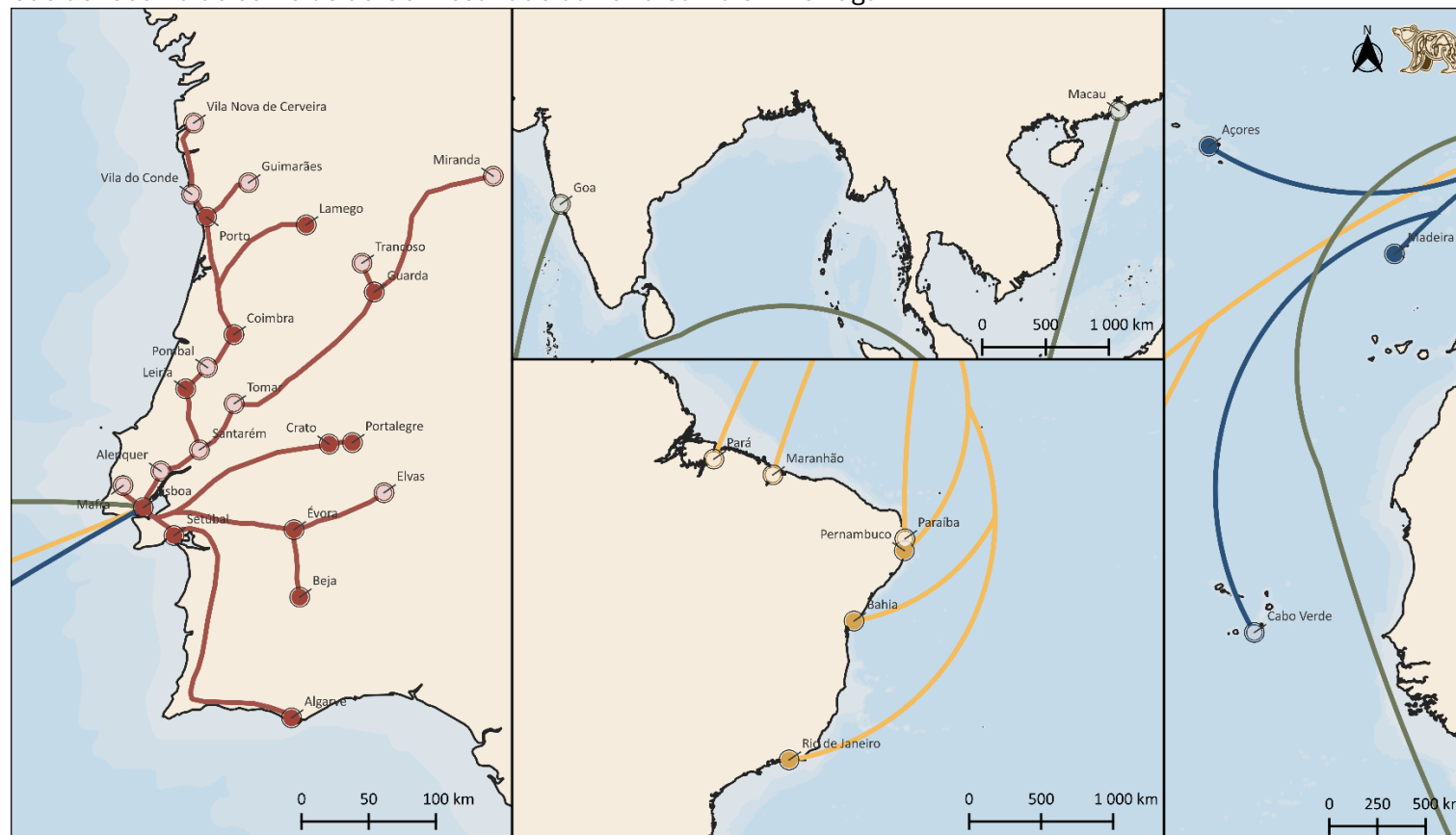
proveniências das escolas. Elucidativamente, dada a impossibilidade de analisar todos os livros disponíveis, efetuámos cortes trienais ao longo do século XVIII, dado não termos informação similar para períodos pretéritos. Foram realizados os cortes temporais (1705-1707¹¹⁷, 1751-1753¹¹⁸, 1788-1790¹¹⁹) que se materializam na informação constante em apêndice (Apêndice II), a partir da soma das receitas, que permitiu a construção do seguinte mapa.

¹¹⁷ ANTT – HTS – L014 (1700-1710), Fl. 70-79.

¹¹⁸ ANTT – HTS – L001 (1742-1769), Fl. 54v-75.

¹¹⁹ ANTT – HTS – L008 (1788-1793), Fl. 1-37v.

Mapa 2 – Rede de recolha de esmolas do Comissariado da Terra Santa em Portugal



Rede do comissariado português (c.1700)

- Reino
- Brasil
- Atlântico
- Ásia

Novos hospícios

- pós 1750

Proviniência das esmolas

- do Reino
- do Brasil
- das ilhas Atlânticas
- do Oriente

Fonte: PT-TT-HTS-L014 (1700-1710) – Fl. 70-79; PT-TT-HTS-L001 (1742-1769) – Fl. 54v-75; PT-TT-HTS-L008 (1788-1793) – fl. 1-37v.; MATOS, Artur – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

A construção do mapa (Mapa 4) enriqueceu a análise dos dados recolhidos (Apêndice III), uma vez que trouxe para o espaço o abstrato da informação. Se, por um lado, se verificou um aumento exponencial das esmolas, por outro o alastramento dos pontos de recolha também facilitaram que se conseguisse chegar a um maior número de fiéis, alargando a malha de atuação do Comissariado em Portugal e nas conquistas.

A análise dos dados (Apêndice II) resultou na verificação uma crescente ampliação da proveniência geográfica das esmolas, fruto do comprometimento de um maior número de esmoleres e de síndicos, que entregavam em Lisboa, de diferentes formas (ouro, letras de câmbio, moeda ou géneros), o resultado da sua coleta. Salvo o avançar da inflação ao longo do séc. XVIII, notámos um claro aumento do valor monetário. Estes fatores denotam uma densificação e complexificação da ação do Comissariado da Terra Santa em Portugal.

Os resultados dos peditórios realizados dentro dos conventos e mosteiros de outras ordens religiosas, principalmente na zona de Lisboa e vale do Tejo, são testemunho do envolvimento que certos conventos e mosteiros, de ordens diversas, tinham com os Lugares Santos através da recolha de esmolas e/ou da confeção de paramentos e alfaias para a Terra Santa¹²⁰.

A par de outros conventos, o hospício de Lisboa integrava o mercado de venda de hábitos com vista ao amortalhamento dos defuntos, comum na Época Moderna, com base nas indulgências concedidas aos fiéis que elessem o hábito franciscano para sua última roupagem¹²¹. Reconhecemos uma valorização dos hábitos pertencentes a frades que peregrinaram à Terra Santa aquando de uma das condutas, ou lá ficaram a servir. Por exemplo, em 1706, vendeu-se por 3 000 réis o

¹²⁰ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, pp. 412-413

¹²¹ FERRAZ, Norberto Tiago – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Dissertação de doutoramento. pp. 18/136.

hábito que pertenceu a Frei Pedro da Cruz¹²², que foi condutor das esmolas em 1693 e 1700¹²³.

As esmolas oriundas do Brasil levam-nos a refletir sobre a legitimidade do pedido de autonomização/criação do Comissariado do Brasil e da grande influência da Terra Santa neste território, abrindo novas possibilidades de investigação. Esta influência consubstanciou-se em legados pios que, por via testamentária, eram concedidos à Terra Santa por testadores residentes no Brasil, de tal forma relevante que Frei João Batista de Santo António lhes concede um capítulo da sua obra¹²⁴.

Importa referir que, apenas em 1825, os hospícios do Brasil independente (1822) se unem sob a forma de comissariado, alcançando finalmente a autonomia, quando o imperador D. Pedro decidiu que os religiosos procuradores da Terra Santa deviam “fazer suas remessas a esta Corte [Rio de Janeiro] para o mesmo Augusto Senhor as fazer dirigir a Jerusalem [sic] em socorro dos Santos Lugares, como já se praticou no anno [sic] de 1817”¹²⁵.

Para além dos rendimentos já referidos, o Hospício contava com juros da alfândega de Lisboa e da Casa da Índia que, a par de rendas de moradas de casas em Alfama e no Ferregial, eram acrescentadas às receitas.

Ademais, existiam esmolas particulares que, de forma individual ou coletiva eram entregues com objetivos específicos (fabricação de uma alfaia para o culto ou a celebração de missas¹²⁶) ou como simples colaboração espontânea. Temos nota que na cidade de Lisboa existiam várias caixas de esmolas fixas, como o “mealheiro do Terreiro”¹²⁷, ou ambulantes, por exemplo o “mealheiro da mulher do peixe”¹²⁸.

¹²² ANTT-HTS-L014, fl. 76.

¹²³ ASCTS – *Libro de condotte* nº6, fl. 296/316; ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*. p. 432.

¹²⁴ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, pp. 416-421.

¹²⁵ ANTT – HTS – M0024, doc. 228.

¹²⁶ Vide, por exemplo, ANTT – HTS – M019, doc. 70 (Lista de missas a celebrar na Terra Santa – 1762).

¹²⁷ ANTT – HTS – L014, Fl. 77v; ANTT – HTS – L001, Fl. 60; 14; 39v;53v.

¹²⁸ ANTT – HTS – L014, Fl. 77v.

c) Os comissários-gerais da Terra Santa (1621-1833)

Apesar do Capítulo Geral de 1694, em Vitória (Espanha), ter proibido que outros comissariados além de Paris e Madrid ostentassem a denominação de “comissariado-geral”, Garcia Barriuso reconhece que a atuação do comissariado de Lisboa autodeterminou-se como comissariado geral, centralizando a recolha de esmolas em Portugal e nas colónias e encaminhando-as, por meios próprios (materiais e humanos) para a Terra Santa a partir de 1691¹²⁹. Na verdade, consta da documentação a denominação, a partir de Frei António de Santo Agostinho, do título de comissário-geral¹³⁰.

Com base numa tabela posterior a 1826¹³¹, conjugando com as referências que fomos encontrando para os comissários do séc. XVII, nomeadamente no ASPF, na literatura de viagem e na relação realizada por Frei Henrique Rema¹³², conseguimos identificar a atuação dos seguintes comissários-gerais da Terra Santa, residentes em Lisboa:

Tabela 7 – Comissários-gerais da Terra Santa em Portugal (1621-1833)

Comissários-Gerais da Terra Santa em Portugal – 1621-1833			
Comissário-Geral	Cronologia	Titulatura	Observações
Frei Pedro da Porciúncula	1621 -16??;	-	-
Frei António do Sacramento	anterior a 1660 ¹³³ ;	-	-
Pe. Frei António de Cristo	1660 – 1664	-	-
Pe. Frei António de Santo Agostinho	1664 – 1699	-	-
Pe. Frei Veríssimo da Conceição	1700 – 1701	-	-
Pe. Frei José da Trindade	23 jun. 1701 – 1714;	-	Ex-Provincial da Província dos Algarves

¹²⁹ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 334.

¹³⁰ ASCTS – *Libro de condotte* nº6, fl. 291 – “(...) M.R.P. fr. Antonio di S. Agostin, comisso. Gentle. di terra santa in Portogallo (...)”.

¹³¹ ANTT – HTS –M035, doc.22: Lista de todos os Comissários da Terra Santa.

¹³² REMA – O convento de São Francisco da cidade de Lisboa (1217-1834) e a sua Ordem Terceira (1834-2017), p. 301. Infelizmente, o autor não faz referência à proveniência da informação para a elaboração da relação apresentada.

¹³³ ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG), vol. 196, doc. 891.

Pe. Frei Francisco de Santiago	13 nov. 1714 – 5 mar 1718;	Pregador Jubilado	Ex-Secretário e Definidor
Pe. Frei João das Chagas	5 mar. 1718 – 1726	Pregador Jubilado; Padre Mais Digno	Ministro Provincial no Capítulo de 1720
Pe. Frei Manuel da Paz	1727-1736 ¹³⁴	-	-
Pe. Frei João dos Prazeres	out. 1736 – 25 set. 1756	Pregador Jubilado	Padre da Província de Portugal
Pe. Frei Salvador da Guia	1756-1757 ¹³⁵	-	Guardião do Convento de S. Francisco da Cidade
Pe. Frei Caetano da Piedade	1757 – 10 jun. 1765	Pregador jubilado	-
Pe. Frei Manuel de S. Carlos	15 jun. 1765 – 25 abr. 1805	-	Definidor em 1775, Provincial em 1780, Vigário Provincial em 1791
Pe. Mestre Frei Manuel do Espírito Santo Minde	15 jun. 1805 – 14 jun. 1815	Leitor de Artes; Padre Mais Digno	Custódio Provincial em 1795, Ex-Leitor de Teologia e Examinador das Três Ordens Militares,
Pe. Mestre Frei José Joaquim da Imaculada Conceição Amarante	14 nov. 1821 – 8 ago. 1826	Leitor de Teologia, Cronista da Província e Padre Mais Digno	Arcebispo de Cranganor
Pe. Mestre Frei Manuel Luís da Conceição	8 ago. 1836 – 1833	Leitor de Filosofia e Teologia	Professor Régio de Retórica

¹³⁴ ANTT-HTS-L015, fl. 9v-10: Relatório de contas levadas a Capítulo Geral (1729-1762).

¹³⁵ ANTT – HTS – L015, fl. 34v: Relatório de contas levadas a Capítulo Geral (1729-1762).

Fontes: REMA, Henrique Pinto – O convento de São Francisco da cidade de Lisboa (1217-1834) e a sua Ordem Terceira (1834-2017). *Archivo Ibero-Americano*. 77, nº 284 (2017). p. 301.; ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG), vol. 196, doc. 891.; ANTT – HTS – L015, fl. 9v-10: Relatório de contas levadas a Capítulo Geral 1729-1762.; ANTT – HTS – L015, fl. 34v: Relatório de contas levadas a Capítulo Geral 1729-1762.; ANTT – HTS – M035, doc.22: Lista de todos os Comissários da Terra Santa

A presente tabela pretendeu esquematizar toda a informação recolhida sobre os diferentes comissários-gerais da Terra Santa em Portugal. Como seria espectável, à medida que se avança na cronologia as informações disponíveis são mais abundantes; contudo, deve-se atentar à complexidade do cargo de comissário-geral, como procurador da Terra Santa no reino, assegurando a correta recolha e envio das esmolas, estando em permanente contacto com os demais comissariado e, conseqüentemente, com a Custódia da Terra Santa em Jerusalém. A recessão de correspondência e relatórios em vários idiomas, impelia a que o comissário-geral fosse um indivíduo que detivesse uma escolaridade que lhe possibilitasse a correta interpretação e resposta, a par do conhecimento concreto e empírico da malha de atuação da Custódia.

Na verdade, para além das funções suprarreferidas, ao comissário geral e aos seus companheiros competia a função de divulgar os “inauditos e quotidianos trabalhos”¹³⁶ porque que passavam os frades franciscanos no Próximo Oriente, favorecendo a impressão de folhetins e a redação de obras de divulgação – como anteriormente tivemos oportunidade de apresentar – que clarificavam os objetivos da Obra Seráfica (oração, manutenção, evangelização e acolhimento) e apelavam à generosidade dos fiéis, colocando-os ao corrente das várias notícias que iam chegando¹³⁷. A tradução destas notícias sobre a Terra Santa do italiano e/ou do espanhol¹³⁸ faziam com que circulassem pelo reino folhetins em português sobre as dificuldades e privações que os frades da Terra Santa, sendo-nos possível ter

¹³⁶ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), p. 7.

¹³⁷ TRAMONTANA – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*, p. 107.

¹³⁸ Vide como exemplo: Arquivo Storico di Frati Minori (ASFM) – B/3-23 Relazione fedele della sollevazione seguita in Giaffa contro l'Ospizio dei PP. Minori Osservanti Custodi do Terra Santa (Roma, 22 setembro 1756).

acesso a alguns que, com certeza, constituem uma pequena parte do que era difundido¹³⁹.

Resumindo, a Custódia da Terra Santa, presente em toda a Europa pelos seus procuradores e comissários, foi desenvolvendo uma rede de recolha, centralização e envio de esmolas de forma a suprir a necessidade de meios para o cumprimento da sua missão primeira: o cuidado dos Lugares Santos.

Portugal, à semelhança de outros territórios, apresentou-se com um papel ativo nesta rede, sobretudo depois de 1691, ano em que, por seus próprios meios, passou a levar as esmolas de Portugal e das suas conquistas a Jerusalém. Na verdade, tal não seria possível se não houvesse um crescimento da malha de esmoleres e síndicos, no reino e nas conquistas, que permitissem chegar aos fiéis.

De referir também, e não menos importante, os vários privilégios pontifícios, régios e episcopais que foram sendo outorgados a favor do Comissariado da Terra Santa em Portugal, concedendo-lhe um reconhecido monopólio sobre a recolha de esmolas, algo que causava conflito dentro da própria Ordem dos Frades Menores, com outras ordens e com o clero diocesano, como nos comprovam as repetidas patentes outorgadas.

¹³⁹ PARGHELIA, Gregório – *Relaçam verdadeira do celeberrimo triunfo e vitoria que conseguiu a religião franciscana, recuperando os Santos Lugares de Jerusalem, usurpados pela nação grega cismatica em virtude de hum mandado imperial que deu o sultão Solimão a 20 de abril de 1690 (...)*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1691.; PRAZERES, João dos, OFM – *Fiel cópia das relações que a Custódia da terra Santa mandou a Roma (...)*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1750.; PRAZERES, João dos, OFM – *Relaçam do grande milagre que Deos Senhor nosso foy servido obrar na santa cidade de Jerusalem, no ano de 1752*. Lisboa: oficina Alvarenses, 1753.; THEODORO, OFM – *Funesta e lamentável relação do que succedeo em 30 de Abril do anno de 1756*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.; PIEDADE, Caetano da, OFM – *Relação fidelíssima dos execrandos estragos, e sacrílegos roubos, que os gregos cismáticos fizeraõ no Santissimo Spulcro (...)*. Lisboa: oficina de Francisco Borges de Sousa, 1758.; PIEDADE, Caetano da, OFM – *Relação fidelíssima das continuas vezaçoens e grandes tyrannias, roubos e tormentos que continuamente padecem os religiosos do nosso padre S. Francisco em Jerusalem e conventos pertencentes à Terra Santa*. Lisboa: oficina de Francisco Borges de Sousa, 1763.

A tradução e divulgação de folhetins consubstancia uma campanha de sensibilização para os perigos e dificuldades dos frades da Custódia apelando ao contributo generoso dos portugueses.

O contributo de Portugal para a “Obra Seráfica” consubstanciou-se numa organização concreta que pontilhou os territórios portugueses com vista a recolha de esmolas para os Lugares Santos, algo que, apesar da extinção em 1833, continuou através de irmandades (como a Irmandade da Terra Santa¹⁴⁰, a Confraria dos Lugares Santos de Jerusalém¹⁴¹ ou a Ordem Equestre dos Cavaleiros do Santo Sepulcro), da mesma maneira que regressou a Portugal sob a forma de comissariado no século passado¹⁴².

¹⁴⁰ VILELA – *Hospícios da Terra Santa no Brasil*, p. 64.

¹⁴¹ ANTT – Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia, livro nº39.

¹⁴²O comissariado detém uma página online: <https://www.custodia.org/pt-pt/commissariats/comissario-da-terra-santa-portogallo>. Consultado em 27/07/2024.

2. De Lisboa a Jerusalém: condutores, esmolas e ofertas

Se, num primeiro momento, procurámos clarificar a fundação, organização e funcionamento do Comissariado da Terra Santa em Portugal, neste ponto o texto vai ao encontro da análise da concretização da vocação primordial da instituição: o sustento e manutenção da Custódia da Terra Santa.

Justapondo as várias tipologias de documentação de que dispomos, objetivamos identificar as viagens – denominadas de condutas –, os respetivos condutores e peregrinos, bem como as esmolas e demais bens entregues em Jerusalém como “esmola do sereníssimo Rei de Portugal (...) e de seus devotos vassalos”¹⁴³.

Naturalmente, como tivemos oportunidade de analisar, os bens ofertados tinham várias origens, nomeadamente no Oriente e no Brasil e a sua doação, para além de prover a conservação dos Lugares Santos, tinha conotações representativas dos reinos de onde provinham

Na verdade, ao aprofundar o tema em estudo verificámos que, de Portugal, anualmente saía uma comitiva de frades com as esmolas recolhidas no reino e nas conquistas com vista ao sustento e manutenção dos Lugares Santos da Palestina.

¹⁴³ “(...) e tutto lemosina del serenisso. Re di Portug. che Dio conservi e mantenga, e delli suoi devotissi. vassale”: ASCTS – *Libro de Condotte* n^o8, fl. 22v.

2.1. As condutas: viagens entre Portugal e Jerusalém

Às viagens entre Lisboa e Jerusalém, denominadas de “condutas”, tal como já tivemos oportunidade de definir e, consequentemente, condutores aos frades que conduziam as esmolas até Jerusalém.

O cruzamento das diversas tipologias documentais permitiu identificar a preparação de 59 viagens, sendo que uma se perdeu (1710)¹⁴⁴ e outra não chegou ao seu destino (1717)¹⁴⁵, consubstanciando 57 viagens entre Lisboa e a Terra Santa, realizadas com sucesso, entre 1691 e 1765. Nota-se, claramente, um período de adaptação entre 1691 e 1720, atendendo à irregularidade das viagens, bem como à inconstância dos valores monetários entregues. A partir de 1720 as condutas adquiriram uma certa periodicidade, realizando-se, salvo algumas exceções, anualmente e estabilizando o valor da esmola entregue (Apêndice V).

Geralmente, uma viagem entre Lisboa e Jerusalém demoravam em média, entre três e sete meses, podendo prolongar-se até um ano (como em 1721). Devemos ter em consideração diversos fatores, como a disponibilidade de um navio, a existência de pestes¹⁴⁶, tempestades ou piratas que condicionavam o avançar da viagem e obrigavam às devidas adaptações¹⁴⁷.

As viagens não eram realizadas de forma contínua entre Lisboa e Jerusalém, mas com vários pontos de escala. Estes pontos eram escolhidos consoante os portos onde existisse um Comissariado da Terra Santa, como Marselha, Génova e Livorno, permitindo a articulação entre os vários comissariados para que se desse continuidade à viagem por meio de outro navio. Esta forma de proceder beneficiava

¹⁴⁴ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, pp. 433-435.; ARCE, Agustín, OFM – *Miscelánea de Tierra Santa*. Vol. I. Jerusalém: Imprensa de Tierra Santa, 1950. pp. 2-5.

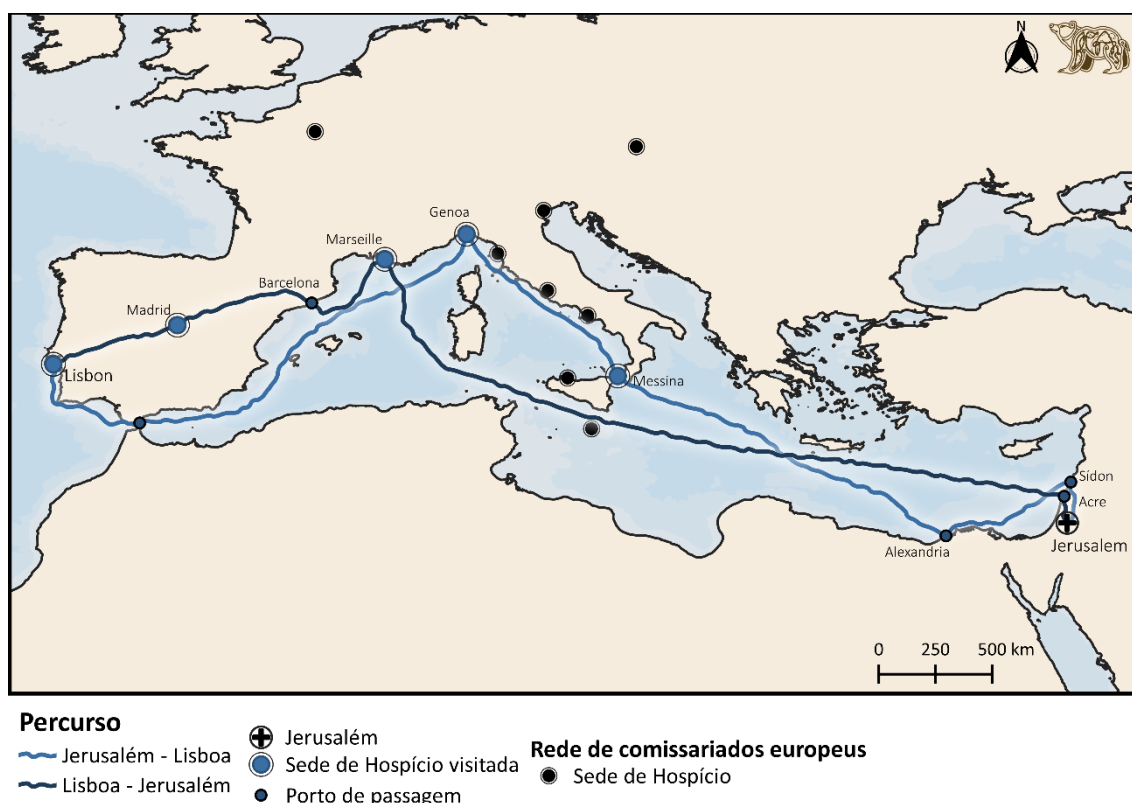
¹⁴⁵ ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, p. 438.

¹⁴⁶ Na conduta de 1720, Frei Manuel da Apresentação, em Marselha, contraiu peste e foi deixado na praia onde acabou por falecer: ANTÓNIO – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, pp. 433-435. ARCE – *Miscelánea de Tierra Santa*, pp. 439.

¹⁴⁷ ARCE – *Miscelánea de Tierra Santa*, p. 1. VÉRON-DENISE, Danièle – Les envois d'ornements liturgiques en Terre saint. In DEGOUT, Bernard; CHARLES-GAFFIOT, Jacques, dir. – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. p. 69.

de uma rede de circulação mediterrânea exclusiva da Custódia da Terra Santa, que permitia a circulação segura de pessoas e bens para o abastecimento da instituição, a passagem dos peregrinos, a mobilidade dos procuradores e a troca de informações¹⁴⁸.

Mapa 3 – Condução de 1739-1740 de Frei António do Sacramento



Fonte: SACRAMENTO, António do, OFM – *Viagem Santa, e peregrinação Devota, que aos Santos Lugares de Jerusalém: em que se obrou a nossa redempção, fez nos annos de mil setecentos e trinta e nove, e quarenta Fr. António do Sacramento*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1748. pp.37-193.

A viagem de Frei António do Sacramento e dos seus companheiros, em 1739, apresenta-se como um exemplo bastante ilustrativo da variação do percurso consoante os fatores suprarreferidos. O autor revela os portos onde atracaram à ida e no regresso de Jerusalém.

¹⁴⁸ TRAMONTANA – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean, pp. 405-412.

Para a concretização da primeira viagem não eram utilizados navios portugueses, tal como se consegue observar pela análise dos contratos com os capitães e das referências do *Paraíso Seráfico*, socorrendo-se das rotas comerciais do Mediterrâneo para cumprir a sua missão (Apêndice III). Neste parâmetro atentamos a que, no período em estudo, se verificou uma evolução quer no que refere à nacionalidade dos capitães quer ao porto de destino. Se, entre 1691 até 1728, havia uma clara preferência por navios franceses com destino a Marselha, a partir de 1728 e até 1765 verificámos uma predominância de navios oriundos no norte da Europa (ingleses, holandeses, suecos e dinamarqueses) a que se juntam navios genoveses e um ragozeu (da região da Ragusa – Sicília) com destino a Génova e Livorno¹⁴⁹.

Apesar de, de momento, não nos ser possível identificar todas as rotas tomadas pelos frades condutores, num projeto futuro será possível clarificar este assunto acedendo a informação dos arquivos locais de onde aportavam, e de onde partiam, os navios, como no Arquivo da *Chambre de Commerce et d'Industrie métropolitaine Aix-Marseille-Provence* (CCIAMP)). Mais a mais, a clarificação deste ponto sedimentaria a hipótese de que, em alguns casos, os condutores de várias proveniências viajavam em conjunto. Por exemplo, em 30 de junho de 1754, os condutores de Palermo, Viena e de Veneza chegaram juntos a Jerusalém, informação que se repete com outros territórios¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Na documentação, a cidade de Livorno, na costa italiana, é identificada como “Liorne”.

¹⁵⁰ ASCTS – *Libro de Condotte* n.º 8, fl. 45.

2.2. Os condutores portugueses

O condutor, “guia no caminho”¹⁵¹, era escolhido/convidado pelo comissário-geral da Terra Santa. Este, através de carta, convidava certos frades, das diversas províncias franciscanas de Portugal e das conquistas, para realizar esta missão. Naturalmente, a aceitação deste convite passava também pela validação do guardião do convento que o frade integrava, tal como nos dá conta Frei António do Sacramento, residente do convento de São Francisco da cidade do Porto, primeiro condutor em 1739¹⁵².

Conseguida a aprovação, o frade deveria seguir para o Hospício da Terra Santa, em Lisboa, de forma a participar na preparação da logística da viagem e receber a devida documentação para a sua concretização, pedindo passaporte e ajustando a passagem num navio. Na verdade, Frei António do Sacramento nota que, apesar de estarem sempre a sair navios para os destinos pretendidos (Marselha, Génova ou Livorno), nem todos os capitães aceitavam serem portadores desta missão e, por outro lado, era preferível aguardar por um capitão “competente, conhecido e fiel a Deus”, para evitar que as esmolas se perdessem¹⁵³. Este cuidado transparece nos detalhes do contrato firmado com o capitão, acordando as condições de acomodação e alimentação tal como podemos verificar: “(...) assim mais terá obrigado o dito Senhor Capitão a accomodar-nos na sua camera, e dar-nos de comer à sua meza em toda a viagem até chegarmos ao dito porto, e nós, obrigados a entregar-lhe a importancia das ditas sincoenta moedas de ouro de quatro mil e oitocentos reis cada huma em dinheiro de contado antes de nos receber a bordo, de que nos dará recibo nas costas deste”¹⁵⁴.

Contudo, antes da partida, o comissário-geral acompanhado dos frades condutores e peregrinos, eram recebidos em audiência privada pela família real¹⁵⁵

¹⁵¹ BLUTEAU – *Vocabulario portuguez e latino* (...), Vol. II, p. 450.

¹⁵² SACRAMENTO – *Viagem Santa* (...), pp. 15-17.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 19.

¹⁵⁴ *Ibidem*, pp. 26-27.

¹⁵⁵ Não raras vezes era entregue uma carta do rei para ser entregue ao guardião do Monte Sião, tradição continuada nos reinados seguintes.

e pelos mais altos prelados do reino. Em 1739, despediram-se do cardeal Mota e do cardeal Cunha, benfeitores dos Lugares Santos, e beijaram o anel do Cardeal-Patriarca, D. Tomás de Almeida¹⁵⁶.

Os condutores partiam em pares, podendo ser acompanhados de outros frades (clérigos ou leigos). Na verdade, apenas os condutores firmavam um juramento, em duplicado (um para o cartório do Hospício de Lisboa e outro que os acompanhava), onde se comprometiam a entregar as esmolas na Procuradoria-Geral da Terra Santa, no Convento de São Salvador, em Jerusalém¹⁵⁷. Naturalmente, deveriam trazer o recibo da entrega aquando do seu regresso: “(...) partiremos para os portos mais seguros, e direitos para os Lugares Santos de Jerusalem; e levando-nos Deos a salvamento a todos, ou a qualquer de nós, faremos entrega da dita Conduta na Procuradoria Geral da Terra Santa, donde mostraremos recibo (...)”¹⁵⁸.

Havia diversas formas de referir o grupo de frades ou sacerdotes que acompanhavam as condutas consoante o objetivo da sua viagem. Denominava-se **condutor** aquele(s) que era(m) referido(s) como tal no registo dos *Libro de Condotte* e no recibo passado aquando da entrega da conduta, tendo por principal missão a entrega das esmolas em Jerusalém. Por outro lado, os clérigos que iam para servir na Terra Santa, ou que iam em peregrinação, eram identificados como **“de família”** ou como **“companheiros”**, respetivamente.

Ao longo dos 75 anos em análise vários foram os frades que repetiram a missão, dos quais destacámos Frei Pedro da Cruz (1694/1696/1700); Frei Jacinto de São Boaventura (1700/1702/1710); Frei João de São Capistrano (1721/1726/1729/1731/1735); Frei Domingos das Chagas (1731/1732/1734); Frei Francisco de Santa Bárbara (1754/1757/ 1759). Geralmente, iam primeiro como

¹⁵⁶ SACRAMENTO – *Viagem Santa* (...), pp. 34-37.

¹⁵⁷ Apesar deste compromisso, tal como nos refere o registo dos *Libro de Condotte*, por vezes alguns dos bens eram entregues em outros conventos (Jaffa, Alexandria e Nazaré) com a devida autorização do procurador de Jerusalém. Vide ASCTS – *Condotte* nº8 fl. 45 (1754): Chegaram a Jaffa com o consentimento do discretório, a Fr. Antonio Ruiz, procurador, duas mil e quinhentas meias dobras de Portugal” (“consegnarono in Giafa con il consenso dell ve. discreto. al Fr. Antonio Ruiz ve. Prore. dua mila cinquecento meze dobre di Portogallo”).

¹⁵⁸ SACRAMENTO – *Viagem Santa* (...), pp. 37-38.

companheiros, ou segundos condutores, com o objetivo de reconhecerem o percurso e aprenderem a articular-se com os vários comissariados nos diversos portos (Apêndice III).

No que toca aos frades que partiam para a Terra Santa para servir nos diversos conventos, Frei António do Sacramento dá conta da possibilidade de cada província franciscana poder apresentar três frades ao serviço da Custódia, ficando ao encargo do comissário-geral o envio de religiosos de “exemplar vida e louváveis costumes”¹⁵⁹.

Reconhecemos a pertinência da realização de um estudo prosopográfico com vista a compreender as origens (social e geográfica) dos diferentes condutores, bem como as suas carreiras eclesiásticas, com vista a entender os critérios para a sua seleção e evidenciar o prestígio alcançado com o cumprimento desta missão, mas tal ficará para um estudo futuro. Estudo semelhante seria relevante para os frades que ficaram a servir nos Lugares Santos. Apesar de avançarmos alguns nomes (*vide* Apêndice III), a relação apresentada não abrange todos os frades portugueses, algo que apenas será possível identificar através dos registos do *Archivio Storico della Custodia di Terra Santa*.

2.3. Os bens entregues

A identificação dos bens entregues recorreu dos registos de *Condotte* (ASCTS) e dos recibos da Custódia (ANTT-HTS). Estes últimos comprovavam, a entrega de esmolas que apresentavam os frades condutores aquando do seu retorno ao reino¹⁶⁰. Trata-se da única documentação que refere outras tipologias de ofertas para além das monetárias.

De forma a potenciar uma análise uniforme, procedemos à divisão das ofertas em cinco categorias: dinheiro, especiarias, culto, botica, enfermaria e outros bens. Parâmetros que, posteriormente se subdividiram de forma a identificar padrões como podemos apresentar na introdução.

¹⁵⁹ SACRAMENTO – *Viagem Santa* (...), p. 13.

¹⁶⁰ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 229.

Na verdade, das 57 condutas realizadas com sucesso, ou seja, que foram registadas nos *Libro de Condotte*, todas trouxeram dinheiro e 45 delas trouxeram outros bens, sendo que estes acrescentos às esmolas se tornaram cada vez mais frequentes e em maior quantidade, tal como oportunamente explicaremos.

a) O dinheiro

Ao longo da cronologia em análise, notámos um progressivo aumento do valor monetário entregue em Jerusalém, se na primeira condução foram entregues 5 000 patacas (3 750 000 réis¹⁶¹) em 1765, a par de outros bens, foram entregues 40 000 cruzados (16 000 000 réis).

Entre 1691 e 1720 houve uma certa complementaridade nas esmolas portuguesas que eram compostas de moeda portuguesa (real) e espanhola (pesos). A partir de 1720 as esmolas começam a ser entregues exclusivamente em moeda portuguesa. As meias-dobras de ouro, apelidadas de *lisbonini*¹⁶², começaram a chegar a Jerusalém, numa manifestação clara de soberania, integrando as políticas de representação internacional de D. João V¹⁶³. A entrega destas moedas de ouro, cunhadas com o perfil do monarca e as armas nacionais, inseriam-se no mercado do Próximo Oriente, promovendo e dignificando o reino.

Devemos notar que outras geografias também entregavam esmolas em moeda portuguesa. Por exemplo, em 1761, o condutor oriundo do Comissariado da

¹⁶¹ Frei João Batista de Santo António converteu neste valor (ANTÓNIO – *Paraíso Seráfico* (...), p. 431). Devemos ter, no entanto, em atenção ao contexto português de reforma monetária (1688), sendo um período de difícil conversão (Vide SOUSA, Rita da Conceição – *Moedas e metais preciosos no Portugal setecentista* (1688-1797). Lisboa: [Edição de autor], 1999. Dissertação de doutoramento em História Económica e Social).

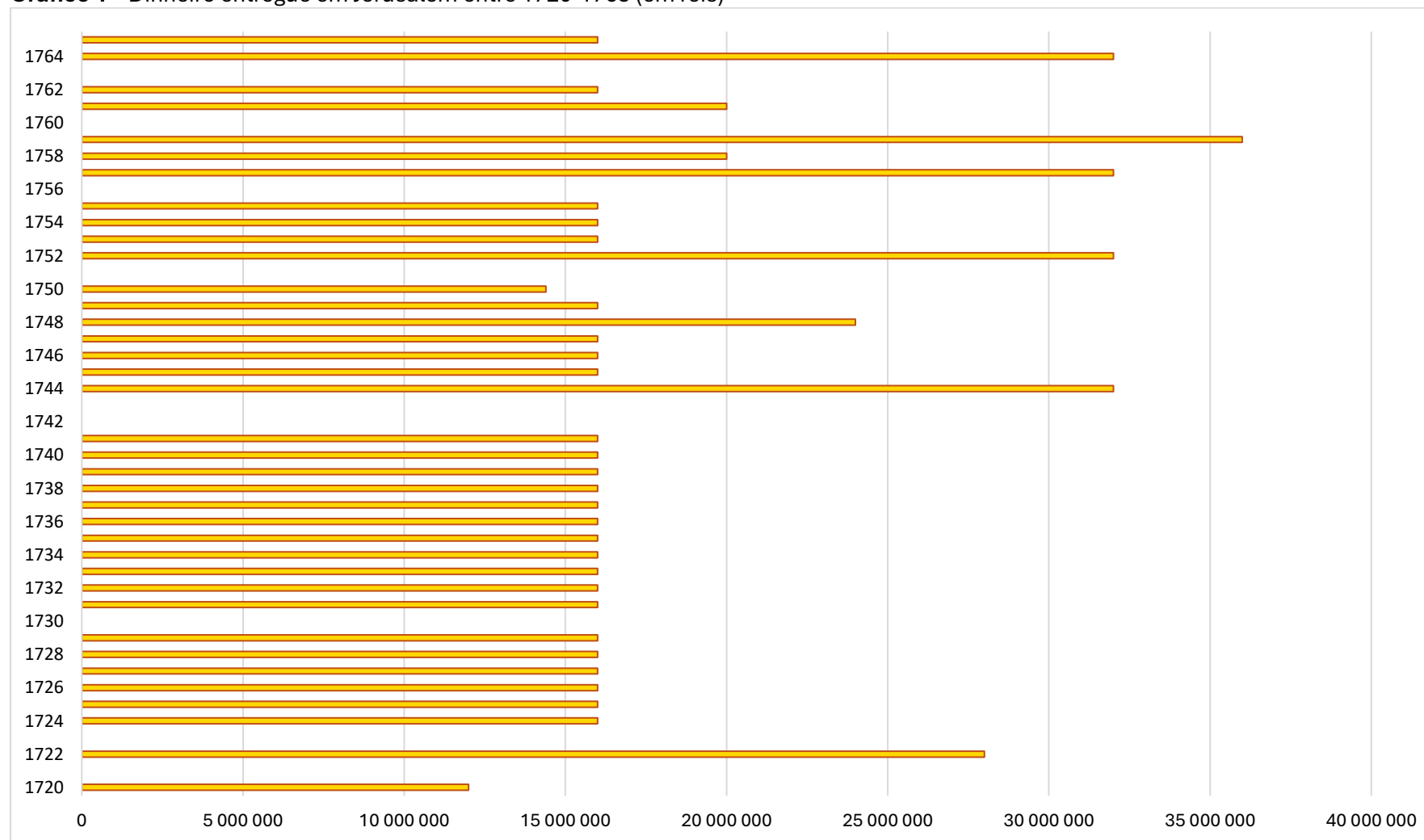
¹⁶² “Portugal – En 13 de agosto 1747 arrivarono in questa sta. Citta Fr. Pietro di Sto. Antonio condotiere con li soi compagni fr. Thimono de S. Joseph, e Fr. Antonio di N. Sa. dela Gusa; e de ordine de il M.R.P. Giovanni de los Plazeres comisso. genle. di terra sta. negli regni di Portogallo, e cortte di Lisboa, consegnarono in questa Prora. Genle. di terra sta. tre milla, trecento, trenta tre monette di oro chiamate lisbonine, e altro si 12 libre de garrofogli del India, 12 libre di canella, 64 libre di pepere, e 50 libre di quina; Il tutto elemosina deli benefatori di quel serenissimo regno che iddio conserve” – *Libro de condotte* n^o8, fl. 38v.

¹⁶³ VALE, Teresa Leonor – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes. In AFONSO, André – *O Tesouro dos Reis. Obras-primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. pp. 46-47.

Terra Santa em Milão entregou 295 moedas de ouro portuguesas de 14 piastras cada uma¹⁶⁴.

¹⁶⁴ ASCTS – *Libro de Condotte* nº8, fl. 53v.

Gráfico 1 – Dinheiro entregue em Jerusalém entre 1720-1765 (em réis)



Fonte: ASCTS – *Libro de condotte* n°6, fl.384; *Livro de Condotte* n°8, fl. 2-58v.

Para a elaboração da presente representação gráfica (Gráfico 1), tivemos em atenção o ano em que foram entregues. Existiram anos em que foram entregues duas condutas, somando o seu valor, embora tal aconteça depois de anos em que não se efetuou a entrega (1721, 1723, 1730, 1742, 1743, 1751, 1756, 1760, 1763). Em algumas datas conseguimos identificar porque tal terá acontecido: em 1742/43 por causa do incêndio no Hospício da Terra Santa em Lisboa e em 1756 devido ao terramoto de 1755.

Uma vez que as quantias anteriores a 1720 se encontram em reais e pesos espanhóis, a fim de não criar conflito com a legitimidade dos dados, optámos por não realizar a sua conversão, mantendo-os inalteráveis em apêndice (Apêndice V), considerando a conversão monetária dada pela fonte: 100 moedas de ouro de 6 400 réis cada = 16 000 000 réis = 40 000 000 cruzados.

O valor base de 40 000 cruzados (16 000 000 réis) manteve-se estável a partir de 1724. Contudo, existiram algumas exceções, episódios em que foi entregue um valor menor (em 1750 foram entregues 2 250 moedas de 6 400 réis cada, consubstanciando 14 400 000 réis) e outros em que se superou a média (como em 1758, 1759 e 1761 quando se ofertaram 50 000 cruzados). Em alguns anos foram entregues duas remessas de esmolas, falamos, portanto do ano de 1744, 1752, 1757. 1759, 1761 e de 1764).

b) Ofertas para o culto

Como referido anteriormente, um dos pilares da Custódia da Terra Santa assentava na presença orante junto dos Lugares Santos. Esta presença materializava-se nas diversas celebrações litúrgicas para as quais eram essenciais as devidas alfaias e paramentos. Assim, os territórios europeus também providenciavam esta tipologia de esmola que correspondia às necessidades, mas também à devoção dos seus ofertantes, que as destinavam a santuários e conventos específicos¹⁶⁵.

Em 1711, foi ofertado um Cristo articulado em madeira para as cerimónias do descimento da Cruz no Calvário, em Jerusalém, juntamente com outras alfaias e paramentos que se destinavam sobretudo ao Convento de Nazaré. Não deixa de ser relevante notar que os franciscanos voltaram a esta povoação nos inícios do século XVIII e, em 1730, obtiveram autorização para reconstruir uma igreja sobre a casa da Virgem¹⁶⁶. Ou seja, estas ofertas tinham em atenção as necessidades específicas da Custódia, mostrando a troca de informação, sobretudo através de correspondência, como adiante exemplificaremos.

Entre 1691 e 1765, 25 das 57 condutas trouxeram bens para o culto (alfaias, paramentaria e perfumes), sendo que algumas eram para santuários e conventos específicos e outras entregues para o serviço da



Figura 5 – Lampadário em ouro (1753). Nº inventário: CTS-OA-25402; ©Terra Sancta Museum

¹⁶⁵ Por exemplo, em 1753, o rei de Portugal envia quatro tenebrários para os principais conventos da Custódia: Belém, Santo Sepulcro, São Salvador (Figura 11) e São João da Montanha (Ain Keren): ASCTS – Libro de *Condotte* n.º 8, fl. 44v.

¹⁶⁶ Vide NAZARETH [em linha]. Disponível em: <<https://www.custodia.org/pt-pt/sanctuaries/nazaret>>. Consultado em 05/09/2024.

Custódia. Certas peças podem ser identificadas nos atuais inventários da Custódia da Terra Santa, enquanto outras, pelo uso, roubo, reconfiguração ou destruição não se conservaram até aos nossos dias¹⁶⁷.

A presença de elementos heráldicos nas ofertas em muito contribuía para a representação dos indivíduos/famílias de determinados territórios junto dos Lugares Santos através da liturgia. Teresa Leonor Vale ilustra-o de forma bastante elucidativa, ao citar o caso de Frei Gaspar de São João que, numa carta, dá-nos conta de ter assistido à solene celebração do dia de Natal na Basílica da Natividade onde os paramentos, ricamente bordados a ouro, possuíam as armas portuguesas¹⁶⁸. Da mesma forma, noutras obras de literatura de espiritualidade, a grandiosidade das celebrações litúrgicas é meticolosamente descrita¹⁶⁹.

A preciosidade destes objetos, apesar de impressionar os peregrinos e fazer o devido jus à sacralidade dos ofícios para os quais foram criados, deixava os conventos numa posição apetecível à pilhagem, ao ponto de estes apelarem à moderação dos monarcas no que concerne a ofertas em metais preciosos¹⁷⁰. De facto, os santuários, as igrejas e os corredores dos conventos revestiam-se de peças europeias que fascinavam as populações locais, espoletavam a cobiça dos larápios¹⁷¹ e a ganância das autoridades locais às quais, propositadamente, se destinavam ofertas¹⁷².

Se os católicos locais que participavam na liturgia e detinham uma relação estreita com os franciscanos ficavam maravilhados com as peças ofertadas em esmola, não ficavam menos admirados os europeus que, através de folhetins, tomavam conhecimento do envio das esmolos, remetendo para a magnanimidade

¹⁶⁷ VÉRON-DENISE – Les envois d'ornements liturgiques en Terre saint, p. 115.

¹⁶⁸ VALE – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes, pp. 42-51.

¹⁶⁹ Vide AVEIRO, Pantaleão, OFM – *Itinerário da Terra Sancta, e suas particularidades*. Lisboa: oficina de Simão Lopes, 1593. pp. 83v; 185.

¹⁷⁰ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 215.

¹⁷¹ NORRIS – Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries, p. 82.

¹⁷² “The presence of such a list of “gifts” seems aimed at establishing and reinforcing customary norms while preventing fraud and conflicts with the Ottoman authorities”: TRAMONTANA – Trading in spiritual and earthly goods. Franciscans in semi-rural Palestine, p. 137.

e devoção dos seus ofertantes¹⁷³. Nisto, torna-se inegável que a Custódia da Terra Santa era palco de atuação da política europeia. As disputas pelo governo de conventos e por um lugar de prestígio na administração da Custódia eram alimentadas pelos interesses de cada reino, procurando obter notoriedade e representação nos Lugares Santos através de avultadas esmolas e peças preciosas para o culto. Não será de estranhar o descontentamento de Frei João dos Prazeres ao constatar que, apesar das avultadas esmolas que se enviavam, Portugal não detinha um lugar no governo da Custódia da Terra Santa¹⁷⁴.

Os monarcas portugueses acompanhavam as tendências internacionais e enviavam peças, a par das esmolas, para o culto nos Lugares Santos¹⁷⁵. Na verdade, a sua contribuição é anterior à formação do Comissariado da Terra Santa em Portugal (1621), já com um legado pio de D. Manuel de 300 cruzados de esmola, referido como de difícil cobrança em meados do séc. XVII¹⁷⁶. Da mesma forma, D. João III deixara um legado perpétuo de 300 cruzados anuais para a manutenção de uma lâmpada no Santo Sepulcro¹⁷⁷ e, segundo Frei Pantaleão de Aveiro, D. Sebastião seguira os passos dos seus antecessores¹⁷⁸.

¹⁷³ VÉRON-DENISE – Les envois d'ornements liturgiques en Terre saint, p. 114.

¹⁷⁴ ANTT – HTS – M035, doc. 38.

¹⁷⁵ GARCIA BARRIUSO – *España en la Historia de Tierra Santa*, p. 146-147

¹⁷⁶ ASPF – Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG), vol. 197, doc. 891.

¹⁷⁷ GARCIA BARRIUSO – *Espana en la Historia de Tierra Santa*, p. 147.

¹⁷⁸ AVEIRO – *Itinerário da Terra Sancta, e suas particularidades*, p.106.

Depois das guerras da restauração, D. Pedro II providenciou o envio de uma bacia de lava-pés¹⁷⁹ e, quando as condutas começaram a partir de Lisboa com frades portugueses (1691), enviou um lampadário em prata para o Santo Sepulcro¹⁸⁰ (Figura 7). D. João V, ainda como infante, como refere Frei Miguel das Almas¹⁸¹, enviou, em 1696, uma estrela de prata para o Convento de São João Batista da Montanha¹⁸², lugar onde nasceu São João Batista, santo onomástico do monarca.

O rei continuou as suas ofertas à Terra Santa através de um conjunto de paramentos encarnados (Figura 8 e 9) e de um lampadário em ouro que se mantêm até aos nossos dias e que, recentemente, integram exposições internacionais, tendo sido estudadas em profundidade por Teresa Leonor Vale¹⁸³, membro da equipa científica do Terra Sancta Museum¹⁸⁴.



Figura 6 – Lampadário de D. Pedro II. Nº Inv. CTS-OA-25764. ©Terra Sancta Museum.

¹⁷⁹ AFONSO – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*, pp.120-123.

¹⁸⁰ AFONSO – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*, pp. 162-163.

¹⁸¹ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), p. 143.

¹⁸² Portogallo – Alli 27 di marzo del presente anno 1696 (...) Yten consegno, una stella d'argento adornata con petreria per il locco della nativita del Glorioso S. Gio. Battista, (...). ASCTS – *Libro de Condotte n°6*, fl. 302.

¹⁸³ VALE – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes, pp. 42-51.

¹⁸⁴ Comité científico Terra Sancta Museum: <<https://www.terrasanctamuseum.org/en/governance/historical-section-governance/>>. Consultado em 21/08/2024.



Figura 7 – Paramentos em veludos adamascado (c.1725-30) Nº Inv.: CTS-OA-20518. ©Terra Sancta Museum.



Figura 8 – Paramentos em veludo adamascado (c. 1725-30). Nº Inv.: CTS-OA-20518. ©Terra Sancta Museum.

A piedade dos monarcas materializou-se desta forma até à extinção do comissariado em 1833, sendo que D. Maria I e D. João VI enviaram várias alaias, algumas das quais constituem a maioria das peças da futura sala portuguesa no *Terra Sancta Museum*¹⁸⁵.

As ofertas das peças em materiais mais valiosos foram sobretudo realizadas por monarcas europeus, numa atitude pia e devota, concedendo o exemplo aos seus súbditos¹⁸⁶. Não obstante, estes não eram os únicos benfeitores. Conseguimos identificar indivíduos (clérigos ou leigos) que enviavam as suas ofertas, como o caso do Cardeal Cunha que doou várias peças¹⁸⁷ e o oratoriano Pe. Manuel da Consciência (Figura 10) que, em 1736, enviou uma píxide de prata dourada¹⁸⁸. Muitos outros anónimos, de forma organizada ou individual, ofertavam bens aos Lugares Santos¹⁸⁹.



Figura 9 – Pe. Manoel da Consciência, Congregação do Oratório. Óleo sobre tela, séc. XVIII. (Colecção de Pintura da BNP. Galeria dos Padres Oratorianos).

Outro tipo de alaias e de paramentaria não chegaram aos nossos dias, ou, se chegaram, pela ausência de heráldica ou de qualquer outra inscrição, não são possíveis de ser identificados, atendendo a que poderiam ser reconfigurados ou

¹⁸⁵ A par das várias peças que se perpetuam na coleção da Custódia da Terra Santa, e que não tivemos ocasião de aprofundar nesta primeira abordagem, muitas outras constam dos livros de condutas; contudo, deixamos a seguinte referência: AFONSO – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*, pp. 159-195.

¹⁸⁶ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 145-146.

¹⁸⁷ VALE – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes, p. 51. ANTÓNIO – *Paraíso Seráfico* (...), p. 431.; QUEVEDO – *Cooperación Económica Internacional al sostenimento de los santos lugares*, p. 312.; ASCTS – *Libro de Condotte nº 8*, fl. 39r.

¹⁸⁸ VALE, Teresa Leonor – Reino de Portugal. In AFONSO, André – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*, pp. 42-51. p. 192-193.

¹⁸⁹ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), p. 143.

reajustados consoante as necessidades dos diferentes conventos. Para além do mais, devemos notar as rivalidades internas que se materializavam na destruição da heráldica ou das inscrições de determinadas peças ou pela sua substituição por outras, motivados, por exemplo, por um sentimento desmedido para com o seu território de origem¹⁹⁰.

Devemos ainda ter em atenção o desgaste dos tecidos, tais como sanguíneos, corporais e manustérgios e outros paramentos que, pelo uso, se vão degradando. Na mesma linha poderemos integrar os vários frascos de perfumes e de

pastilhas odoríferas usados para perfumar ou defumar dos Lugares Santos e que, cumprindo a sua função, se consumiam e, consequentemente, desapareciam.



Figura 10 Tenebrário, oferta de Portugal em 1753. Nº Inventário: CTS-OA-00757. ©Terra Sancta Museum.

A chegada de determinados tecidos e de certos perfumes permitia o contacto da Custódia com produtos do Oriente, remetendo-a para as conquistas lusas¹⁹¹. Optámos por transcrever em apêndice (Apêndice VI) todas as ofertas de alfaia, paramentaria e de perfumes que, a partir do registo dos *Libros de condotte*, conseguimos realizar o respetivo levantamento. A par de algumas peças, juntamos o respetivo código de inventário, uma vez que nos foi possível identificá-las entre os bens da Custódia, em grande parte, como referimos, por ostentarem as armas

¹⁹⁰ VÉRON-DENISE – Les envois d'ornements liturgiques en Terre Saint, p. 115.

¹⁹¹ VALE – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes, p. 46.

portuguesas. Trata-se de alfaías e de paramentos que, decerto, pelas suas características materiais, se preservaram¹⁹².

c) Especiarias

À semelhança dos tecidos oriundos das conquistas, que demonstravam a extensão do império português e o exotismo dos seus produtos, a oferta de especiarias, integravam este conjunto de esmolas carregadas de uma mensagem que extravasava a própria esmola. Sinal disso mesmo foi a oferta que Frei Francisco da Conceição, em 1711, entregou na Custódia: um pouco de canela e um saquinho de cravinho da Índia¹⁹³.

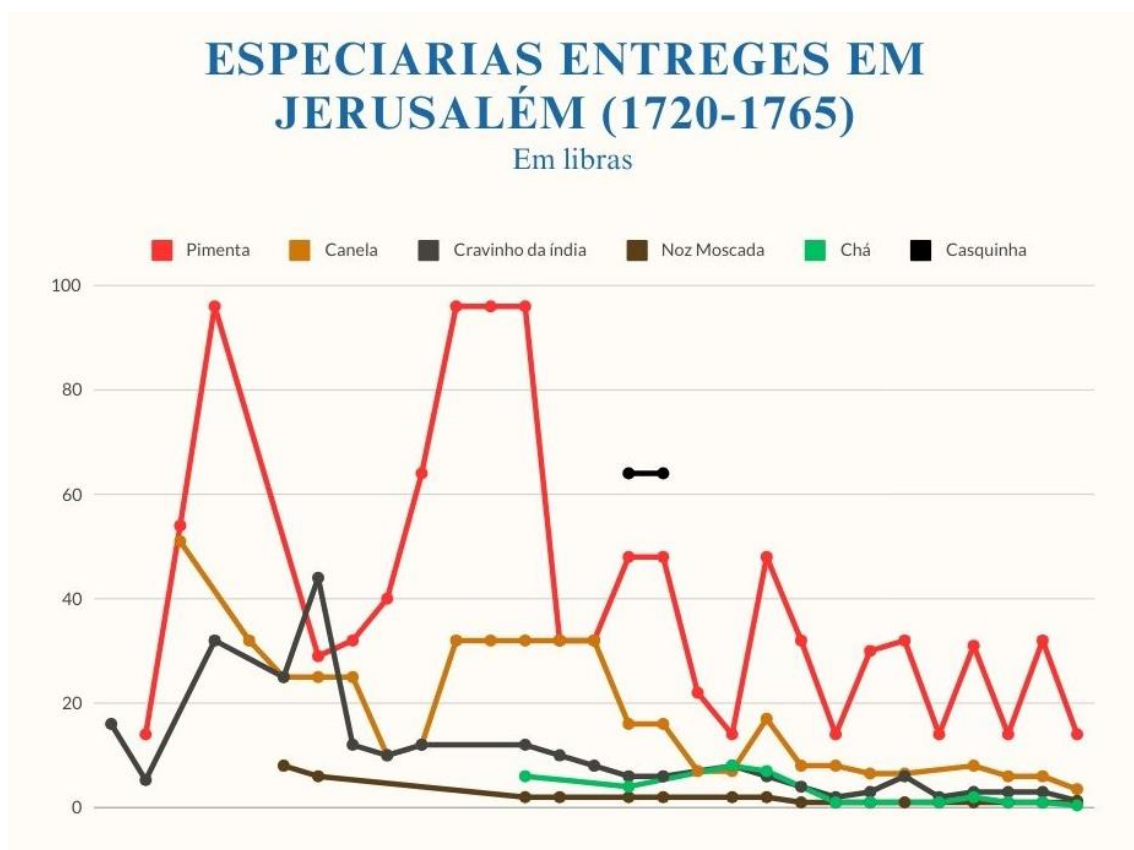
A esmola sob a forma de especiarias apenas ganhou uma expressão a partir de 1741 quando começou a ter alguma regularidade e a expressar-se em quantidades mais substanciais, sendo que até então dominavam expressões de quantidade indefinida, como “uma caixinha”, “um caixote” ou “um pouco”. Na sua grande maioria, as quantidades são identificadas em libras, considerando as medidas de Lisboa (1 arroba = 32 arráteis = 14 libras), tal como acontecia no recibo de outros territórios em que o registo adotava as medidas indicadas pelos condutores, ou seja, em vigor na sua região de proveniência. O gráfico formado a partir da redução dos vários valores, que nos foram possíveis¹⁹⁴, em libras, deve alertar o leitor para a influência da inflação no valor real das ofertas, algo que, neste caso, não foi considerado.

¹⁹² CHARLES-GAFFIOT, Jacques – Du luxe pour Dieu. In DEGOUT, Bernard; CHARLES-GAFFIOT, Jacques (dir.) – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. ISBN 978-2-95044-965-8. pp. 69/74.

¹⁹³ “Portoghallo – Al primo del presste. mese de Aprile de 1711 [1/04/1711] gionse in questa sta. cita de Gerussme. il Pre. franco. della concetione figlio del convto. de Misionari de Barotgio in Portugallo il qualle consigno in questa procura de Sn. Salvre. la siguiente robba: un sto. xpto. de legno per fare el decendimto. nel sto. Monte Calvario venerdi sto. un turibolo de argento pr. sn. Giovanne = una cassa de azucaro = **un poco de cahella** = **un sacheto de garrofoli** = un sagrario de legno indorato per Nazaret = dodice candelieri de palo dorati 18 garre de palo indorati per fiori = tre camisse con amiti et singuli = una croze de pallo indorata = dui cortine, per tabernacoli de tela indiane = un padelloni de brocato per coprire” – ASCTS – *Libro de Condotte* nº6, fl. 340.

¹⁹⁴ Algumas das entradas referem “uma caixa”, “um saquinho”, “um pouco”, “32 tronquinhos” o que nos impossibilita de quantificar e, por isso, nos impede de introduzir esses dados no gráfico.

Gráfico 2 – Especiarias entregues por Portugal em Jerusalém (1720-1765)



Fonte: ASCTS – *Libro de Condotte* nº8, fl. 2-58v.

Os dados recolhidos dão conta da predominância na oferta de pimenta e canela ao que se acresce cravinho e a noz-moscada em quantidades mais reduzidas. O chá começou a ser entregue a partir de 1750 e prolongou-se até 1765 (e deverá continuar para lá da nossa cronologia). Da mesma forma encontrámos duas condutas (1753 e 1754) em que foram entregues 64 libras de casquinha.

d) Bens para a botica

As práticas medicinais nos vários conventos da Custódia da Terra Santa precisavam de fornecedores de óleos, plantas, pedras e ervas para que, pela sua utilização e/ou transformação, possibilitassem a cura das doenças e a recuperação dos enfermos.

Entre 1718 e 1765 várias foram as condutas que levaram a Jerusalém alguns produtos destinados à botica conventual. A oferta destes produtos refletia, à

semelhança do verificado para os bens anteriores, a extensão do poderio luso em terras ultramarinas, das quais se traziam óleos, bálsamos, ervas e pedras para o tratamento dos males do corpo¹⁹⁵. Dada a impossibilidade de contabilizar os frascos ou a quantidade de cada, sistematiza o nosso levantamento de dados na seguinte tabela:

Produtos para a botica	
1718	Caixa de quinaquina
1720	Fraco de óleo para feridas
	alguns vasos de bálsamo
	100 coquinhos com bálsamo
1727	48 libras de quinaquina
1734	Bálsamo besuântico
	20 libras de quinaquina
	1 arroba de especiarias para a botica
	Pedra cordial
1736	drogas
1737	drogas
1741	50 libras de quinaquina
1744	4 libras de bálsamo sólido
	4 libras de bálsamo líquido
	4 libras de bálsamo do Perú
	6 libras de óleo de cupaiva
	50 libras de quinaquina
	8 onças de pedra de Gaspar António/ Pedra cordial de Goa
1745	50 libras de quinaquina
1746	4 libras de quinaquina
1747	50 libras de quinaquina
1750	6 libras de raiz de hipicuacana; Benjui (?) amendoadado
	6 onças de pedra Betoartica ocidental
	4 onças de pedra betoartica oriental
1753	12 frascos de bálsamo do Perú
	Frasco com 3 libras de óleo de cupaiva
1754	4 libras de óleo de cupaiva
	12 frascos de bálsamo líquido do Perú

¹⁹⁵ VALE – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes, p.43.

	4 libras de quinaquina
1762	60 libras de óleo de cupaiva
	5 frascos com bálsamo do Perú
	60 libras de quinaquina
1764	Fraco de óleo de cupaiva
	4 frascos de bálsamo do Brasil
	7 frascos de bálsamo do Perú

Da mesma forma que este tipo de produtos colaboravam na produção de remédios ou na sua aplicação diretamente nos doentes, o envio de produtos açucarados destinava-se às enfermarias conventuais (onde eram assistidos os religiosos e locais): compotas, geleias, amêndoas caramelizadas (cobertas de açúcar) ou, simplesmente, açúcar¹⁹⁶. A entrega destes bens, na sua grande maioria, não é quantificável, remetendo-nos para frascos, que poderão ter dimensões várias, ou caixotes que padecem das mesmas limitações. Por este motivo, transcrevemos em apêndice as várias condutas nas quais houve a entrega deste tipo de produto (Apêndice VII).

¹⁹⁶ QUECEDO – *Cooperación Económica Internacional al sostenimiento de los santos lugares*, p. 199. Referente à entrega realizada em 12 de agosto de 1685

e) Outros bens

Quando abordámos os objetos destinados ao culto, tivemos em atenção o propósito para o qual foram criados e entregues em Jerusalém, ou seja, como forma de suprir as necessidades de alfaia e de paramentaria para a liturgia, demonstrando que havia informação que notava a inexistência de certo objeto e a necessidade de o ofertar.

Podemos compreender que o mesmo sucederia com outras tipologias de objetos que, pontualmente, iam chegando a Jerusalém. Na verdade, é bastante ilustrativa a carta enviada em 1754 a Frei João dos Prazeres solicitando o envio de pratos de estanho com os respetivos talheres para serviço dos conventos¹⁹⁷.

Apesar de surgir raramente na documentação, notámos o envio de bens específicos para o quotidiano, com vista à fruição da vida conventual. Ou seja, cada objeto entregue estava associado a uma necessidade concreta. Na cronologia em estudo, identificamos a oferta de cera (1693 e 1696), que poderia servir para alumiar em ambiente de culto ou de trabalho. Da mesma forma, em 1741 foram entregues três maços de corda, naturalmente para o quotidiano dos trabalhos ou para completar os hábitos¹⁹⁸. Já em 1753 se ofertaram quatro estiletos de diamante para talhar o vidro e três pranchas de nove pesos cada de pau santo. Na mesma data foi entregue uma caixa-forte com duas fechaduras para o Hospício

¹⁹⁷ ANTT – HTS – M026, doc. 247 – “R.Prê. Comis.º Grâl. De Tierra S.ta Fr. Juan delos Plazerres, y s.ro mio.

Despues de aver escritto a V P M R. y dado la expedicion desta Prña General al Cond.r Fran.co de Santa Barbora; passo a suplriar a V P M R sea servido mandarnos en la prima Conduta Mil Platos de estaño p.a comer los Religiosos, Frescintas escudillas p^a los mismos, de estaño p.^a el vsso, y servizio destos quatro conv.os, mandando ponder en cada plato, y escudella las armas de Tierra Santa, y como ay tantos Religiosos que na estado aqui de Familia V^a y destos se podia saver la grandeza que comunmente son los Platos, y escudillas de q usamos en estos quatro Conv.tos; y o me é animado a azer este encargo a V P M R p. que conosco, y veo p. sur cartas quanto anela y dessea servir a este pobre Tierra, no me alargo mas por q. tanto basta ala savia inteligen.e de V P M R, a quien desseo salud y toda felicidad, y que le G Dios m. a

Jerusalen 23 de abril de 1754

Su mas afecto seguro servidor de V. P. M R que S. M. B. Fr. P. Hastfquenstrenso.”

¹⁹⁸ ASCTS – *Libro de Condotte* n^o8, fl.33.

de Jaffa ¹⁹⁹. Este hospício, ao localizar-se numa zona costeira, era várias vezes pilhado por locais e por piratas, daí não ser de estranhar esta oferta²⁰⁰. Mais ainda, notámos a proliferação de panfletos com vários casos de invasão e pilhagem do hospício²⁰¹.

Por fim, sublinhando o papel da Custódia nas relações internacionais é sintomática a oferta de um retrato numa moldura dourada do rei D. José, em 1759²⁰². Atitude replicada, em 1761, pelo rei de Nápoles (Carlos III Rei de Espanha, de Nápoles e da Sicília)²⁰³. O retrato de D. José não foi identificado no inventário da Custódia, mas o de Carlos III encontra-se no acervo do Terra Sancta Museum²⁰⁴. A oferta desta peça faz-nos refletir sobre a necessidade de afirmação entre os pares europeus que, como verificámos, enviavam as suas representações, acompanhadas de peças heráldicas para este território não-europeu, mas onde a política europeia também se manifesta.

Em suma, o crescente compromisso de Portugal com o sustento e manutenção da Custódia da Terra Santa levou à formalização e complexificação da malha de recolha de esmolas e à integração de uma rede de rotas mediterrânicas, supervisionadas pela própria Custódia. Esta rede assegurava a concretização das viagens, com maior ou menor duração, agilizando contratos com vários navios e providenciando o auxílio necessário aos frades condutores, desejando potenciar o êxito da travessia do extremo ocidente ao próximo oriente.

¹⁹⁹ ASCTS – *Libro de Condotte* n.º 8, fl. 44v.

²⁰⁰ TRAMONTANA – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*, p. 119.

²⁰¹ Arquivo Storico di Frati Minori (ASFM) – Documenta impressa VIII (1748-1792), B/3-23 – Relazione fedele della sollevazione seguita in Giaffa contro l'Ospizio dei PP. Minori Osservanti Custodi do Terra Santa (Roma 22 setembro 1756). THEODORO, Frei – Funesta e lamentável relação do que succedeo em 30 de Abril do anno de 1756. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

²⁰² ASCTS – *Libro de Condotte* n.º 8, fl. 50.

²⁰³ ASCTS – *Libro de Condotte* n.º 8, fl. 52v.

²⁰⁴ Terra Sancta Museum: CTS-OA-26479: Carlo III di Borbone (1716-1788), re di Spagna.

Passado o período de estruturação das viagens organizadas pelo Comissariado da Terra Santa em Portugal (1691-1720), estas ganham um carácter maioritariamente anual, assente numa esmola constante (40 000 cruzados), com ligeiras oscilações, às quais eram acrescentados bens de consumo destinados aos vários complexos (cozinhas, boticas, oficinas) conventuais.

A Custódia tornou-se palco de manifestações diplomáticas que encontraram na liturgia o ambiente ideal, através de sumptuosas doações, representativas da magnanimidade do soberano ou do território que as enviava. Ofertas que, posteriormente, chegavam sob a forma de relatos às cortes europeias. Da mesma forma, procuravam suprir as necessidades dos diversos conventos e santuários, atendendo a que havia informação da necessidade de alfaias e paramentos que faziam falta e que poderiam ser ofertados.

3. De Jerusalém a Lisboa: cruzes, contas e rosários

A complexificação administrativa do Comissariado da Terra Santa em Portugal, a par da multiplicação dos hospícios em Portugal e nas conquistas, e a sua consequente organização em rede, assegurou o correto envio das esmolas e a transparência em todo o processo, credibilizando a instituição e dando confiança aos benfeitores. A reputação alcançada, ilustrada pelos inúmeros folhetins e relatórios de contas que eram publicados, potenciou o aumento das esmolas. A crescente colaboração monetária dos soberanos, cientes da sua correta aplicação, concedeu o devido exemplo aos vassalos para que procedessem com a mesma generosidade²⁰⁵.

Concomitantemente, encontraram-se mecanismos que, por um lado, recompensassem os benfeitores e, por outro, pelo aumento da piedade e devoção pelos Lugares Santos, fomentassem a frequência da sua esmola. A concessão de indulgências, a par da entrega de cruzes, rosários e contas, fabricados na Terra Santa, e solenemente abençoados e tocados nos vários Santuários, tornou-se a forma ideal de materializar a gratidão dos frades e cumular os fiéis de atrativos benefícios espirituais.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a produção de objetos devocionais na Terra Santa, analisar a forma como os mesmos eram utilizados como bonificação aos benfeitores ocidentais e como este património se preserva, em coleções e museus, testemunhando o funcionamento dos mecanismos aqui dissecados.

²⁰⁵ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 143-146.

3.1. Recolha e produção de objetos de devoção na Terra Santa

A recolha e a produção de objetos que detinham a função de lembrança da Terra Santa remete-nos, segundo Felicita Tramontana, para os inícios do Cristianismo, quando os primeiros peregrinos recolhiam pedrinhas, folhas e pedaços de madeira dos diferentes Lugares Santos a fim de os levar consigo na viagem de regresso. Tramontana nota que a partir do séc. IV há notícias da fabricação de pequenos objetos devocionais que eram tocados nos Lugares Santos²⁰⁶, para que se tornassem relíquias e adquirissem indulgências (Anexo VIII), tal como nos relata Frei Pantaleão de Aveiro²⁰⁷.

A produção de objetos devocionais surgiu no sentido de dar resposta a duas necessidades concretas: a sustentação dos cristãos locais e a satisfação do desejo dos peregrinos de, no regresso a casa, levar consigo lembranças.

Por fomento da Custódia da Terra Santa, e aproveitando os recursos naturais da região, os cristãos locais iniciaram uma produção de pequenas contas, cruzes e rosários, sobretudo em madeira de oliveira e madrepérola para a aquisição da Custódia e, posteriormente, dos peregrinos.



Figura 11 – Santo André, apóstolo. Nº inventário 662 MB. ©Museu dos Biscainho

²⁰⁶ GIRARD, Émile; TRAMONTANA, Felicita – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, p. 227. NORRIS, Jacob - Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries, p. 71.

²⁰⁷ AVEIRO – *Itinerário da Terra Sancta, e suas particularidades*, p. 139v.

As comunidades cristãs locais, apesar da sua reduzida expressão e ampla divisão (ortodoxos, católicos, arménios, coptas, sírios, etc.) viviam num território dominado pelos otomanos e, em parte por esse motivo, passavam por várias privações. Em alguns casos, como nota Tramontana, a envolvência destas comunidades na produção destes objetos fez com que resistissem, por meio do comércio, às fomes que assolavam a região²⁰⁸. Na verdade, a produção de peças em madrepérola e madeira de oliveira satisfazia o desejo dos peregrinos e, pelo trabalho, dignificava os cristãos locais, que, gradualmente, se iam convertendo ao catolicismo por convicção ou conveniência (dispensas matrimoniais, facilidades comerciais e fiscais)²⁰⁹.

A produção de objetos de devoção, a partir de recursos locais com iconografia de inspiração ocidental, foi estritamente supervisionada pelos franciscanos que atestavam a sua correta utilização²¹⁰.

Com o aprimoramento das técnicas e pela crescente recetividade por parte dos ocidentais, a produção de maquetes dos Lugares Santos, a partir do século XVII, permitiram o desenvolvimento de uma construção em jeito de *puzzle*, possibilitando àqueles que, por diversos motivos não realizavam a peregrinação, pudessem ter acesso à arquitetura dos santuários²¹¹. Este género de produção acabava por ilustrar os relatos de peregrinação tão difundidos na literatura moderna²¹². Atualmente, sobrevivem por toda a Europa vários exemplares deste tipo de maquetes, executados em madrepérola e madeira de oliveira, que têm sido apresentados em exposições promovidas pelo *Terra Sancta Museum*²¹³. Rui Xavier

²⁰⁸ GIRARD; TRAMONTANA – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, p. 227.

²⁰⁹ NORRIS – Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries, pp. 70-71. TRAMONTANA – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*, pp. 100-102.

²¹⁰ NORRIS – Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries, pp.78-79.

²¹¹ GIRARD; TRAMONTANA – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, p. 228.

²¹² Vide MENDES – «Viagens do corpo» e «Viagens da alma» à luz da literatura de espiritualidade em Portugal (séc. XVI-XVIII), pp. 51-81.

²¹³ Vide AFONSO – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*, pp.39-40.

identificou pelo menos 30 por toda a Europa, sendo que uma se encontra em Portugal, no museu do Palácio de Vila Viçosa (Figura 12)²¹⁴.



Figura 12 – Miniatura do Santo Sepulcro com as armas de D. Catarina de Bragança.
©Fundação Casa de Bragança/ Joaquim Real

²¹⁴ XAVIER, Rui – A arte da madrepérola na Terra Santa. In AFONSO, André, coord. – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4. pp. 104-107.

Tal como notara Simões, e como pudemos constatar no levantamento realizado, muitas destas peças são confundidas com outras de origem oriental, comumente conhecidas como de estilo indo-português. De facto, a confusão é compreensível, uma vez que a abundância de madrepérola (um tipo de concha de molusco) se estende desde a região dos mares do Japão, Índico até às praias da Palestina. A sua brancura reluzente atraía o olhar e a sua maleabilidade potenciavam o uso nas artes decorativas locais e, posteriormente, aplicada à produção de objetos para o culto cristão²¹⁵.

A iconografia é, manifestamente, uma das características distintivas deste tipo de peças face a outras congêneres de estilo indo-português. Tal deve-se à utilização de uma gramática de feição franciscana, repleta de referências a São Francisco, a Jesus Cristo e à Virgem.

O uso de monogramas e de ícones como IHS (*Jesus Hominum Salvator*), M (Maria), três coroas (que remetem para os reis magos), cruz potenteia e de heráldica franciscana (Ver



Figura 13 – Maquete da Gruta da Basílica da Natividade (Belém). Nº inventário 27880. ©Museu do Oriente, Lisboa – Coleção Soares Branco.

Figura 12) são elementos identificativos da origem destas peças. Em alguns casos,

²¹⁵ SIMÕES, João Miguel – Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque. In OLIVEIRA, Maria Helena, coord – *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-8761-71-4. p. 77.

evidenciam-se uma clara inspiração, a até mesmo decalque, de desenhos europeus, de figuras sagradas e de representações hagiográficas²¹⁶.

A produção destas peças poderá corresponder, em alguns casos, a encomendas específicas dadas as especificidades dos objetos como a maquete acima apresentada (Figura 14). Não obstante, na sua extensa maioria trata-se de peças produzidas manualmente, mas em série, destinadas à exportação para toda a Europa a partir dos vários comissariados. Desta forma, não será de estranhar a repetição de padrões e de organização das peças. As figuras que se seguem testemunham isso mesmo. Apesar de serem de proveniências diferentes (Óbidos, Madeira e Guimarães), apresentam a mesma organização expositiva, salvo claros acrescentos, como o Cristo, no caso do crucifixo da Igreja Paroquial de Óbidos, ou o resplendor na Cruz-relicário do Museu Alberto Sampaio (Guimarães).

²¹⁶ GIRARD; TRAMONTANA – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, p. 231.



Figura 16 – Crucifixo. Igreja paroquial de Óbidos. S/nº inventário. ©Câmara Municipal de Óbidos



Figura 15 – Cruz de pé (relicário). Nº inventário: MAS E 142. Museu Alberto Sampaio (Guimarães). © Miguel Sousa (Museu Alberto Sampaio)



Figura 14 – Base de crucifixo. Nº inventário MASF513. ©Museu do Funchal.

Michelle Piccirillo considera que a produção deste tipo de objetos esteve diretamente ligado à redação e difusão de literatura de viagem e de divulgação sobre a Terra Santa, demonstrando um crescente interesse dos ocidentais pelos Lugares Santos da Palestina²¹⁷.

Não obstante o papel fundamental dos franciscanos no fomento do fabrico de objetos de devoção, também os cristãos gregos ortodoxos viram neste tipo de objetos (apesar de exibirem iconografias diversas), benefícios similares aos suprarreferidos: uma forma de satisfazer a piedade dos peregrinos e sustentar os cristãos ortodoxos residentes nesta região²¹⁸.

Se, por um lado, ao longo do período medieval foram chegando à Europa várias provas materiais das peregrinações à Terra Santa²¹⁹, por outro, ao longo da Época Moderna estes objetos de devoção alcançaram uma escala mais alargada com vista à difusão da devoção aos Lugares Santos e à sensibilização para oferta de esmolas.



Figura 17 – Crucifixo de parede. Nº Inventário AO1465. ©Museu de São Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Paulo Cintra & Laura Castro Caldas, 2010.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 231.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 228.

²¹⁹ João Simões, aquando do estudo da relíquia de São Roque, deparou-se com várias pedras identificadas como trazidas dos Lugares Santos por Inácio de Lima que as ofereceu à confraria de São Roque em 1605. SIMÕES, João Miguel – A redescoberta da primitiva relíquia de São Roque. *Cidade Solidária*. Ano XII, n.º 21 (2009), p. 31.

3.2. Fomentar a piedade e a devoção: ofertas aos benfeitores

A produção de objetos de devoção por parte dos cristãos supria a vontade dos peregrinos de levarem consigo relíquias dos Lugares Santos. Contudo, estes objetos começaram a chegar à Europa de forma mais regular quando a Custódia entendeu que deveria agraciar os benfeitores, entregando-lhes, através dos comissariados dispersos pelos vários territórios, cruzes, contas e rosários em madrepérola e madeira de oliveira, nos quais se poderiam, em alguns casos, incrustar alguma relíquia²²⁰.

Estes objetos significam muito mais do que aquilo que valiam monetariamente, uma vez que, para além do seu carácter exótico, eram cumulados de graças a quantos os recebiam, beneficiando de indulgências, e tornando-se, desta forma, equiparados às relíquias²²¹.

No entender de Frei Miguel das Almas, a entrega de rosários, contas e cruzes era uma forma de retribuir aos benfeitores “as esmolos, que deles recebem, dando-lhes em remuneração alguma relíquia da Terra Santa”²²². Se já havia indulgências previstas para quantos contribuíssem para a sustentação da Custódia²²³, a presença de peças oriundas da Terra Santa nas igrejas, capelas e nos oratórios familiares possibilitava que se transportassem os Lugares da Redenção para o quotidiano dos fiéis, auxiliando-os na vida espiritual e temporal²²⁴.

Frei Miguel das Almas enumera os vários benefícios espirituais e taumatúrgicos concedidos aos fiéis que devotamente conservassem estas peças e/ou as transportassem consigo, ilustrando o seu relato com piedosos exemplos.²²⁵

²²⁰ GIRARD; TRAMONTANA – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, p. 229.

²²¹ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), p. 200.

²²² SACRAMENTO – *Viagem Santa* (...), p. 324; ALMAS, Miguel das Santas, OFM – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 189-190.

²²³ GARCIA BARRIUSO – *Espana en la Historia de Tierra Santa*, p. 90.

²²⁴ GIRARD; TRAMONTANA – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle, pp. 227-228; 229.; ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 198-199.

²²⁵ ALMAS – *Clamores feitos ao ceo* (...), pp. 198-199.

O Comissariado da Terra Santa em Portugal acompanhou as práticas de credibilização da Custódia, de tal forma que se elaboravam listas para que os frades condutores trouxessem os objetos necessários para os diferentes benfeitores²²⁶.

Transcrição da relação dos objetos trazidos para Portugal na conduta de 1759

Memoria do que vay em cada huã das coatro cayxas, da encomenda que se fes na Procuradoria Geral de São Salvador para a Comissão Geral de Lisboa este Anno de 1759 produto das cem moedas que fazem Piastras 1400:

#1	Cruz de Altar de 10 Piastras	10
#2	Cruzes de Altar de 3 Piastras	6
#3	Cruzes de Altar de 2 Piastras	10
#10	Cruzes de Altar de 1 Piastra	20
#20	Cruzes de Peyto de meya piastra	15
#20	Cayxas de Reliquias 4 piastras	5
#20	Medidas do SS.mo Sepulchro 2 piastras	20
#45	Maços de croas grossas de 3 piatras	15
#450	Cruzes de 10 piastras	45
#40	Maços de crias meyas grossas 4 piastra	10
#400	Cruzes 15 e a 20 piastras	26
#60	Maços de Rozários de 5 piastras	12
#600	Cruzes Conrespondentes	8
#80	Maços de Crias de 8 piastra	10
#800	Cruzes conrespondentes	13
#3	Sepulchros de Christo de 1 piastra	3
#3	Calvarios do mesmo e dito presso	3
#3	Lapinhas de Belem mesmo presso	3

O mesmo tem cada huma das outras trez caixas.

Primeira cayxa -274; Segunda Cayxa – 274; 3ª cayxa – 274; 4ª Cayxa – 274; Soma dos Santuários das 4 cayxas - 1096

Fr. Francisco de Santa Barbara²²⁷

²²⁶ Vide ANTT-HTS-M020: doc. 11 (1764), 12(1759), 13(1759), 14 (1757), 24 (1765); 26 (1764); 32 (1763); 35 (1761);36 (1764). Devemos notar que alguns dos documentos correspondem à lista para a encomenda, encontrando-se em português, e outros à lista de bens trazidos, redigida em espanhol ou italiano.

²²⁷ ANTT-HTS-M020, doc. 12 – Memória do que veio de Jerusalém (1759).

A transcrição deste documento, onde constam as várias peças trazidas da Terra Santa em 1765, é bastante pertinente por apresentar as várias tipologias de objetos que eram adquiridos (cruzes de altar, de peito, contas, rosários, maquetes dos Lugares Santos e lapinhas (conchas entalhadas)), bem como dos respetivos preços e quantidades. Devemos notar que algumas peças são trazidas em quantidades muito elevadas, na ordem das centenas, concedendo uma amostra da abundância de objetos de devoção que chegavam a Lisboa na segunda metade do séc. XVIII.

Estes objetos eram de tal forma apetecíveis que, durante o século XVIII, foram várias as provisões e editais a notar a fabricação em território nacional de contas e cruzes semelhantes às de Jerusalém e a aplicação das devidas penas de excomunhão. Por exemplo, em 1733, o Patriarca de Lisboa procedeu à excomunhão *ipso facto incurrenda* a quantos fabricassem ou mandassem fabricar objetos de devoção iguais aos vindos de Jerusalém, notando que alguns destes indivíduos eram residentes na corte²²⁸. Este fenómeno estendeu-se ao longo do século XVIII em outras dioceses que procedem do mesmo modo, alertando para o perigo de disseminação que em muito prejudicaria a Custódia da Terra Santa²²⁹.

Neste sentido, começamos a assistir à redação de certificados de autenticidade, algo semelhante ao que acontecia com as relíquias. A título de exemplo poderemos referir que o Museu de Lamego estudou uma cruz-relicário do seu espólio, oriunda do Cabido de Lamego, e datada de 1799, onde é possível ler os documentos comprobatórios da veracidade da origem de cada pedrinha que integra aquela cruz de madeira de oliveira e madrepérola²³⁰.

Para além das listas nomeadas, os próprios objetos dão testemunho do gesto praticado pelo comissariado para com os benfeitores da Terra Santa. A abundância destas peças em museus (nacionais, diocesanos, de irmandades e

²²⁸ “(...) tem noticia que algumas pessoas desta corte esquecidas da obrigação de Catholicas fabricão, e mandão fabricar Cruzes, Rosarios, e Coroas semelhantes ás que costumaõ vir de Jerusalem” – ANTT –HTS – M035, doc. 106.

²²⁹ BNP – COD.8749, doc. 3 (Braga, 1752); doc. 11 (Lisboa, 1761); doc. 40 (Rio de Janeiro, 1762).

²³⁰ PESSOA, Georgina Pinto – Cruz Relicário. *INventa MUSEU – Revista da Secção de Inventário*. nº 1 (2015). pp. 10-41

confrarias ou em coleções particulares) atesta a sua difusão pelos vários hospícios e, consequentemente, por Portugal continental e insular²³¹.

Uma pesquisa no RAIZ, utilizando os termos “Terra Santa”, “madrepérola” e “madre pérola”, permitiu-nos encontrar mais de três dezenas de peças, dispersas pelos museus nacionais, desde o Museu Abade de Baçal (Bragança) ao Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (Évora). Paralelamente, foram contactados, via mail, telefone e presencialmente, todos os museus nacionais e particulares (vocacionados para a arte sacra) de Portugal continental, das ilhas e das várias antigas conquistas portuguesas, cujas respostas em muito contribuíram para os resultados aqui apresentados. A nossa insistência junto destas instituições teve em atenção o facto de, tal como referiu Simões²³², algumas das peças estarem indevidamente identificadas ou não se encontrarem inseridas nos inventários online. Foram igualmente consideradas fundações particulares entre as quais se destacou a Fundação Oriente (Lisboa), pela aquisição que fez da coleção do mestre escultor Soares Branco²³³.

Não obstante, este estudo não pretende ser de nenhum modo exaustivo, uma vez que, tal como vimos na transcrição documental anterior, eram centenas as peças que anualmente chegavam da Terra Santa.

Breves pesquisas revelaram uma extensa quantidade de peças disponíveis em leilões e em antiquários, algo que não será de estranhar, uma vez que grande parte destas peças eram produzidas para uso doméstico, e que, naturalmente, integravam o recheio das habitações.

Temos consciência de que as peças identificadas (cerca de 250) podem ser uma gota no oceano, uma vez que somos levados a pensar que talvez muitas

²³¹ Foram contactarmos vários museus nas antigas conquistas portuguesas (Brasil, Goa, Macau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé) com vista a identificar peças similares, não tendo tido oportunidade de recolher resposta em tempo útil, notamos, contudo, a grande probabilidade da existência destes objetos de devoção nestes territórios, uma vez que também lá se recolhiam esmolas para esta causa.

²³² SIMÕES – Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque, p. 77.

²³³ GORJÃO, Sérgio, coord. – *A luz do oriente: madrepérolas e objectos orientais de devoção cristã*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos, 2003.

continuem nos acervos familiares. A prematuridade para a apresentação de uma catalogação dos vários objetos existentes levou a que se dessem passos na identificação das suas várias tipologias. Seguidamente, por amabilidade das diferentes instituições, dispomos de imagens dos objetos selecionados com base nas suas diferentes tipologias e na sua dispersão geográfica.

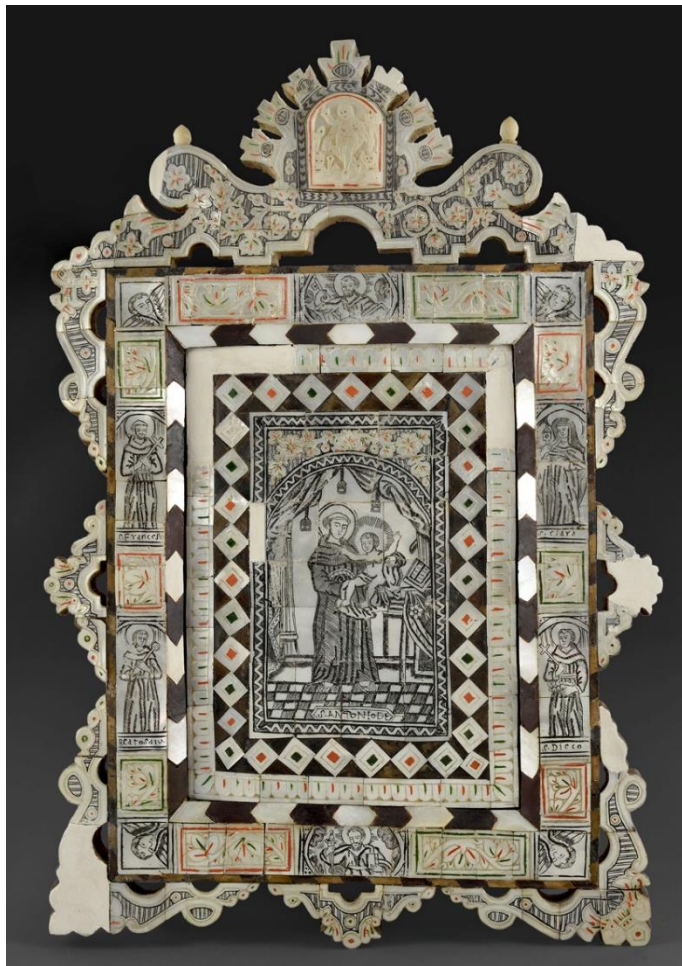


Figura 19 – Santo António com o Menino. Nº Inventário 2079.
©Museu Nacional Grão Vasco, Viseu/Alexandra Pessoa



Figura 18 – Concha. Nº Inv. FMA 4778. © Museu Medeiros e Almeida, Lisboa / Pedro Mora.



Figura 20 – Caixa-relicário (Lipsanoteca). Nº Inventário TMSB0111MOB. ©Tesouro-Museu da Sé de Braga, Braga.



Figura 22 – Figura Edícula da Basílica do Santo Sepulcro (Jerusalém). Nº de inventário 2080. © Museu Nacional Grão Vasco, Viseu/ Alexandra Pessoa



Figura 21 – Concha gravada, Nº inventário 935 DIV. ©Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa



Figura 23 – Rosário, Nº inventário MAS E 107. ©Museu Alberto Sampaio, Guimarães/Miguel Sousa

Uma pertinente proposta de investigação passaria pelo seguimento do percurso destas peças, uma vez que o tempo passou e muitas delas encontraram outros caminhos. A extinção das ordens religiosas iniciada em 1833 e a espoliação republicana (1910) veio reconduzir objetos pertencentes aos vários ramos da Igreja. Muitas delas foram encaminhadas para museus públicos, onde, em muitos casos, se preservam, outras simplesmente perderam-se.

Resta referir que houve peças que permaneceram nos edifícios religiosos, como pertença de irmandades ou confrarias. Merece referência, sem dúvida, o conjunto de 15 quadros da Via-Sacra pertencentes ao Convento da Encarnação de Lisboa²³⁴ que, naturalmente, são oriundos da Terra Santa, ao que acresce o facto deste convento ser referido nos livros de contas como benfeitor²³⁵.

Há ainda objetos oriundos de doações, tal como pudemos verificar nas várias fichas de inventário disponibilizadas. ou seja, depois da morte de um familiar, as famílias reconheceram algum valor nestes objetos e consideraram ofertá-los a museus locais ou regionais. Um exemplo claro é o dos descendentes de Luiza Rufina de Miranda Todi que entregaram, recentemente, uma cruz em madeira de oliveira e madrepérola ao Museu de Setúbal (Figura 25).

Um levantamento exaustivo e o conhecimento do percurso dos objetos, legitimaria algumas tendências que identificámos. Em algumas áreas surgem maior quantidade de objetos, nomeadamente em Lisboa,



Figura 24 – Crucifixo. Museu de Setúbal ©Câmara Municipal de Setúbal

²³⁴ CRISTO FONTE DE ESPERANÇA: catálogo / Exposição do Grande Jubileu do ano 2000. Porto: Diocese do Porto, 2000. ISBN 9789729856518. pp. 127-128.

²³⁵ Vide ANTT-HTS-L001 – Livro de contas (1742-1769).

Viseu e Guimarães, o que pode estar relacionado com a copiosa quantidade de esmolas que, gradualmente, se foram ofertando (Apêndice II).

Na mesma linha, é exequível a análise dos inventários de extinção dos conventos a fim de encontrar objetos provenientes da Terra Santa. Na verdade, apesar de muito do espólio destas casas religiosas ter sido recolhido no Museu Nacional de Arte Antiga, o mesmo apenas possui algumas peças (cerca de 25/30) que carecem de um estudo aprofundado. Podemos, no entanto, extrapolar sobre o seu possível descarte/destruição, uma vez que se trata de peças sem grande valor monetário.

Em conclusão, os objetos carregam muito mais que a sua materialidade, cumulando-se de simbologia com um significado sacro e espiritual que transcende o material que externamente os revestem, permitindo uma visão multifacetada da realidade em que se envolviam.

A produção de objetos religiosos aproveitando os recursos naturais disponíveis, levou ao desenvolvimento de uma forma artística típica desta região que satisfaz os objetivos primordiais: contentar o desejo dos peregrinos de uma lembrança e colmatar as dificuldades económicas dos cristãos que viviam na Palestina.

Após a entrega das esmolas recolhidas em Portugal e nas conquistas, os condutores empregavam esforços em adquirir junto da Custódia da Terra Santa, em Jerusalém, cruzes, contas, rosários e outras peças, como maquetes dos Lugares Santos, para ofertar aos benfeitores. Esta prática é testemunhada pela quantidade de objetos provenientes desta geografia que se encontram dispersos pelos museus nacionais e particulares.

A oferta dos objetos àqueles que, muito provavelmente, nunca teriam oportunidade de conhecer os Lugares Santos tornou-se, verdadeiramente, uma estratégia para cativar benfeitores dos vários estratos sociais, que, com os seus

bens, patrocinavam o sustento da Custódia da Terra Santa. A gratificação material era excedida pelos benefícios espirituais com que foram sendo comutados estes objetos e, conseqüentemente, quem os possuísse com devoção.

Conclusão

A relação entre Portugal e a Custódia da Terra Santa mostrou-se mais complexa do que seria de antever, ultrapassando a piedade composta de atos isolados e materializados em peças ofertadas entre o séc. XVII e XIX. Na verdade, a relação entre o território português e a Terra Santa é secular, tendo o reino, em muito, beneficiado da mesma para a sua formação. Todavia, entre 1621 e 1833, esta relação adquire uma maior proximidade, com a formação de uma instituição diretamente vocacionada para o fomento de um compromisso com o envio regular de esmolas: o Comissariado da Terra Santa em Portugal.

O estudo da instituição, em muito se reflete na sua ação articuladora entre o reino e as suas conquistas e a Custódia da Terra Santa. Na verdade, esta investigação insere-se numa corrente de estudos internacionais, nomeadamente direcionados às cidades italianas e a França, do qual destacámos o projeto HOLYLAB que, tal como referimos, procura, para além de compreender a atuação da Custódia da Terra Santa, entender a circulação de pessoas e bens no Mediterrâneo Moderno.

A complementariedade entre as informações recolhidas no ASPF, no ANTT, e nas obras de literatura de viagem, bem como a integração e compreensão dos silêncios documentais, concederam uma visão ampla sobre a formação, organização, desenvolvimento e ação do Comissariado da Terra Santa em Portugal, a par da sua integração no contexto europeu.

A formação do comissariado português, em 1621, ainda sob governo da União Ibérica, apresentou-se como uma forma de formalizar uma prática – a recolha e envio de esmolas para os Lugares Santos – que era, até então, ineficaz, uma vez que, apesar de existirem alguns pontos de recolha, as ofertas não chegavam a Jerusalém. A estruturação de uma rede de recolha de esmolas permite que a instituição se vá afirmando gradualmente no contexto do reino português e nas suas diversas conquistas, formando pequenos hospícios e recrutando frades franciscanos para se associarem a esta obra pia. Consequentemente, o

comissariado português, umbilicalmente ligada à Custódia da Terra Santa, sediada em Jerusalém, e conectando aos restantes comissariados dispersos pela Europa, integrou uma rede de circulação segura de pessoas e bens.

As dificuldades económicas e financeiras porque passou o reino depois da “restauração” da independência (1640), vieram abalar os fundamentos da instituição coligada à congénere castelhana, que se apresentava como principal financiador da Custódia. A vontade de cisão com Madrid resolveu-se em 1691 quando, finalmente, Portugal enviou por seus próprios meios as suas esmolas a Jerusalém. Missão complicada, demorada e dispendiosa, impossível de realizar sem o olhar atento dos diferentes comissariados/hospícios junto dos portos (Marselha, Livorno, Génova, Messina, entre outros) que, cumulativamente, articulavam e agilizavam as condutas, firmando contratos com capitães de navios mercantes, entre os destinos de origem e a Terra Santa.

A identificação dos agentes envolvidos (condutores) e das esmolas em dinheiro, especiarias, produtos/objetos medicinais e outros bens enviados nas 57 condutas realizadas com sucesso entre 1691 e 1765, demonstraram um crescente compromisso português com os Lugares Santos. Tal deveu-se à progressiva complexificação e densificação da malha de recolha de esmolas, à afirmação do Hospício da Terra Santa em Lisboa, bem como do gradual envolvimento direto dos monarcas e dos agentes do clero local (párocos e bispos) no fomento e na colecta das esmolas.

A entrega de bens para o culto, como alfaia, paramentos e perfumes, correspondiam às necessidades da Custódia e à devoção dos ofertantes. Se, por um lado, os frades se mobilizavam para providenciar objetos necessários ao culto; por outro, a piedade dos fiéis, por vezes, materializava-se em doações para a liturgia. Além do mais, estas doações, na sua maioria de origem régia, inseriam-se nas políticas de representação internacional e de afirmação das casas reinantes no contexto europeu.

As condutas adquiriram uma periodicidade regular a partir de 1720, estabelecendo o valor base de 40 000 cruzados (16 000 000 réis) de esmola anual, às quais eram acrescentados outros bens, que eram expressão do domínio imperial português, como pimenta, canela, cravinho, pedras orientais, óleos sul-americanos e produtos açucarados. Assim, demonstramos que esta rede extravasou a Europa através do império português, em virtude das suas conquistas nos outros continentes, formando hospícios, dispersando os agentes e maximizando os recursos. Na mesma medida, é notório que o envio de esmolos, sob diferentes formas, tal como verificado a nível europeu, fez com que Portugal integrasse as políticas de representação e de afirmação das casas reais europeias.

Tal como ficou demonstrado neste trabalho, de cada viagem de regresso poderiam resultar centenas de pequenos objetos de devoção de diferentes tipologias. Os condutores, depois de peregrinarem pelos diversos Lugares Santos e de aí deixarem as suas ofertas, adquiriam objetos de devoção em madeira de oliveira e madrepérola que eram cumulados de benefícios espirituais. Esta prática, comum aos restantes comissariados, apresentava-se como um dos mecanismos de credibilização, gratificação e fomentação da caridade da Custódia da Terra Santa. Assim, os frades, pela aquisição destes objetos de devoção, atestavam a sua ida à Terra Santa e a correta entrega das esmolos. Pela oferta de pequenas lembranças, reconheciam a indispensável bondade dos benfeitores e, conseqüentemente, incentivam a repetição do gesto socio-caritativo para com a Custódia.

A dimensão patrimonial da nossa investigação concretizou-se na identificação e análise de alguns objetos de devoção produzidos na Terra Santa e presentes em Portugal. A fisionomia concreta das peças, com uma gramática iconográfica específica, marcada pela abundância de referências franciscanas, à Terra Santa, a Cristo e à Virgem, permite a sua rápida identificação como provenientes das oficinas palestinianas de Jerusalém e Belém. Um elenco dos objectos foi elaborado, mas não apresentado em apêndice, uma vez que a exibição de uma lista, nesta fase de investigação, seria sempre lacunar. Efetivamente, uma

pesquisa em várias coleções nacionais revelou uma difusão generalizada daqueles objetos, na sua grande maioria ainda por estudar e/ou por inventariar, classificados, não raras vezes, como de estilo indo-português. A articulação das várias instituições detentoras de peças poderá vir a estimular uma exposição, devidamente orientada e fundamentada, com vista a compreender esta complementaridade entre Portugal e o Próximo Oriente. Para além do mais, ao longo do processo de recolha, notámos uma particular sensibilidade por parte das entidades custodiadoras, procurando corrigir os erros de inventariação. De forma ainda mais prática, a resposta por parte de algumas paróquias e confrarias que contactámos foi bastante satisfatória, tendo em conta que os vários envolvidos ficaram mobilizados para a realização de inventários detalhados sobre as suas peças, promovendo o seu estudo aprofundado e posterior divulgação.

Apesar dos resultados aqui apresentados, reconhecemos que várias outras veredas de investigação poderiam ter sido exploradas, notando, por isso, que o tema não se encontra, obviamente, esgotado. É pertinente, neste momento, sublinhar duas oportunidades futuras de estudo. Primeiramente, é necessário realizar uma análise, semelhante àquela aqui tentada, para todo o período de atuação do Comissariado Português da Terra Santa entre 1621 e 1833. Será importante indagar até que ponto esta relação com a Terra Santa foi anterior à fundação desta instituição e, em que medida esta se manteve no período pós-extinção, uma vez que uma rede de tal forma complexa como a que foi definida, não se poderá ter desfeito repentinamente. Em segundo lugar, sabendo de antemão que a Custódia beneficiava de uma rede segura de transporte de pessoas e bens, será pertinente cruzar as informações respeitantes aos capitães e respetivos navios que realizaram a primeira viagem com destino a Marselha, Génova e Livorno (Apêndice III), com aqueles que as continuaram, Tal será possível, como já referenciado, para o caso de Marselha, através dos registos disponíveis no arquivo da *Chambre de Commerce et d'Industrie métropolitaine Aix-Marseille-Provence*.

Em suma, ainda que não menosprezando outras formas de relação existentes entre Portugal e a Terra Santa, e que, em alguns casos, persistem até à atualidade, como tradições e devoções locais, pode-se afirmar que, na Época Moderna, essa relação assentou sobretudo no Comissariado da Terra Santa em Portugal. Afirmando-se como agregador de esforços, assumindo uma presença visível da Custódia em Portugal e corporizando uma presença constante de Portugal na Terra Santa, pelo envio de recursos financeiros e humanos para o serviço da instituição.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa - Portugal)

Hospício Terra Santa (HTS) – M035,M034,M003; M019; M037; M026; M020; L001, L002, L003, L011, L012, L015,

Manuscritos da Livraria 1280/1990 - L1130

Archivio Storico “de Propaganda Fide” (Roma - Itália)

Scritture riferite nei Congressi, vol 1, vol. 3, vol. 6.

Acta Sacrae Congregationis: vol.16; vol. 33; vol. 34; Vol. 35; Vol. 53; Vol. 107;

Scritture Originali riferite nelle Congregazioni Generali (SOCG): Vol. 197; Vol. 488.

Archivio Storico della Custodia di Terra Santa (Jerusalém – Israel)

Libro dei Condotte nº6 (1615-1720)

Libro dei Condotte nº 8 (1720-1885)

Arquivo Distrital do Porto (Porto – Portugal)

MON/CVSFPRT/001/6056/56466, fl. 466 – Clareza passada pelos padres guardião, discretos e irmão síndico de S. Francisco, da qual consta terem sido construídas no convento duas celas para os dois esmoleres da Terra Santa

Fontes impressas

AVEIRO, Pantaleão, OFM – *Itinerário da Terra Sancta, e suas particularidades* [Em linha]. Lisboa: Oficina de Simão Lopes, 1593. Disponível URL: https://www.google.it/books/edition/Itinerario_da_Terra_Sancta_e_suas_partic/cPUdNZx2kTUC?hl=it&gbpv=1&dq=aveiro+de+pantaleao+itinerario+de+terra+sancta&printsec=frontcover>. Consultado em 05/08/ 2024.

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino* (...) [Em linha]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<https://purl.pt/13969/4/>>. Consultado em 05/09/2024.

CHRONOLOGIA HISTORICO-LEGALIS SERAPHICI ORDINIS FRATRUM MINORUM (...) [Em linha]. Nápoles: Typographia Camilli Caualli, 1650. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=TF7MjJXz1psC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Consultado em 12/08/2024.

CHRONOLOGIA HISTORICO-LEGALIS SERAPHICI ORDINIS FRATRUM MINORUM [Em linha]. Nápoles: Typographia Camilli Caualli, 1650. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=TF7MjJXz1psC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Consultado em 16/08/2024.

COLLEÇÃO DE DECRETOS E REGULAMENTOS (...) [Em linha]. Lisboa: imprensa Nacional, 1835. Disponível em: <<https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p293>>. Consultado em 12/08/2024.

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa-Portugal)

SACRAMENTO, António do, OFM – *Viagem Santa, e peregrinação Devota, que aos Santos Lugares de Jerusalém: em que se obrou a nossa redempção, fez nos annos de mil setecentos e trinta e nove, e quarenta Fr. António do Sacramento*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1748.

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lisboa-Portugal)

ALMAS, Miguel das Santas, OFM – *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalém lagrimas e tormentos com que na Palestina acabão os filhos do serafico P.S. Francisco que residem naqueles santos lugares*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1755.

Archivio Storico Generale dell'Ordine dei Frati Minori (Roma – Itália)

Documenta impressa VIII (1748-1792), B/3-23 - GIAFFA - *Relazione fedele della sollevazione seguita in Giaffa contro l'Ospizio dei PP. Minori Osservanti Custodi do Terra Santa* (Roma 22 settembre 1756)

Bibliografia

- AFONSO, André, coord. – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4.
- ARCE, Agustín, OFM – *Miscelánea de Tierra Santa*. Jerusalém: Imprensa de Tierra Santa, 1950. Vol. I.
- ARMSTRONG, Megan – *The Holy Land and the Early Modern Reinvention of Catholicism*. Cambridge: University Press, 2021. ISBN 978-1-108-83247-2.
- ARMSTRONG, Megan C. – Spiritual Legitimation? Franciscan Competition over the Holy Land (1517–1700). In FORRESTAL, Alison; SMITH, Seán Alexander – *The Frontiers of Mission*. Boston: Brill, 2016. pp. 159-179.
- CALADO, Margarida – *O convento de São Francisco da Cidade (subsídios para uma monografia)*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes de Lisboa, 1996.
- CARREIRA, José Nunes – A Terra Santa em relatos portugueses de viagem (séc. XVI-XVIII). *Cadmo*. vol. 13 (2003), pp. 55-78.
- CHARLES-GAFFIOT, Jacques – Du luxe pour Dieu. In DEGOUT, Bernard; CHARLES-GAFFIOT, Jacques, dir. – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. ISBN 978-2-95044-965-8. pp. 69-75
- *CRISTO FONTE DE ESPERANÇA: catálogo / Exposição do Grande Jubileu do ano 2000*. Porto: Diocese do Porto, 2000. ISBN 9789729856518.
- CRITÓVÃO, Fernando – *Os itinerários da Terra Santa como literatura de peregrinação*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1984.
- DEGOUT, Bernard; CHARLES-GAFFIOT, Jacques, dir. – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. ISBN 978-2-95044-965-8.
- ECK, Marianne Ritsema van – *The holy land in Observant Franciscan texts (c.1480-1650): Theology, travel, and territoriality*. Boston: Brill, 2019. ISBN 978-90-04-41032-9.
- FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Dissertação de doutoramento em História.

- FRAZE, Charles, – *Catholics and Sultans: the Church and the Ottoman Empire: 1453-1923*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- GARCIA BARRIUSO, Patrocinio – *España en la Historia de Tierra Santa*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1992–1994. 2 Vol.
- GIRARD, Émile; TRAMONTANA, Felicita – La fabrication des objets de dévotion en Palestine, de l'époque moderne au début du XIXe siècle. *Archives de sciences sociales des religions*. vol. 183 (2018), pp. 225-238.
- GORJÃO, Sérgio, coord. – *A luz do oriente: madrepérolas e objectos orientais de devoção cristã*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos, 2003.
- HEYBERGER, Bernard – *Les chrétiens du proche-orient au temps de la réforme catholique (Syrie, Liban, Palestine, XVIIe-XVIIIe siècles)*. Roma: École Française de Rome, 1994. ISBN 2-7293-0309-6.
- HEYBERGER, Bernard – Les frères mineurs de la Terre Sainte entre régime ottoman et Réforme catholique (XVIIe - début XIXe siècle). *Études Franciscaines*. vol. 14, nº 2 (2021), pp. 309-328.
- IELPO, Francesco, OFM, org. – *A servizio della custodia. Breve storia dei commissariati di Terra Santa del Nord Italia*. Milão: Edizioni Terra Santa, 2021. ISBN 979-12-5471-013-5.
- KOWALSKY, Nicholas; METZLER, Josef – *Inventory of the Historical Archives of the Congregation for the Evangelization of Peoples or 'de Propaganda Fide'*. 3 ed. Roma: Urbaniana University Press, 1988.
- LAPLANCHE, François – Thought travelogues in the Holy Land (XVI-XIX centuries). *Bulletin du centre de recherche français à Jérusalem*. 7 (2000), pp. 129-135.
- MAIARELLI, Andre, coord. – *L'archivio storico della Custodia di Terra Santa: Inventario (1230-1970)*. 3 Vol. Milão: Edizioni Terra Santa, 2012. ISBN 978-886-240-155-5.
- MARTÍN, Miguel Vallecillo, OFM – Los derechos históricos de España en Tierra Santa y su proceso de extinción. *Archivo Ibero-Americano*. vol. 78, n.º 286 (2018), pp. 61-163.

- MATOS, Artur – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.
- MENDES, Paula Almeida – «Viagens do corpo» e «Viagens da alma» à luz da literatura de espiritualidade em Portugal (séc. XVI-XVIII). *Via Spiritus*. 26 (2019), pp. 51-81.
- MENDES, Paula Almeida – Peregrinações e lugares sagrados à luz de fontes portuguesas (séculos XVI-XVIII). In LOUSADA, M^a Alexandre; AMBRÓSIO, Vítor, ed. – *Literatura, viagens e turismo cultural no Brasil, em França e em Portugal*. Lisboa: CEG-IGOT-Ulissboa, 2017. ISBN 978-972-636-247-0. pp. 171-185.
- MORACCHINI, Pierre – Autour de Pierre de Quesneville. Les commissaires généraux de la Terre saint en France (XVIIe-XVIIIe siècles). *Archivum Franciscanum Historicum*. 114 (2021), pp. 259-280.
- MOREIRA, António Montes – A Ordem dos Frades Menores no Portugal Moderno: uma visão global. *Lusitania Sacra*. vol. 44 (2021), pp. 15-57.
- NORRIS, Jacob – Dragomans, tattooists, artisans: Palestinian Christians and their encounters with Catholic Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. *Journal of Global History*. vol. 14 (2019), pp. 68-86.
- PEREIRA, Ana Carolina – “O lugar em que estás é uma terra santa”: visões e percepções da Antiguidade Oriental e Bíblica nos relatos de viagem portugueses (sécs. XVI – XVII). Lisboa: [Edição de Autor], 2019. Dissertação de mestrado em História.
- PESSOA, Georgina Pinto – Cruz Relicário. *INventa MUSEU – Revista da Secção de Inventário*. n.º 1 (2015), pp. 10-41.
- PICCIRILLO, Michel, coord. – *La custodia di Terra Santa e l'Europa*. Roma: Il Veltro Editrice. 1983. ISBN 88-85015-18-2.
- PIERACCINI, Paolo – *Il ristabilimento del Patriarcato Latino di Gerusalemme e la Custodia di Terra Santa: la dialettica istituzionale al tempo del primo patriarca Mons. Giuseppe Valerga (1847-1872)*. Cairo: Studia orientalia Christiana, 2006.

- POUMARÈDE, Géraud – La France et Jérusalem (XVIème-XIXème siècle). *Annuaire-Bulletin de la Société de l'histoire de France*. (2008), pp. 39-62.
- QUEVEDO, Francisco – *Cooperación Económica Internacional al sostenimiento de los Santos Lugares*. Barcelona: Editorial Seráfica, 1951.
- REMA, Henrique Pinto – O convento de São Francisco da cidade de Lisboa (1217-1834) e a sua Ordem Terceira (1834-2017). *Archivo Ibero-Americano*. 77, n.º 284 (2017), pp. 277-312.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – Aspectos da presença árabe no «Itinerário da Terra Santa» de Fr. Pantaleão De Aveiro. In *IV CONGRESSO de Estudos Árabes e Islâmicos*. Coimbra: Lieden, 1971. pp. 1-49.
- SIMÕES, João Miguel – A redescoberta da primitiva relíquia de São Roque. *Cidade Solidária*. a. XII, n.º 21 (2009), pp.26-31.
- SIMÕES, João Miguel – Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque. In OLIVEIRA, Maria Helena, coord. – *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-8761-71-4. pp. 74-89.
- SOUSA, Rita da Conceição – *Moedas e metais preciosos no Portugal setecentista (1688-1797)*. Lisboa: [Edição de autor], 1999. Dissertação de doutoramento em História Económica e Social.
- TEDESCO, Alessandro – *Itinera ad loca sancta: i libro di viaggio delle Biblioteche Francescane di Gerusalemme*. Milano: Fondazione Terra Santa, 2017. ISBN 978-88-6240-518-8.
- TRAMONTANA, Felicita – "Per ornamento e servizio di questi Santi Luoghi". L'arrivée des objets de dévotion dans les sanctuaires de Terre Sainte (XVIIe siècle). *Archives de sciences sociales de religions*. 183 (2018), pp. 209-223.
- TRAMONTANA, Felicita – Facilitating, controlling and excluding from movement: religious orders, organizational networks and mobility infrastructure in the early modern Mediterranean. *Social History*. vol. 48, nº 4 (2023), p. 397-425.

- TRAMONTANA, Felicità – Trading in spiritual and earthly goods. Franciscans in semi-rural Palestine. In HEYBERGER, C. Windler [et al.], eds.– *Catholic Missionaries in Early Modern Asia: Patterns of Localization*. London: Routledge, 2019. pp. 126-140
- TRAMONTANA, Felicità – *Una terra di intersezioni: storia e istituzioni della Palestina di età moderna*. Roma: Carocci editore, 2015. ISBN 978-88-430-7458-7.
- VALE, Teresa Leonor – As ofertas de Portugal: esmola do rei e dos seus súbditos: do ouro à prata passando pelas especiarias e pelos perfumes. In AFONSO, André – *O Tesouro dos Reis. Obras-primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4. pp. 42-51.
- VALE, Teresa Leonor – Reino de Portugal. In AFONSO, André – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4. pp. 159-195.
- VÉRON-DENISE, Danièle – Les envois d'ornements liturgiques en Terre saint. In DEGOUT, Bernard; CHARLES-GAFFIOT, Jacques, dir. – *Trésor du Saint-Sépulcre*. Versailles: Silvana Editoriale, 2013. pp. 113-117.
- VILELA, Clarisse Martins – *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. São Paulo: [Edição de Autor], 2015. Dissertação de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo.
- XAVIER, Rui – A arte da madrepérola na Terra Santa. In AFONSO, André, coord. – *O Tesouro dos Reis. Obras-Primas do Terra Sancta Museum*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. ISBN 978-989-9119-15-4. pp. 104-107.

Anexo I – Transcrição do Reconhecimento dos Condutores (1756/57)

Dizemos nós Fr. Francisco de S.ta Barbara e Fr. Francisco de S. Vicente Religiosos da Regular observancia de Nosso Padre São Francisco, que nos temos recebido do Nosso Mestre Reverendo Padre Fr. João dos Prazeres, pregador jubilado padre da provincia de Portugal e Comissario Geral da Terra Santa nestes Reynos e suas conquistas, e do Sr. Manuel Alvarez da Matta, Syndico Geral da mesma huma conducta que consta de duas mil e quinhentas meyas dobras, que fazem a quantia de quarenta mil cruzados, e mais cem moedas para transportes, e mais despesas que se oferecem nas viagens e assim mais cem moedas para lá se empregarem por conta desta comissão em Santuarios para aumento das esmolas e de todo o referido somamos entrar a bordo do Navio por nome Ida Can.^a de que hê cappitam Joao Henrique Bahnsen de nação Dinamarques que navega para o porto de Genova donde partiremos para os portos mais seguros, e diretos para os Lugares Santos. E levandonos Deos em salvamento a todos ou a qualquer de nós faremos entrega da dita conducta ao Mestre Reverendo Padre Procurador Geral da Terra Santa, aonde mostraremos recibo para certeza do que assignamos dous destes theor que hum cumprido, outro não valha. Dado neste Convento de São Francisco da cidade de Lisboa em 6 de setembro de 1756, sellado com sello mayor do nosso officio.

Fr. João dos Prazeres, Comissario Geral da Terra Santa; Fr. Francisco de Santa Bárbara, condutor; Manuel Alvarez da Matta, Syndico Geral da Terra Santa; Frei Francisco de São Vicente, condutor.

Fonte: ANTT – HTS – M003, doc. 36. Transcrito fiel ao original, apenas foram desdobradas as abreviaturas.

Anexo II – Transcrição do contrato com o capitão do navio para a 1ª viagem (1756/57)

Dizemos nós Fr. Francisco de Santa Bárbara e Fr. Francisco de São Vicente, que nós estamos ajustados com o capitam João Henrique Bahnsen da nação Dinamarquesa hir de passagem no seu Navio por nome Ida Catherina que ao prezente seacha neste porto, para com o favo de Deos seguir viagem em direitura athê Genova pagandolhe de frete doze e meya moedas por cada hum de nós, que por todos somos dois ficando o Senhor Capitam obrigado a nos receber a bordo com todo o nosso fato, em que levamos varias pessas de prata e dinheyro e outras couzas para os Lugares Santos, como tudo consta do Passaporte de Sua Majestade que Deos guarde, e assim mais será obrigado o dito Senhor Capitam a accomodarnos na sua camara e darnos de comer a sua meza athé ao dito porto, e nós obrigados a entregarlhe a importância de doze e meya moedas de ouro de quatro mil e oito centros reis em dinheyro de contado antes de nos receber a bordo, de que nos dará recibo nas contas deste, e declara elle Senhor Capitam a cima nomeado, que por esta quantia se dará por pago e satisfeito da passagem e fato que levamos sem que de nos possa pertender couza alguma por nenhuma via, que seja e para clareza de todos fizemos dous deste theor, que hum cumprido o outro não valha. Em fê do que nos assignamos todos de que forao pesgras Antonio Miz.e Pereira; Sylverio Soares de Macedo e Joao Frz. de Oliveyra. Lisboa 6 de setembro de 1756. Johann Ilinrih Bahgen; Antonio Miz.e Pereira; Sylverio Soares de Macedo; Joao Frz. de Oliveyra.

Fonte: ANTT – HTS – M037, doc. 212. Transcrito fiel ao original, apenas foram desdobradas as abreviaturas.

Anexo III – Transcrição do Passaporte (1756/57)

Dom Luis da Cunha do Conselho de Sua Magestade Fidelissima e seu secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, que também sirvo dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. Faço saber aos que este Passaporte virem que desta Cidade de Lisboa vão embarcados em o Navio Dinamarquez chamado Ida Catharina, de que he capitao Joao Baptista Bahanzen que vay para Genova, Frey Francisco de Santa Barbara, e Frey Francisco de São Vicente, religiosos de São Francisco, e dahi hão de passar para os Lugares Santos de Jeruzalem, com duas mil e quinhentas dobras de seis mil e quatrocentos reis cada huma, e mais cem moedas para os seus gatos, e transportes, que Sua Magestade manda de esmola para o Santissimo Sepulcho. E porque podem ser encontrados na dita viagem, assim por mar, como por terra das Armadas, Esquadras e mais embarcaçoens dos Reys, Principes, Republicas e Potentados, amigos e aliados desta Coroa, recomenda Sua Magestade aos Generaes, Almirantes, cabos, e capitaesns destas, e a outros quaisquer ministros, e officiaes de Justiça ou Fazenda dos mesmos Principes, a quem este for mostrado, conheção e hajão os ditos Religiozos por Portuguezes e lhes não impidão seguir sua viagem, antes para ella lhe dem toda a ajuda e favor, que pede a amizade, alliança, e boa correspondencia que há entre esta Coroa e as de seus Principes: com a certeza de que aos recomendados por elles, se lhes fará nestes Reynos o mesmo, e igual tratamento. Em fé do que lhes mandou dar este passaporte por mim assignado, e sellado com sello grande das Armas Reaes. Dado em Belem aos 7 dias do mez de setembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1756. Dom Luis da Cunha.

Fonte: ANTT – HTS –M034, doc. 67. Transcrito fiel ao original, apenas foram desdobradas as abreviaturas.

Fonte: Recibo da Custódia da Terra Santa (ANTT-HTS-M019, doc. 44). ©António M. Rodrigues

dell'Ordine de' Minori del nostro Serafico Padre San Francesco Teologo, già Difinitore e Custode dell'Alma Osservante Provincia di Sant'Antonio, Responsabile della Sagra Congregazione di Propaganda fede, Prefetto delle Missioni di Egitto, e Cipro, nelle parti di Oriente Commissario Appostolico, Custode di tutta la Terra Santa, del Sagro Monte Sion, e del Santissimo Sepolcro di Nostro Sig.^o Gesù Cristo Guardiano.

Facciamo fede e vero testimonio con S.^a P.^a D.^a di questa Santa Cust.^a Come in 3 d' Giugno
1752 Arrivano in questa Santa Città Fr. Fran.^e di Santa Barbara Cond.^o coll' due compagni Fr. Francesco
d. S.^a Lorenzo e di ordine dall' M.^a R.^a V.^a Giovanni de S.^a Pietro Commiss.^o Gl.^e d' Fena Santa negli Regni
di Portogallo, & Corte de Libras, Consegnarono coll' ordini d' quest' S.^a D.^a Diciotto d' Fr. Dominico Grau
V.^a Don della Casa d' Arago Settecento moneci d' oro de Sei mila equattrocento t^z; La Fr. Andrea
d. S.^a Fran.^e B.^a Prate d' Giafia pure con Ordine del Dicretorio, Mille, e ottocento moneci d' oro dell' med.^a
Valore, che sum due parite detengono alla Somma d' Quaranta mila Cruciatu moneta Portoghella, e oltre
Si Alla presenza d' un mil.^e V.^a Dicretorio, in questa Priora Gl.^e d' Fena Santa Una arroba d' Pepe,
M.^a tazza arroba d' Canella, Otto Libbre Garrofa d' dell' India. Due libbre d' noce Moscata. Ono libbre
d' Shi, Ottanta Ono libbre amandole Coperte. Quaranta Ono libbre d' Conferiti, e Sei libbre d' Persiani p.
S.^a Santuarij; Il Iuno Elemosina d' quell' Serenissimo Regno che talto Conserve, In fede di che dia-
mo il presente Testimonio Toroccino d' nostra propria mano, e Sigillato coll' sigillo d' questa Cust.^a

Gerusalemme Bo d' Giugno 1752

Anno 3. Anno primo di Meserico Reale e Civile di Torsod Romma.

Do. B. Donatello di Venezia Guard. e Card. di S. p. affarino.
Fra Gio: Carlo di Pavia Discreto di Terra Sta.
Fra Gio: Giacomo Bardit Discreto di Terra Sta.
Fra Raymondio Puyachi Discreto di Terra Sta.
Fra Jamaso di Vienna Discreto di Terra Sta.
Fra Melchior di Hungaria Discreto di Terra Sta.
Fr. Narciso Pro Priori Gle. e Discreto di Terra Sta.

Io infrascritto Segretario di
Terro Santa testifico che
ciascuna delle 7-firme qui
sopra esistenti si mandano
respettivamente a ciascuno de
nominate. R^{te}. C^{te}.
Fra Mamini di Livorno
C^{te}. di R. Toma M^{te} Maro

Anexo V – Assento de recessão no Libro de Condotte

Portogallo – A di 3 di Guigno 1757 arrivarono in questa sta. citta Fr. Franco. de sta. Barbora condre. coll suo compagno Fr. Franco. di S. Vincenzo e de ordine dall M.R.P. Fr. Gio. deli Piaceri comiso. gle. di terra sta. consegnarono coll ordine di questo ve. discretorio a Fr. Dominico Grau ve. Prore. della sta. casa di Nazaret settecento monete d'oro di sei milla e quatrocento ; ea Fr. Andrea di Sn. Franco. ve. prore. di Giafa, pure con ordine dell discretorio mille, e ottocento monette di oro dell medeso. valore, che tutti due partite acendono alla somma di quaranta milla crociate monetta portoghesa ; oltre si alla presenza dell medeso. ve. discretorio in questa Prora. gl. di terra sta. una arroba di pepere ; mezza arroba di canella ; otto libre di garrofogli dell Yndia ; due libre di noce noscata ; otto libre di the. ottanta otto libre amandole coperte ; quaranta otto libre di confetti ; 6 libre di perfumi pr. gle santuari ; Il tutto elemosina di quell sereniso. regno che iddio conservi.

Fonte: ASCTS – *Livro de Condotte* n° 8, fl.48. Transcrito como no original.

Anexo VI – Decreto de Extinção do Commissariado Geral da Terra Santa

Tomando em consideração os ponderosos motivos, que Me foram presentes para Decretar a extinção do Commissariado Geral da Terra Santa, cujo estabelecimento já desde muitos annos se sustentava pelo abuso vergonhoso que fazia da credulidade dos povos, extraindo-se-lhe delles importantes sommas sob falsos pretextos, e em ludibrio da verdadeira Religião Catholica Apostolica Romana, que parte hão sido descaminhadas por mãos fraudulentas, parte empregadas para fins ilícitos e até criminosos:

Hei por bem em Nome da Rainha, ordenar o seguinte:

Art. 1.º Fica extincta a Commissariaia Geral de Terra Santa. Os edificios, e mais bens, que lhe pertenciam, serão desde logo incorporados nos proprios da Corôa.

Art. 2.º Os créditos, acções, e dinheiros pertencentes ao mesmo estabelecimento passam ao Thesouro Público.

Art. 3.º A Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das Ordens regulares mandará logo inventariar os bens, e alfaias, pertencentes á Commissariaia, e depois de concluídos os Inventarios, os remetterá ao Tribunal do Thesouro Público.

Art. 4.º Ficam revogadas todas as Leis, e disposições em contrario.

O Ministro e Secretario d'Eslado dos Negocios da Fazenda, encarregado interinamente da Pasta dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça o tenha assim entendido, e faça executar.

Paço das Necessidades, em treze de Dezembro de mil oitocentos trinta e tres. DOM PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA. = José da Silva Carvalho.

Fonte: COLLEÇÃO DE DECRETOS E REGULAMENTOS (...) [Em linha]. Lisboa: imprensa Nacional, 1835. p. 270. Disponível em: <<https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p293>>. Consultado em 12/08/2024.

Anexo VII – Relação das esmolos portuguesas enviadas através do comissariado da Terra Santa em Roma ou Madrid (1664-1691)

Data	dia/mês	Enviada por	Quantia (em réis)	Comissário-geral
1664	-	ROMA	348 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1665	-	ROMA	392 400	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1666	-	ROMA	440 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1667	-	ROMA	880 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1668	-	ROMA	550 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
Fim da Guerra da Restauração (1640-1668)				
1669	-	CASTELA	2 578 240	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1670	-	CASTELA	827 853	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1671	-	CASTELA	742 320	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1672	-	CASTELA	1 185 799	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1673	10/mai	CASTELA	800 400	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1673	set	CASTELA	800 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1674	02/jul	CASTELA	797 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1675	13/mai	CASTELA	705 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1676	-	CASTELA	798 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1676	-	ROMA	1 484 885	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1677	02/mar	CASTELA	474 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1677	06/abr	CASTELA	230 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1677	22/abr	CASTELA	352 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1678	04/fev	CASTELA	572 400	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1678	25/abr	CASTELA	470 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1678	17/mai	CASTELA	105 310	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1679	18/abr	CASTELA	352 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1679	14/ago	CASTELA	474 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1679	12/dez	CASTELA	480 760	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1680	15/jan	CASTELA	1 972 243	Pe. Frei António de Santo Agostinho
Período de Fome (1680)				
1681	16/mar	CASTELA	245 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1682	31/mar	CASTELA	250 920	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1683	30/jan	CASTELA	247 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1683	26/mar	CASTELA	756 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1683	01/abr	CASTELA	702 785	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1684	10/jan	CASTELA	798 250	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1684	31/jan	CASTELA	1 275 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1684	08/mar	CASTELA	401 400	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1684	11/jul	CASTELA	633 750	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1684	18/jul	CASTELA	382 250	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1685	-	CASTELA	535 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho

1685	21/mai	CASTELA	508 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1685	29/mai	CASTELA	800 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1686	19/mar	CASTELA	516 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1686	22/mar	CASTELA	403 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1686	25/jun	CASTELA	774 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1687	03/mar	CASTELA	200 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1687	11/mar	CASTELA	250 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1687	18/mar	CASTELA	265 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1687	18/mar	CASTELA	294 850	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1688	-	CASTELA	357 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1688	02/mar	CASTELA	616 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1688	17/ago	CASTELA	146 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1688	29/nov	CASTELA	570 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1688	27/dez	CASTELA	409 829	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1689	06/ago	CASTELA	143 250	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1689	13/set	CASTELA	540 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1689	10/ago	CASTELA	146 500	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1690	01/mar	CASTELA	279 112	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1690	12/ago	CASTELA	550 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	08/jan	CASTELA	532 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	14/mar	CASTELA	655 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	29/ago	CASTELA	404 000	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	29/ago	CASTELA	32 950	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	05/set	CASTELA	871 200	Pe. Frei António de Santo Agostinho
1691	05/set	CASTELA	24 200	Pe. Frei António de Santo Agostinho

Fonte: ANTÓNIO, João Batista de Santo, OFM – *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção* (...). Tomo 1. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1734. pp. 422-451

Anexo VIII – Transcrição das indulgências concedidas aos objetos de devoção vindos da Terra Santa

Summario das Indulgencias, que o Santissimo Papa Innocencio XI concede perpetuamente por seu Breve, que começa: Unigeniti Dei Filii, &c. dado a 28. de Janeiro de 1668. aos Rosarios, Coroa, e Cruzes, que se hajão tocados nos Lugares Sagrados da Terra Santa, e às Sagradas Reliquias, que alli há, revogando, e annullando todas as outras Indulgencias, que se diz ser concedidas por outros Summos Pontifices às ditas Coroa, e Cruzes, etc. A instancia do P. Fr. Pedro Marin Sormano, Ministro Geral de toda a Ordem Serafica dos Menores Observantes de S. Francisco

Toda a pessoa, que consigo tiver algum Rosario, Coroa, ou Cruz, que se haja tocado nos lugares Santos, e Reliquias Sagradas da Terra Santa, ganhará as indulgencias seguintes, fazendo da sua parte o que se segue.

Qualquer que costumar rezar (ao menos huma vez cada semana) a Coroa do Senhor, ou da Virgem Santissima, ou Rosario, ou Terço delle, ou Officio Divino, ou o da Virgem, ou o dos Defuntos, ou os sete Psalmos Penitenciaes, ou Graduaes, ou ensinar a Doutrina Christã, ou visitar os presos do Carcere, ou os enfermos de qualquer Hospital, ou socorrer a algum pobre, ou ouvir Missa, ou a disser, sendo Sacerdote, se verdadeiramente estiver arrependido, e confessado por Confessor aprovado pelo Ordinario, ou comungar em qualquer dia dos infra escritos, convêm a saber, a Natividade do Senhor, a Epifania, a Ascensão, Pentecostes, a Festa da Santissima Trindade, a de Corpus Christi, a Festa da Purificação, Anunciação, Assumpção, a Natividade de S. João Baptista, a Festa dos Santos Apostolos S. Pedro, S. paulo, Santo André, Sant-Iago, S. João, S. Thomé, S. Filippe, e Sant-Iago, S. Bartholomeu, S. Simão, e S. Judas, S. Mathias, e a a de Todos os Santos, e devotamente rogar a Deos pela extirpação das heresias, e scimas, e pelas mais necessidades da Santa Igreja, neste dia ganhará **Indulgencia plenária**, e a remissão de todos seus peccados.

Qualquer que fizer as mesmas cousas nas outras Festas do Senhor, e da Beatissima Virgem Maria, em cada hum dos ditos dias ganhará sete anos, e outras tantas quarentenas de Indulgencia; e fazendo o mesmo em qualquer Domingo, ou outra festa

do anno, ganhará sinco anos, e outras tantas quarentenas; e fazendo o mesmo em outro qualquer dia, conseguirá cem dias de Indulgencia.

Qualquer que no artigo da marote devotamente encomendar sua alma a Deos, invocando o Santissimo nome de Jesus com a boca, e não podendo, com o coração, estando verdadeiramente arrependido, como assima se diz, confessado, e comungado, e não podendo, estando ao menos contrito, ganhará Indulgencia plenária, e remissão de todos seus peccados.

O que fizer qualquer oração preparatória antes de celebrar a Missa, ou de comungar, ou rezar o Officio do Senhor, ou o da Beatissima Virgem Maria, cada vez que o fizer ganhará sincoenta dias de Indulgencia.

Qualquer que visitar, ao menos huma vez cada semana, presos do carcere, ou os enfermos do hospital, ajudando-os com qualquer esmola, ou obra de piedade, ou ensinar verdadeiramente na igreja a Doutrina Christã, ou em sua cada a seus próprios filhos, parentes, ou criados, por cada vez ganhará duzentos dias de indulgencia.

Qualquer que costumar rezar (ao menos huma vez cada semana) a Coroa, ou Rosario, ou Officio de nossa Senhora, ou o dos Defuntos, ou as Vesperas, ou ao menos hum Nocturno com suas Laudes, ou os sete Psalmos Penitenciaes, com as Ladainhas, e suas Preces, o dia que rezar ganhará cem dias de Indulgencia, com outras concedidas pelo Bemaventurado S. Pio V.

Qualquer que ouvindo tocar o sino de qualquer Igreja pela manhã, ao meio dia, e à tarde rezar as orações costumadas de *Angelus Domini*, e não sabendo dizer as Antifonas, rezar hum Padre nosso, e huma Ave Maria; e do mesmo modo o que ouvir clamar por algum defunto, e disser o Salmo *De profundis*, e se não souber Salmo, rezar hum padre Nosso, e huma Ave Maria, ganhará cem dias de Indulgencia.

O que verdadeiramente arrependido de seus peccados, com propósito firme de emenda, fizer exame de sua consciencia, e rezar com devoção trez vezes o Padre nosso, e Ave Maria, ou em memoria das sinco Chagas de JESUS Christo, rezar sinco vezes o Padre nosso, e Ave Maria, ganhará cem dias de Indulgencia.

Qualquer que rogar pelos fieis, que estão no artigo da morte, e por eles rezar ao menos hum Padre nosso e huma Ave Maria, ganhará cem dias de Indulgencia.

Todas as Indulgencias referidas assimá póde cada hum ganhallas por si nos ditos dias, ou applicallas por modo de suffragio pelas Almas do Purgatorio, tendo alguma Reliquia dos Santissimos Lugares, isto além das mais graças, e Indulgencias, que consegue por quaisquer das ditas obras pias.

Todas as referidas Indulgencias, e graças se achão novamente confirmadas pelo Santo padre Benedicto XIII. De gloriosa memoria por Bulla sua, que começa: *Inter plurima, & maxima*, expedida no anno de 1726.

E suposto que todo o povo Catholico estima em muita as Indulgencias, com tudo, por que haverá algum mal intencionado, que faça pouco apreço dellas, refiro hum maravilhoso caso para sua condusão, e para avivar mais a devoção dos fieis, que prova com evidencia o muito que as Indulgencias valem, e se acha na Chronica da minha Religião, que compoz o Padre Cornejo 2. p. liv.4. cap. 26. Costumava o venerável Padre Fr. Bertoldo de Ratisbona no fim dos seus Sermões conceder aos seus ouvintes, por authoridade Pontificia, que para isto tinha, dez dias de Indulgencia; e pregando em huma Cidade, havia nella hum mercador tão rico, como pouco devoto, que não só não cria nas Indulgencias, mas costumava fazer zombaria dellas. No fim de hum dos seus Sermões se chegou ao Padre huma mulher mui pobre, formosa, e honesta, pedindo-lhe, lhe dêsse algum meio para remediar a sua necessidade, sem perigo da sua honesta vida. O santo Varão, pela grande mágo, que tinha de que a alma daquele mercador vivesse tão mal encaminhada, e com tão escandalosa teima, condoendo-se da pobreza da mulher, inspirado por Deos lhe disse: *Vá filha, à tenda daquele mercador (nomeando-lho, e onde morava) e lhe diga lhe dê tanto dinheiro, quanto pezarem as Indulgencias, que vossê tem ganhado em ouvir o meu Sermão*. Assim o fez a mulher, ainda que duvidava a forma, com que se pudesse pezar as Indulgencias, e dando ao Mercador o recado, não se podia elle ter com riso, quando o ouviu; e aceitando por escarneo o parido, pegando da balança, mandou à mulher que puzesse na concha della da sua parte as Indulgencias, que o Frade lhe tinha dado, que elle da sua outra iria pondo o dinheiro: não esperava elle o successo futuro; disse então a mulher com huma fé muito viva: *Pois eu ponho da minha parte, quanto posso, as minhas Indulgencias nella*; e principiando o Mercador a pôr da outra parte da balança algumas moedas, admirou que mais pezava a parte das Indulgencias: via o Mercador, e não podendo crer o que via, lançou mais, e

mais moedas, sem que a balança, ou o seu fiel se puzesse direito, porque sempre a concha da parte da mulher pezava mais que a outra, que notavelmente estava carregada de moedas. Confuso com o successo, e picado com a maravilha continuo a lançar mais moedas, até que quando Deos julgou ser a porção necessaria para a mulher remediar sua necessidade, sem prejuízo de sua honra, se poz o fiel em direitura, e em igualdade as conchas da balança. Então disse a mulher ao mercador, que conforme a palavra, que lhe havia dado, erão suas todas as moedas, que na balança se achavão. De boa vontade lhas entregou o Mercador arrependido já, e envergonhado da sua incredulidade nescia; e desde então ficou tão ambicioso de Indulgencias, que não perdia Sermão do venerável padre, e sempre o hia ouvir; e a mulher recolhendo o dinheiro, com elle remio sua necessidade, e tomou estado conducente à sua pessoa. Deste miraculoso successo aprendão os descuidados de ganhar Indulgencias, e os que dellas fazem pouca estimação, a diligenciallas daqui em diante com todas as véas; e sabendo, como tenho mostrado, que o maior compendio dellas se consegue com a esmola, que se dá para os Santos Lugares; abirão as mãos à sua liberalidade, os ferralhos à sua bolsa, e lucrem o numero sem numero de tantas graças, e o infinito valor de tantas Indulgencias.

Fonte: ALMAS, Miguel das Santas, OFM – *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalém lagrimas e tormentos com que na Palestina acabão os filhos do serafico P.S. Francisco que residem naqueles santos lugares* [...]. Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1755.pp. 203-212

Apêndice I – Cruzamento da documentação proveniente do fundo “Hospício da Terra Santa” (ANTT)

Condutas 1733 -1765																		
Ano	Reconhecimento dos condutores			Contrato cap. Navio (saída de Lisboa)				Passaporte			Assento Custódia da Terra Santa			Recibo Custódia				
Coluna 1	ref.	data	Condutores	ref.	data2	nacionalidade	destino	Condutores	ref. 3	data4	Condutores 4	Ref. 5	data6	Condutores 2	Ref. 7	data8	Condutores 3	
1733												cond. 8, fl.22v	01/11/1733	Frei Francisco de São José				
1734									PT-TT-HTS-M034-doc.72	02/09/1734	Frei Domingos das Chagas; Frei Paulo de Nossa Senhora; Frei Manuel do Sacramento	cond. 8, fl.23v	01/12/1734	Frei Domingos dos Estigmas				
1735												cond. 8, fl.243v	08/1735	Frei João Capistrano (?)				
1736												cond. 8, fl.25	13/06/1736	Frei Francisco de São José				
1737												cond. te 8, fl.27	26/08/1737	Frei José da Conceição; Frei Alexandre da Purificação				
1738									PT-TT-HTS-M034-doc.71	10/04/1738	Frei Vicente da Conceição; Frei Tomás de Aquino; Frei Domingos de São Boaventura; Frei André de São Francisco; Frei João de Santa Ana; Frei José de Santa Ana	cond. 8, fl.29	12/08/1738	Frei Vicente da Conceição; Frei Tomás de Aquino;				
1739			SACRAMENTO, António do, Frei - Viagem Santa, e peregrinação Devota, que aos Santos Lugares de Jerusalém: em que se obrou a nossa redenção, fez nos anos de mil setecentos e trinta e nove, e quarenta Fr. António do Sacramento. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1748.						PT-TT-HTS-M034-doc.70	02/07/1739	Frei António do Sacramento; Frei José de São Diogo; Frei António de Nossa Senhora; Frei Miguel da Conceição (Missionário de Brancanes); Pe. Frei José de Santa Ana (Ilha de S. Miguel - Açores)	cond. 8, fl.30v	13/11/1739	Frei António do Sacramento; Frei António de Nossa Senhora; Frei Diogo de São José				
1740												cond. 8, fl.31v	24/07/1740	Frei André de Jesus; Frei António da Conceição		PT-TT-HTS-M019-doc.60	01/01/1741	Pe. Frei André de Jesus Maria; Frei António da Conceição
1741												cond. 8, fl.33	31/10/1741	Frei António do Apocalipse; Frei José da Conceição		PT-TT-HTS-M019-doc.59	10/07/1742	Pe Frei António do Apocalipse; Frei José da Conceição; Pe. João Batista deli Mantiti; Frei António de São Luduvico
1742																		
1743	PT-TT-HTS-M003, doc. 45	15/10/1743	Frei José de São Lourenço; Frei Simão de São Lourenço; Frei Domingo de São Tiago	PT-TT-HTS-M037, doc. 204	18/10/1743	Rogozeu (?)	Líorne	Frei José de São Lourenço; Frei Simão de São Lourenço; Frei Domingos de São Tiago				Cond. 8 fl.35v	14/04/1744	Frei Simão de São Lourenço; Frei José de São Lourenço; Frei Domingos de Santiago		PT-TT-HTS-M019-doc.57	20/04/1744	Frei Simão de São Lourenço; Frei José de São Lourenço; Frei Domingos de Santiago
1744	PT-TT-HTS-M003, doc. 42	15/04/1744	Frei João de São Boaventura; Frei António da Encarnação; Frei António de Nossa Senhora do Rosário	PT-TT-HTS-M037, doc. 205	20/04/1744	Landez (?)	Génova	Frei João de São Boaventura; Frei António da Encarnação; Frei António do Rosário				condotte 8, fl.35v	20/07/1744	Frei João de São Boaventura; Frei António da Encarnação; Frei António o Rosário		PT-TT-HTS-M019-doc.56	25/03/1745	Frei João de São Boaventura; Frei António da Encarnação; Frei António o Rosário
1745	PT-TT-HTS-M003, doc. 41	25/03/1745	Frei Caetano da Soledade; Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M037, doc. 206	27/03/1745	Veneziano	Génova	Frei Caetano da Soledade; Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M034-doc.68	20/03/1745	Frei Caetano da Soledade; Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria; Pe. Pregador Frei António da Soledade	Cond. 8 fl.36v	18/07/1745	Frei Caetano da Soledade; Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria		PT-TT-HTS-M019-doc.56	25/03/1745	Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria
1746	PT-TT-HTS-M003, doc. 40	30/04/1746	Frei Jacinto da Ressurreição; Frei Alexandre da Ressurreição; Frei Martinho de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M037, doc. 208	15/05/1746	Veneziano	Génova	Frei Jacinto da Ressurreição; Frei Alexandre da Ressurreição; Frei Martinho de Jesus Maria				condotte 8, fl.37v	04/09/1746	Frei Jacinto da Ressurreição; Frei Alexandre da Ressurreição; Frei Martinho de Jesus Maria		PT-TT-HTS-M019-doc.54	06/02/1747	Frei Jacinto da Ressurreição; Frei Alexandre da Ressurreição; Frei Martinho de Jesus Maria
1747	PT-TT-HTS-M003, doc. 39	15/04/1747	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José	PT-TT-HTS-M037, doc. 207	19/04/1747	Sueco	Líorne	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José	PT-TT-HTS-M034-doc.69	10/04/1747	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José	Cond. 8 fl.38v	13/08/1747	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José		PT-TT-HTS-M019-doc.53	11/01/1748	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José
1748	PT-TT-HTS-M003, doc. 38	12/05/1748	Frei Caetano da Soledade; Frei Vicente do Rosário; Frei António da Pureza	PT-TT-HTS-M037, doc. 209	11/05/1748	Sueco	Líorne	Frei Caetano da Soledade; Frei Vicente do Rosário; Frei António da Pureza				Cond. 8 fl.39	13/09/1749	Frei Caetano da Soledade; Frei Vicente do Rosário; Frei António da Pureza		PT-TT-HTS-M019-doc.52	15/11/1748	Frei Caetano da Soledade; Frei Vicente do Rosário; Frei António da Pureza
1749	PT-TT-HTS-M003, doc. 37	20/04/1749	Frei Francisco de São José; Frei Paulo dos Santos; Frei Domingos de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M037, doc. 210	06/05/1749	Sueco	Génova	Frei Francisco de São José; Frei Paulo dos Santos; Frei Jerónimo dos Mártires				Cond. 8 fl.40v	13/09/1749	Frei Francisco de São José; Frei Paulo dos Santos		PT-TT-HTS-M019-doc.50	18/01/1750	Frei Francisco de São José; Frei Paulo dos Santos
1750												Cond. 8 fl.41	22/09/1750	Frei Lourenço da Cruz; Frei Domingos de Jesus Maria José		PT-TT-HTS-M019-doc.51	20/01/1750	Frei Lourenço da Cruz; Frei Domingos de Jesus Maria José
1751				PT-TT-HTS-M037, doc. 211	15/06/1751	Inglês	Génova e Líorne	Frei João de Deus; Frei Francisco de Santa Rosa; Frei Julião de Santa Teresa				Cond. 8 fl.43	14/03/1752	Frei João de Deus; Frei Francisco de Santa Rosa; Frei Julião de Santa Teresa		PT-TT-HTS-M019-doc.49	01/05/1752	Frei João de Deus; Frei Francisco de Santa Rosa; Frei Julião de Santa Teresa
1752												Cond. 8 fl.43v	02/09/1752	Frei Manuel de Nossa Senhora do Cenáculo; Frei Manuel da Conceição; Frei António da Conceição; Frei Diogo de Santa Maria		PT-TT-HTS-M019-doc.48	19/02/1753	Frei Manuel da Conceição; Frei António da Conceição; Frei Diogo de Santa Maria
1753												Cond. 8 fl.44v	18/09/1753	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Manuel de Santa Teresa		PT-TT-HTS-M019-doc.47	18/03/1754	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Manuel de Santa Teresa
1754												Cond. 8 fl.45	01/08/1754	Frei José de São Boaventura; Frei Manuel de Santo António		PT-TT-HTS-M019-doc.46	16/02/1755	Frei José de São Boaventura; Frei Manuel de Santo António
1755												Cond. 8 fl.47	07/08/1755	Frei João de Deus; Frei Manuel da Humildade		PT-TT-HTS-M019-doc.45	01/09/1755	Frei João de Deus; Frei Manuel da Humildade
1756	PT-TT-HTS-M003, doc. 36	06/09/1756	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente	PT-TT-HTS-M037, doc. 212	06/09/1756	Dinamarquês	Génova	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente	PT-TT-HTS-M034-doc.67	07/09/1756	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente	Cond. 8 fl.48	03/06/1757	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente		PT-TT-HTS-M020 - doc. 44	30/06/1757	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente
1757	PT-TT-HTS-M003, doc. 35	05/1757	Frei Manuel da Cruz; Frei José de Santa Cristina; Frei Francisco das Chagas									Cond. 8 fl.48v	04/11/1757	Frei Manuel de Santa Rosa de Viterbo; Frei Francisco dos Estigmas (das Chagas); Frei José de Santa Cristina				
1758	PT-TT-HTS-M003, doc. 34	08/1758	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei José de Nossa Senhora dos Anjos						PT-TT-HTS-M034-doc.66	14/08/1758	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei José de Nossa Senhora dos Anjos; Padre pregador Frei Manuel de Santo António; Padre Pregador Frei Brás de São José; Frei João Batista	Cond. 8 fl.50	11/03/1759	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei José de Nossa Senhora dos Anjos; Fre Manuel de Santo António Tereziano		PT-TT-HTS-M019-doc.42	16/04/1759	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei José de Nossa Senhora dos Anjos; Fre Manuel de Santo António Tereziano
1758	PT-TT-HTS-M003, doc. 44	-	Frei Domingos de São Boaventura; Frei Diogo da Conceição; Frei Manuel de São Joaquim	PT-TT-HTS-M037, doc. 213	04/05/1758	Arragozeu	Líorne	Frei Domingos de São Boaventura; Frei Diogo da Conceição; Frei Manuel de São Joaquim				Cond. 8 fl.49	28/07/1758	Frei Domingos de São Boaventura; Frei Diogo da Conceição Santa Ana; Frei Manuel de São Joaquim		PT-TT-HTS-M019-doc.43	24/08/1758	Frei Domingos de São Boaventura; Frei Diogo da Conceição Santa Ana; Frei Manuel de São Joaquim
1759	PT-TT-HTS-M003, doc. 32/33	27/05/1759	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço	PT-TT-HTS-M037, doc. 214	27/05/1759	Dinamarquês	Génova	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço	PT-TT-HTS-M034-doc.65	22/05/1759	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço; Frei Brás de São José	Cond. 8 fl.51	15/10/1759	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço		PT-TT-HTS-M019-doc.40	28/11/1759	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço
1760	PT-TT-HTS-M003, doc. 43	-	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José	PT-TT-HTS-M037, doc. 215	30/10/1760	Dinamarquês	Génova	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José	PT-TT-HTS-M034-doc.63;49	04/11/1760	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José	Cond. 8 fl.52v	09/04/1761	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José		PT-TT-HTS-M019-doc.39	10/06/1761	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José
1761	PT-TT-HTS-M003, doc. 30	30/06/1761	Frei Manuel da Conceição e Santa Ana; Frei Damião de São Cosme	PT-TT-HTS-M037, doc. 216/217	30/06/1761	Dinamarquês	Génova	Frei Manuel da Conceição e Santa Ana; Frei Damião de São Cosme	PT-TT-HTS-M034-doc.64	20(?)6/1761	Frei Manuel da Conceição Santa Ana; Frei António de Jesus Maria José	Cond. 8 fl.53v	07/11/1761	Frei Manuel da Conceição e Santa Ana; Frei Damião de Lisboa		PT-TT-HTS-M019-doc.38	1761	Frei Manuel da Conceição e Santa Ana; Frei Damião de São Cosme
1762				PT-TT-HTS-M037, doc. 218/219	08/04/1762	Holandês	Líorne	Frei Leandro de São José; Frei António de Nossa Senhora Belas; Frei João de Santo António	PT-TT-HTS-M034-doc.53	07/04/1762	Frei Leandro de São José; Frei António de Nossa Senhora; Frei João de Santo António	Cond. 8 fl.54	12/08/1762	Frei Leandro de São José; Frei António de Nossa Senhora; Frei João de Santo António		PT-TT-HTS-M019-doc.37	13/09/1762	Frei Leandro de São José; Frei António de Nossa Senhora; Frei João de Santo António
1763									PT-TT-HTS-M034-doc.56	04/07/1763	Frei Simão de Santa Ana (prov. Algarves); Frei João de Santo António (prov. Algarves)	Cond. 8 fl.55v	11/04/1764	Frei Simão de Santa Ana; Frei João de Santo António		PT-TT-HTS-M019-doc.36	28/06/1764	Frei Simão de Santa Ana; Frei João de Santo António
1764				PT-TT-HTS-M037, doc. 220	03/06/1764	Dinamarquês	Génova	Frei Vicente do Amor Divino; Frei António de São Diogo; Pe. Frei António do Patrocínio				Cond. 8 fl.56v	08/11/1764	Frei Vicente do Amor Divino; Frei António de São Diogo		PT-TT-HTS-M019-doc.34	16/03/1765	Frei Vicente do Amor Divino; Frei António de São Diogo
1765	PT-TT-HTS-M003, doc. 29	05/1765	Frei António da Conceição Melgaço; Frei António das Chagas						PT-TT-HTS-M034-doc.55	14/05/1765	Frei António da Conceição; Frei António das Chagas	Cond. 8 fl.58v	07/09/1765	Frei António da Conceição; Frei António dos Estigmas (das Chagas)		PT-TT-HTS-M019-doc.35	15/10/1765	Frei António da Conceição Melgaço; Frei António dos Estigmas

**Apêndice II – Relação comparativa da proveniência das esmolas
(1705-1707, 1751-1753, 1788-1790)**

Registo de chegada de esmolas no Hospício da Terra Santa (Lisboa), em réis				
	Proveniência	1706-1708	1751-1753	1788-1790
Portugal Continental	Lisboa	335 618	-	-
	Corte	-	4 286 816	4 707 926
	Patriarcado	-	2 455 426	243 205
	Porto	1 003 770	5 111 230	27 306 269
	Lamego	260 400	321 510	7 147 200
	Trancoso	-	860 660	2 479 110
	Guimarães	-	5 323 638	3 248 400
	Guarda	322 255	290 960	2 344 400
	Santarém	-	917 733	507 065
	Bragança	-	1 327 905	1 400 945
	Beja	74 140	959 600	1 221 362
	V. N. Cerveira	-	192 000	1 344 413
	Vila do Conde	-	-	1 694 880
	Crato	200 000	368 010	628 780
	Portalegre	79 370	421 565	449 795
	Elvas	-	538 200	1 802 250
	Évora	217 733	1 119 720	3 140 000
	Faro/Algarve	27 480	134 060	1 343 355
	Leiria	73 751	959 600	1 690 340
	Coimbra	549 550	402 500	6 549 365
	Campo Maior	-	-	1 370 325
	Pombal	-	-	1 641 745
	Mafra	-	-	1 920 590
	Alenquer	-	-	427 070
	Setúbal	17 220	-	1 399 865
	São Paio	-	1 951 330	100 000
	Serra Frio	-	-	8 270
	Miranda	-	4 000	-
	Tomar	-	539 110	-
Ilhas	Madeira	172 500	1 810 000	100 000
	Açores/ S. Miguel	200 000	377 240	-
	Cabo Verde	-	90 690	-
Ásia	Macau	-	-	173 725

	Goa	-	-	2 277 140
Brasil	Rio de Janeiro	2 147 800	20 878 560	8 176 079
	Bahia	320 993	16 683 200	9 414 372
	Pernambuco	368 773	5 715 080	3 561 200
	Pará	-	272 450	212 934
	Paraíba	-	19 200	629 376
	Maranhão	-	274 000	800 000
	Salvador	-	1 395	-
	Hábitos	3 000	266 090	-
	Casa da Índia	300 000	-	2 69 360
	Renda Moradias	345 440	816 938	85 700
	Legados	2 000	377 751	1 37 200
	Esmolas espontâneas	39 480	202 300	11 35 328
	Peditórios em Conventos	126 863	659 830	33 500
	Juros	379 505	403 300	208 900
	Resto condutas	-	64 920	1 615 570
	Outros	23 960	791 401	0
	TOTAL (em réis)	7 373 868	78 189 918	104 947 309

Fonte: PT-TT-HTS-L014 (1700-1710) – Fl. 70-79; PT-TT-HTS-L001 (1742-1769) – Fl. 54v-75; PT-TT-HTS-L008 (1788-1793) – fl. 1-37v.

Apêndice III – Relação dos capitães, navios, condutores e destino da 1ª viagem (1691-1765)

Ano chegada à TS	Data do documento	Nacionalidade	Navio	Capitão	Destino	Condutores	Referência
1691	-	Francês	São João Batista	Bernardo Beltrão	Marselha	Frei Matias do Espírito Santo; Frei Amaro de Santo António; Frei António do Amparo da Providência;	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 431
1694							
1693							
1696	-	-	Santa Rosa	-	-	Pe. Frei Pedro da Cruz; Pe. Frei Apolinário da Natividade	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 432
1698	-						
1700							
1702							
1710	-	-	-	-	-	Frei Jacinto de São Boaventura; Frei Francisco de São Domingos; Frei Francisco da Conceição	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 433-435
1711							

1714	10/03/1714	Genovês	Nossa Senhora do Loreto	João Gumvert	Marselha	Pe. Frei Pedro de Santa Maria; Frei Leonardo de São José	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 436
1715	29/03/1715	Francês	Serea	Gibert	Marselha	Frei Domingos das Chagas; Pe. Frei António da Purificação	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 437
1717	-	-	-	Armada de Corfu	Livorno	Frei Manuel da Conceição; Frei Sebastião do Rosário; Frei Leonardo de São José	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 438
1718	20/03/1718	Francês	São Nicolau	Luis Marsilia Marian	Marselha	Frei Domingos das Chagas; Frei António de São Cipriano	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 438
1720	25/02/1720	Francês	Concordia	Paulo Francisco Potesta	Marselha	Pe. Frei Sebastião do Rosário; Frei Manuel dos Anjos	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 439
1720	06/1720	Francês	Conceição Imaculada	António Bugarè	Marselha	Frei Manuel de Santo António; Frei Manuel da Apresentação	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 439
1722	01/11/1721	Inglês	Henrique Maria	João Morie	Génova	Pe. Frei João dos Prazeres; Pe. Frei João de São Caetano; Pe. Frei João de São Capistrano	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 440

1722	03/04/1722	Inglês	Tigne	Joseph Baddone	Génova	Pe. Frei Francisco de São José; Pe. Frei Paulo de Nossa Senhora	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 441-442
1724	08/06/1723	Francês	Diligente	Nicolao Romeiro	Génova	Frei Pedro de São Francisco; Frei Manuel dos Anjos	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 442
1724	16/05/1724	Inglês	Nau Esperança	Patricio Brun	Génova	Frei Manuel de Santo António; Frei Marcos Evangelista; Pe. Frei Manuel da Natividade	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 443
1725	-	Francês	São José	Estevão Abely	Marselha	Frei António dos Santos; Frei Manuel de Santa Teresa	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 443
1726	10(04/1726	Francês	João Batista Triunfante	João Batista Jordain	Génova	Frei João de São Capristrano; Frei Manuel da Madre de Deus; Frei Estevão da Natividade	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 444
1727	28/03/1727	Francês	São José	Joseph Nadal	Marselha	Frei Luís da Conceição; Frei Luís de São Dâmaso	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 444

1728	-	Francês	Nossa Senhora da Anunciação e Santo António de Pádua	Monsieur Ventrè	Génova	Frei Fernando da Anunciação; Frei Inácio da Conceição; Frei António das Chagas	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 445
1729	08/04/1729	Inglês	Penelope	João Gardim	Génova	Pe Frei João de São Capistrano; Frei Diogo de Mértola; Frei João da Conceição;	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 445-446
1731	23/03/1730	Inglês	Maria	Patricio Brun	Génova	Frei Domingos das Chagas; Frei Lourenço da Cruz; Frei Manuel de Santa Teresa	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 447
1732	-	Inglês	Mathilde	Guilherme Uvilde	Marselha	Frei Domingos das Chagas; Frei Jacinto da Ressurreição	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 449
1733	18/05/1733	Inglês	Galga	Patricio Brun	Génova	Frei Francisco de São José; Frei José da Conceição; frei Manuel de Santiago	Paraíso Seráfico, Tomo I, p. 449-450
1734							
1735							
1736							
1737							
1738							

1739	14/07/1739	Irlandês	São Jorge	Patricio Brun	Génova	Frei António do Sacramento; Frei José de São Diogo; Frei António de Nossa Senhora do Capítulo	Peregrinação Devota, 1748, p. 37-38
1740							
1741							
1744	18/10/1743	Holandês	-	Tient Bouvey	Génova	Frei José de São Lourenço; Frei Simão de São Lourenço; Frei Domingos de São Tiago	PT-TT-HTS-M037, doc. 204
1744	20/04/1744	Holandês	-	Roggiero Hogetret	Génova	Frei João de São Boaventura; Frei António da Encarnação; Frei António do Rosário	PT-TT-HTS-M037, doc. 205
1745	27/03/1745	Veneziano	Leão Coroado	Vicente Srcellia	Génova	Frei Caetano da Soledade; Frei José do Sacramento; Frei Manuel de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M037, doc. 206
1746	15/05/1746	Veneziano	Leão Coroado	Pedro Esmechia	Livorno	Frei Jacinto da Ressurreição; Frei Alexandre da Ressurreição; Frei Martinho de Jesus Maria	PT-TT-HTS-M037, doc. 208

1747	19/04/1747	Sueco	Patriota	Jonas Staaf	Livorno	Frei Pedro de Santo António; Frei António de Nossa Senhora da Guia; Frei Timóteo de São José	PT-TT-HTS-M037, doc. 207
1748	11/05/1748	Sueco	Bona Fide	Zacharias Heyender	Livorno	Frei Caetano da Soledade; Frei Vicente do Rosário; Frei António da Pureza	PT-TT-HTS-M037, doc. 209
1749	06/05/1749	Sueco	Vnicorne	Hans lunger Haase	Génova	Frei Francisco de São José; Frei Paulo dos Santos; Frei Jerónimo dos Mártires	PT-TT-HTS-M037, doc. 210
1750							
1752	15/06/1751	Inglês	Neptune	João Gardener	Génova e Livorno	Frei João de Deus; Frei Francisco de Santa Rosa; Frei Julião de Santa Teresa	PT-TT-HTS-M037, doc. 211
1752							
1753							
1754							
1755							
1757	06/09/1756	Dinamarquês	Ida Catherine	João Henrique Bahnsen	Génova	Frei Francisco de Santa Bárbara; Frei Francisco de São Vicente	PT-TT-HTS-M037, doc. 212
1757							

1758							
1759	04/05/1758	Arraguzeo	Nossa Senhora do Rosário, São Domingos, São Vicente e Santo António de Pádua	António Tuarcovich	Livorno	Frei Domingos de São Boaventura; Frei Diogo da Conceição; Frei Manuel de São Joaquim	PT-TT-HTS-M037, doc. 213
1759	27/05/1759	Dinamarquês	Stadtg	Pedro Hanpen Seclade	Génova	Frei Diogo da Conceição; Frei António da Conceição Melgaço	PT-TT-HTS-M037, doc. 214
1761	30/10/1760	Dinamarquês	Catharina	João Jacob	Génova	Frei António de São Bernardino; Frei Leandro de São José	PT-TT-HTS-M037, doc. 215
1762	30/06/1761	Dinamarquês	Margaretta	Iacob Olven Noen	Génova	Frei Manuel da Conceição e Santa Ana; Frei Damião de São Cosme	PT-TT-HTS-M037, doc. 216/217
1762	08/04/1762	Holandês	D. Maria	Ioron Roois	Livorno	Frei Leandro de São José; Frei António de Nossa Senhora Bellas; Frei João de Santo António	PT-TT-HTS-M037, doc. 218/219
1764							

1764	03/06/1764	Dinamarquês	Boa Esperança	Iurgen Lapen	Génova	Frei Vicente do Amor Divino; Frei António de São Diogo; Pe. Frei António do Patrocínio	PT-TT-HTS-M037, doc. 220
1765							

*Em 1710 e 1717 as condutas foram enviadas, mas por várias razões (piratas e tempestades) não foram entregues em Jerusalém.

Apêndice IV – Condutores e companheiros (1691-1765)

Ano Chegada a TS	Condutores e companheiros
1691	Frei Matias do Espírito Santo (Prov. Algarves/ Portugal)
	Frei Amaro de Santo António (Prov. Brasil)
	Frei António do Amparo da Providência (Prov. Algarves)
1692	-
1693	Pe. Frei Pedro da Cruz (Prov. Portugal)
1694	-
1695	-
1696	Frei Apolino da Natividade (pregador da Província de S. João Evangelista – Açores)
	Pe. Frei Pedro da Cruz (Prov. Portugal)
1697	-
1698	Frei João de Santo Ambrósio (Prov. Portugal)
	Frei Gaspar de São Francisco (Prov. Algarves)
1699	-
1700	Frei Jacinto de São Boaventura
	Frei Pedro da Cruz
1701	-
1702	Frei Jacinto de São Boaventura
1703	-
1704	-
1705	-
1706	-
1707	-
1708	-
1709	-
1710	Frei Jacinto de São Boaventura (Prov. Portugal)
	Frei Francisco de São Domingos (Prov. Algarves)
	Frei Francisco da Conceição
1711	Frei Francisco da Conceição (Missionário Seminário Varatojo)
1712	-
1713	-
1714	Frei Pedro de Santa Maria (Prov. Algarves)

	Frei Leonardo de São José (Prov. Arrábida)
	Frei João de Santo António (Prov. Madeira)
1715	Frei António da Purificação (Prov. Arrábida) Frei Domingos dos Estigmas (Chagas?) (Prov. Portugal)
1716	Frei Manuel da Conceição (Prov. Portugal) Frei Sebastião do Rosário (Prov. Portugal) Frei Leonardo de São José (Prov. Arrábida)
1717	-
1718	Frei Domingos das Chagas (Prov. Portugal) Frei António de São João Capistrano (Prov. Portugal)
1719	Frei Sebastião do Rosário (Prov. Portugal) Frei Manuel dos Anjos (Prov. Arrábida)
1720	Frei Manuel de Santo António (Prov. Algarves) Frei Manuel da Apresentação (Prov. Algarves) – ficou doente e morreu em Marselha Pe. Frei Caetano de Nossa Senhora (Seminário Varatojo)
1721	Pe. Frei João dos Prazeres (Prov. Portugal) Pe. Frei João de São Caetano (Prov. Portugal) Pe. Frei João de São Capistrano (Prov. Portugal)
1722	Pe. Frei Francisco de São José (Prov. Portugal) Pe. Frei Paulo de Nossa Senhora do Cenáculo (Prov. Portugal)
1723	Frei Pedro de São Francisco (Prov. Portugal) Frei Manuel dos Anjos (Prov. Arrábida)
1724	Frei Manuel de Santo António (Prov. Portugal) Frei Marcos Evangelista (Prov. Portugal) Frei Manuel da Natividade (Prov. Algarve)
1725	Frei António dos Santos (Prov. Portugal) Frei Manuel de Santa Teresa (Prov. Algarve)
1726	Frei João de São Capistrano (Prov. Portugal) Frei Manuel da Madre de Deus (Prov. Portugal) Frei Estevão da Natividade (Prov. Algarves)
1727	Frei Luís da Conceição (Prov. Portugal) Frei Luís de São Dâmaso (Prov. Portugal)
1728	Frei Fernando da Anunciação (Prov. Portugal) Frei António das Chagas (Prov. Açores) Frei Inácio da Conceição
1729	Pe. Frei João de São Capistrano (Prov. Portugal) Frei Diogo de Mertola (Prov. Piedade) Frei João da Conceição (Prov. Brasil/Rio de Janeiro)

1730	Frei João de São Capristrano (Prov. Portugal)
	Frei Domingos das Chagas (Prov. Portugal)
	Frei Lourenço da Cruz
	Frei Manuel de Santa Teresa (Prov. Algarve)
1731	-
1732	Frei Domingos dos Estigmas (Chagas?)
	Frei Jacinto da Ressurreição (Prov. Portugal)
1733	Frei Francisco de São José
	Frei José da Conceição
	Frei Manuel de Santiago
1734	Frei Domingos dos Estigmas (Chagas?)
	Frei Paulo de Nossa Senhora
	Frei Manuel do Sacramento
1735	Frei João de São Capristrano
1736	Frei Francisco de São José
1737	Frei José da Conceição
	Frei Alexandre da Purificação
1738	Frei Vicente da Conceição
	Frei Tomás de Aquino
	Frei Domingos de São Boaventura
	Frei André de São Francisco
	Frei João de Santa Ana
1739	Frei José de Santa Ana
	Frei António do Sacramento
	Frei António de Nossa Senhora
	Frei Diogo de São José
	Frei Miguel das Almas
1740	Frei Miguel da Conceição (Missionário de Bracanes)
	Pe. Frei José de Santa Ana (Prov. Açores - S. Miguel)
1740	Frei André de Jesus (Maria)
	Frei António da Conceição
1741	Pe. Frei António do Apocalipse
	Frei José da Conceição
	Pe. João Batista delli Mantiti
	Frei António de São Luduvico
1742	-
1743	-
1744	Frei Simão de São Lourenço
	Frei José de São Lourenço
	Frei Domingos de Santiago

	Frei João de São Boaventura Frei António da Encarnação Frei António o Rosário
1745	Frei Caetano da Soledade Frei José do Sacramento Frei Manuel de Jesus Maria Pe. Pregador Frei António da Soledade
1746	Frei Jacinto da Ressurreição Frei Alexandre da Ressurreição Frei Martinho de Jesus Maria
1747	Frei Pedro de Santo António Frei António de Nossa Senhora da Guia Frei Timóteo de São José
1748	Frei Caetano da Soledade (Piedade?) Frei Vicente do Rosário Frei António da Pureza
1749	Frei Francisco de São José Frei Paulo dos Santos
1750	Frei Lourenço da Cruz Frei Domingos de Jesus Maria José
1751	-
1752	Frei João de Deus Frei Francisco de Santa Rosa Frei Julião de Santa Teresa Frei Manuel de Nossa Senhora do Cenáculo Frei Manuel da Conceição Frei Diogo de Santa Maria Frei António da Conceição
1753	Frei Francisco de Santa Bárbara Frei Manuel de Santa Teresa
1754	Frei José de São Boaventura Frei Manuel de Santo António
1755	Frei João de Deus Frei Manuel da Humildade
1756	-
1757	Frei Francisco de Santa Bárbara Frei Francisco de São Vicente Frei Manuel de Santa Rosa de Viterbo Frei Francisco dos Estigmas (das Chagas)

	Frei José de Santa Cristina
1758	Frei Domingos de São Boaventura Frei Diogo da Conceição Santa Ana Frei Manuel de São Joaquim
1759	Frei Francisco de Santa Bárbara Frei José de Nossa Senhora dos Anjos Frei Manuel de Santo António Tereziano Pe. Pregador Frei Manuel de Santo António Pe. Frei Brás de São José Frei João Batista Frei Diogo da Conceição Frei António da Conceição Melgaço Frei Brás de São José
1760	-
1761	Frei António de São Bernardino Frei Leandro de São José Frei Manuel da Conceição e Santa Ana Frei Damião de Lisboa Frei António de Jesus Maria José
1762	Frei Leandro de São José Frei António de Nossa Senhora Frei João de Santo António
1763	-
1764	Frei Simão de Santa Ana (Prov. Algarves) Frei João de Santo António (Prov. Algarves) Frei Vicente do Amor Divino Frei António de São Diogo
1765	Frei António da Conceição Frei António dos Estigmas (das Chagas)

Fontes documentais e código de referência	
ASCTS – <i>Libro de Condotte</i> , nº6	
<i>Paraíso Seráfico</i> – Frei João Batista de Santo António	
<i>Peregrinação Devota</i> – Frei António do Sacramento	
ASCTS – <i>Libro de Condotte</i> , nº8	
Documentação ANTT – HTS	
Frades que foram "de família"	

Apêndice V – Dinheiro entregue em Jerusalém (1691-1765)

Ano	Data - registro		Valor (em réis)	Referência
	no libro de	Importância		
	<i>condotte</i>			
1691	09/08/1691	5780 reais		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl. 285.
1694	22/05/1694	5 000 reais de ouro		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl. 291.
1693	17/09/1693	Numa caixa de 3 chaves - 5 000 reais de ouro		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl. 296.
1696	09/05/1696	12 146 reais de ouro + 20 reais de ouro de esmola de um benfeitor		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl. 303.
1698	01/05/1698	5500 reais de ouro		<i>Libro de condotte</i> nº6, fl. 312
1700	15/05/1700	8 500 reais de ouro = 8860 pesos		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.316
1702	04/09/1702	8 500 reais de ouro = 10 285 pesos		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.319
1711	01/04/1711	-		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.340
1714	22/07/1714	8 000 reais de ouro =11 200 pesos		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.355

1715	04/08/1715	8 000 reais de Espanha que convertidos fazem 11 200 pesos		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.361
1718	13/09/1718	6500 Rli. moneta de espaga; 250 doppie d'oro de Portugal		<i>Libro de condotte</i> nº6, fl. 379
1720	25/02/1720	40 000 pe.		<i>Libro de condotte</i> nº 6, fl.384
1720	28/10/1720	2 500 moedas de ouro=	12 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 2-2v
1722	11/10/1722	3333 moedas de ouro	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 5v
1722	30/11/1722	2 500 moedas de ouro=	12 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 6
1724	24/04/1724	2 500 moedas de ouro=	12 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 8
1724	04/11/1724	3333 moedas de ouro (667 manda o rei para Nazaré)	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 9
1725	12/09/1725	3333 moedas de ouro e meia	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 11
1726	27/07/1726	3333 moedas de ouro e meia	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl.12v
1727	01/08/1727	3333 moedas de ouro e meia	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 15
1728	01/10/1728	3333 moedas de ouro	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 16v

1729	10/08/1729	3333 moedas de ouro	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 17
1731	01/10/1731	3333 moedas de ouro	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 19
1732	14/12/1732	3333 moedas de ouro	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 20
1733	01/11/1733	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 22
1734	01/12/1734	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 23v
1735	08/1735	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 24v
1736	13/06/1736	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 25
1737	26/08/1737	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 27v
1738	12/08/1738	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 29
1739	13/11/1739	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 30v
1740	24/07/1740	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 31v
1741	31/10/1741	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 33
1744	14/04/1744	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 35
1744	20/07/1744	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 35v
1745	18/07/1745	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 36
1746	04/09/1746	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 37v

1747	12/08/1747	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 38v
1748	05/09/1748	5 mil moedas de ouro	24 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 39
1749	13/09/1749	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 40v
1750	22/09/1750	2 250 moedas - 6 400 réis cada	14 400 000	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 41
1752	14/03/1752	2 500 meias dobras	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 43
1752	02/09/1752	2 500 meias dobras	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 43v
1753	08/09/1753	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 44v
1754	01/08/1754	2 500 meias dobras de Portugal	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 45
1755	07/08/1755	2 500 meias dobras de ouro = 40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 47
1757	03/06/1757	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 48
1757	04/11/1757	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 48v
1758	28/07/1758	3 125 moedas de ouro de 6 400 réis = 50 000 cruzados	20 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 49
1759	11/03/1759	3 125 moedas de ouro de 6 400 réis = 50 000 cruzados	20 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 50

1759	15/10/1759	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 51
1761	09/04/1761	50 000 cruzados	20 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 52v
1762	07/11/1761	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 53v
1762	12/08/1762	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 54
1764	11/04/1764	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 55v
1764	08/09/1764	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 56v
1765	07/09/1765	40 000 cruzados	16 000 000 réis	<i>Libro de condotte</i> nº8, fl. 58v

Apêndice VI – Objetos para o culto provenientes de Portugal e entregues em Jerusalém (1691-1765)

A partir do registo em “italiano” realizámos a tradução do *Libro de Condotte n.º 6 e 8* do *Archivio Storico della Custódia di Terra Santa*, e elaboramos a seguinte relação de objetos oriundos de Portugal com para o Culto divino nos Lugares Santos. Alguns dos objetos que resistiram ao tempo encontram-se identificados com o número de inventário disponibilizado pelo Terra Sancta Museum.

Lista das alfaias litúrgicas

1693 – Uma Lâmpada de prata;

1696 – Uma lâmpada de prata oferecida pelo rei de Portugal para colocar no Santo Sepulcro (CTS-OA-25764); uma estrela de prata para colocar no lugar onde nasceu São João Batista (oferta do infante D. João (V)²³⁶);

1711 – Uma imagem de Cristo em madeira para fazer o descimento da Cruz na Sexta-Feira Santa; um turíbulo de prata para o convento de São João da Montanha; um sacrário de madeira dourada para o santuário de Nazaré; 12 castiçais de madeira dourada; 18 jarras de madeira dourada para flores; uma cruz de madeira dourada;

1718 – Castiçais de prata; perfumador para o Santo Sepulcro;

1733 – 4 lâmpadas de prata para Nazaré;

1734 – 6 campainhas para Nazaré;

1735 – 6 castiçais de prata e 4 jarras de prata;

²³⁶ ALMAS, Miguel das Santas, OFM – *Clamores feitos ao ceo, suspiros dados na Terra Santa de Jerusalém lagrimas e tormentos com que na Palestina acabão os filhos do serafico P.S. Francisco que residem naqueles santos lugares [...]*. Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1755. p. 143.

1737 – Uma píxide de prata dourada;

1750 – Dois turíbulos em prata dourada, 2 navetas em prata dourada (pesam 29 marcos e 7 onças, respetivamente);

1752 – Uma lâmpada de ouro dentro de uma bolsa finamente bordada a ouro para o Santo Sepulcro (CTS-OA-25402);

1753 – 4 tenebrários para o convento de São João, São Salvador, Santo Sepulcro e Belém (CTS-OA-09318 (Santo Sepulcro); CTS-OA-01474 (Nazaré²³⁷); CTS-OA-00757 (São Salvador – Jerusalém); CTS-OA-06555 (Emaús²³⁸); 12 campainhas;

Lista de paramentaria²³⁹

1711 – 3 alvas com respetivo amito e cingulo; duas cortinas de tela indiana para o sacrário; um véu dourado para cobrir o sacrário;

1718 – 8 pesos de tela (fabricação de hábitos); uma casula com manípulo e estola; um frontal de altar; corporais; uma tapeçaria para o Santo Sepulcro;

1720 – alguns corporais e outras peças para o culto;

1720 – 766 panos de linho; uma casula florida; uma alva, um sobrepeliz; 6 véus de cálice; 8 corporais; duas toalhas de altar;

1725 – Uma casula com véu de cálice, corporal e sanguíneo;

1726 – Um pluvial branco; um corporal; um amito; um véu de cálice – ofertas de benfeitores;

²³⁷ Resiste apenas a base do tenebrário.

²³⁸ Resiste apenas o candelabro, a base perdeu-se.

²³⁹ O conjunto de 14 peças em veludo adamascado vermelho não se encontra identificadas *no Libro de Condotte* nº8, apesar de termos a certeza de se tratar de peças portuguesas (Figuras 8 e 9). Coloca-se a hipótese de terem chegado juntamente com os bens de outro território e, por isso, terem sido arroladas em conjunto. Algo que ainda carece de análise.

1728 – Uma “rica tapeçaria” para o Santo Sepulcro enviada pelo Rei de Portugal;

1732 – 5 frontais de altar; 3 casulas; 4 bolsas de corporal; 3 véus de cálice; 2 túnicas; 1 pluvial; 1 pano de estante: tudo em brocado de ouro e galões para a casa de nazaré; 5 sobrepelizes; 6 amitos;

1733 – 66 côvados de tecido adamascado carmesim para Nazaré;

1734 – Um frontal de altar e dois pluviais para Nazaré; 1 frontal de altar, uma casula, 2 túnicas, um pluvial, 1 véu umeral e 1 véu de cálice para o convento de Belém;

1737 – Telas de linho para corporais e sanguíneos;

1744 – 511 varas de linho;

1748 – Uma casula, um gremial, uma estola, manípulo e pluvial bordados a ouro com galões enviado pelo Cardeal Cunha para Belém;

1757 – 5 bolsas de corporal; 5 véus de cálice, 2 túnicas, 2 amitos, 6 manustérgios, 1 toalha de altar, 24 sanguíneos para o convento de Nazaré; 4 bolsas de corporal, 3 véus de cálice, 24 corporais, 8 manustérgios, 1 toalha de altar, 12 palas e 60 (5 dúzias) de sanguíneos para o convento de São Salvador;

Lista de perfumes

1693 – Alguns vasos de perfumes;

1696 – Uma caixa de perfumes;

1700 – Algumas caixas com perfumes e pastilhas;

1720 – 3 caixas de perfumes;

1720 – Uma caixa de perfumes;

1725 – água de rosas e vários perfumes com pastilhas odoríferas;

1726 – Flores odorífera;

1728 – Uma caixa com água de rosas e outros perfumes;

1734 – 20 garrafas de água odorífera e pastilhas odoríferas;

1746 – 61 pastilhas odoríferas; 4 libras de benguim e uma caixa com perfumes diversos;

1748 – Um caixote com flores de seta para Nazaré;

1753 – 6 libras de perfume odorífero para os santuários;

1755 – 6 libras de perfume odorífero para os santuários;

1757 – 6 libras de perfume odorífero para os santuários;

Apêndice VII – Relação da chegada de produtos açucarados para a enfermaria (1691-1765)

1693 – Uma caixa de Açúcar;

1711 – Uma caixa de Açúcar;

1715 – 11 caixas de Açúcar;

1718 – 4 caixas de Açúcar;

1750 – 1 caixa com diversas compotas;

1752 – Duas caixas com diversas compotas; Um caixote com 12 frascos com diversas compotas;

1752 – Duas caixas com diversas compotas; Um caixote com frascos com diversas compotas;

1753 – Dois caixotes com 12 frascos com diversas compotas;

1754 – Dois caixotes com diversas compotas;

1755 – 1 arroba de amêndoa caramelizada; 1 arroba de compotas;

1757 – 96 libras de amêndoa caramelizada; 96 libras de compotas;

1758 – 32 libras de amêndoa caramelizada; 32 libras de compotas;

1759 – 1 arroba de amêndoa caramelizada e compotas;

1761 – 1 caixa com amêndoa e compota;